ANA LUZIA ALVARES DE LAPORTE

**POLÍTICAS FEDERAIS E MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AÇÕES DE
FORMAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo
2013

ANA LUZIA ALVARES DE LAPORTE

**POLÍTICAS FEDERAIS E MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AÇÕES DE
FORMAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentado à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Elie Ghanem

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.09
L315p

Laporte, Ana Luzia Alvares de

Políticas federais e movimento de economia solidária : ações de formação no estado de São Paulo / Ana Luzia Alvares de ; orientação Elie George Guimarães Ghanem Junior. São Paulo : s.n., 2013.

128 p. : il, grafs. tabs.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

1. Educação popular 2. Economia solidária 3. Movimentos sociais 4. Políticas públicas 5. Participação popular I. Ghanem Junior, Elie George Guimarães, orient.

LAPORTE, Ana Luzia Alvares de. **Políticas federais e o movimento de economia solidária**: ações de formação no estado de São Paulo. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa representou a possibilidade de refletir sobre as práticas de economia solidária que desenvolvo desde 2006. Sinto-me muito agradecida por esta oportunidade.

Gostaria de agradecer a todos os que participam e participaram da ITCP-USP, a escola mais importante que frequentei durante minha experiência de graduação na universidade de São Paulo. Na incubadora, tive a oportunidade de participar da construção de conhecimentos para além dos muros da universidade; sentindo a complexidade da prática, seus conflitos e desenvolvem o trabalho coletivamente com estudantes de diversas áreas, professores, funcionários e pessoas de fora da universidade em uma relação de igualdade e solidariedade. Foi na ITCP que conheci e pratiquei economia solidária, trabalho coletivo e autogestão. Agradeço em especial a meus parceiros diretos de trabalho na incubadora: Ligia, Sig, Sil, Gabi Iglesias, Lucia, Silvana, Deni, Ana Gabi, Diego, Joyce, Nadir, Gabi Rizzo e Vera .

À professora Sylvia Leser pelo trabalho conjunto, pelo grande aprendizado na convivência e por ensinar pela sua prática a importância da liberdade de pensamento e ação.

Aos companheiros do CFES, especialmente do coletivo estadual de São Paulo de formadores e à rede de formadores, pela possibilidade de trabalhar com cada um, construindo sonhos, dividindo experiências e também dificuldades. Agradeço pela parceria que foi estabelecida entre nós no processo, por termos feito na militância o projeto acontecer. Em especial gostaria de agradecer a Cida Reis, Cida Lopes, Isabel, Luciano, Digó e Deni pelas entrevistas, as quais deram novo sentido à pesquisa trazendo uma riqueza imensa da reflexão de cada um. Com certeza, essa reflexão conjunta foi o maior aprendizado que tive neste processo.

À Rose, do IMS, pela disponibilidade em partilhar comigo relatórios que foram uma fonte de informação fundamental para a pesquisa, pelo trabalho coletivo e grande dedicação em fazer com que um projeto complexo como o CFES se realizasse.

Ao pessoal do Curso da Unicamp de Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social da América Latina, em especial à Lais, Ioli e Henrique. Considero que este curso foi fundamental para que eu conseguisse elaborar um projeto de pesquisa

e o trabalho de formação promovido pelo curso é muito importante para a formação de trabalhadores e pesquisadores ligados à economia solidária.

Ao Elie Ghanem, orientador desta pesquisa, pela paciência, dedicação, disponibilidade e generosidade na orientação. Foi uma oportunidade de grande crescimento para mim, aprender a fazer pesquisa com uma pessoa tão dedicada e querida.

À Sonia, ao Hebert e ao Pato por todo amor, paciência e acolhimento. É a partir do elo estabelecido com vocês que tenho tranquilidade para caminhar meus próprios caminhos.

Aos amigos da Casa da Paz: Tom, Analu, Aline, Bá, Livia, Babu, Aranda e Wiliam, por me ajudarem a reencantar meu olhar pela vida. Depois de conhecê-los, a pesquisa passou a fazer mais sentido para mim, foi uma injeção de ânimo.

Aos amigos da casa do Alpendre: Paquê, Fabi, Aline, Rick, Beto, Ciola e Manô pelo acolhimento essencial na reta final deste trabalho, quando eu precisava de tranquilidade, mas também de perspectivas para o futuro.

RESUMO

Como as políticas brasileiras federais voltadas para a formação fortalecem o movimento de economia solidária? Este é o problema de pesquisa deste projeto, que se concentra no processo de implantação do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) no estado de São Paulo, iniciado em 2009. A pesquisa se dedicou ao exame da hipótese de que a gestão participativa da implantação do CFES em São Paulo fortaleceu o movimento, contribuindo com a articulação dos formadores e a sistematização das experiências. A metodologia utilizada foi o estudo de caso da implantação da política da Secretaria Nacional de Economia Solidária para formação no estado de São Paulo, por meio de entrevistas com os representantes que desenvolveram a experiência e pela consulta a documentos escritos que registram o processo. Conclui que o CFES contribuiu ao fortalecimento da economia solidária, sobretudo, a partir do fomento à articulação dos atores. Este fortalecimento se traduziu em uma concepção mais qualificada dos atores em relação à identidade do movimento e em sua atuação enquanto um sujeito coletivo.

Palavras-chave: educação popular, economia solidária, movimentos sociais, políticas públicas, participação popular

ABSTRACT

How the brazilian federal policies oriented to training strengthen the solidarity economy movement? This is the research problem of this project, which focuses on the implantation process of Training Centers of Solidarity Economy (CFES) in the estate of São Paulo, started in 2009. The research has dedicated to the examination of the hypothesis that the participatory management of the CFES implantation in São Paulo strengthened the movement, contributing to the articulation of trainers and systematization of experiences. The methodology used was the case study of implementation of the National Secretariat of Solidarity Economy's policy for training in the state of São Paulo, through interviews with representatives who developed the experience and by consulting written documents that record the process. Concludes that the CFES contributes to strengthening of the solidarity economy, especially from fostering articulation of actors. This strengthening has resulted in a more qualified conception of the actors in relation to the identity of the movement and its activities as a collective subject.

Key-words: popular education, solidarity economy, social movements, public policies, popular participation.

TABELAS

Tabela 1 - Cursos estaduais – CFES SP.....	84
Tabela 2 - Oficinas locais – CFES SP.....	86
Tabela 3 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais – 2009-2011.....	87
Tabela 4 - Faixa etária dos participantes das atividades do CFES em SP - 2009- 2011.....	89
Tabela 5 - Nível de instrução dos participantes do CFES SP - 2009-2011.....	89
Tabela 6 - Temas de formação – Coletivo CFES SP.....	96

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formas de organização dos EES no Brasil.....	43
Gráfico 2 - Formas de organização dos EES no estado de São Paulo.....	44
Gráfico 3 - Tipo de segmento econômico dos EES no estado de São Paulo.....	45
Gráfico 4 - Motivos de criação dos EES no Brasil.....	46
Gráfico 5 - Motivos de criação dos EES no estado de São Paulo.....	47
Gráfico 6 - Tipos de atuação das entidades de apoio e assessoria à economia solidária.....	48
Gráfico 7 - Fornecedor de apoio, assessoria e assistência técnica (Brasil).....	49
Gráfico 8 - Fornecedor de apoio, assessoria e assistência técnica (São Paulo).....	49
Gráfico 9 - Atividades realizadas pelo CFES – 2009-2011.....	83
Gráfico 10 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais em 2009.....	87

Gráfico 11 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais em 2010.....	88
Gráfico 12 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais em 2011.....	88
Gráfico 13 - Público dos cursos do CFES-SP – 2009-2011.....	104

FIGURAS

Figura 1 - O campo da economia solidária no Brasil.....	50
Figura 2 - Mapa da Rede Estadual de Formadores – CFES.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – Os MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DA MODERNIDADE.....	20
1.1 A MODERNIDADE ENTRE A RAZÃO E O SUJEITO	20
1.2 A EMERGÊNCIA DO SUJEITO.....	23
1.3 O MOVIMENTO SOCIAL COMO SUJEITO E O CONTEXTO ATUAL	24
1.4 A ANÁLISE DAS AÇÕES COLETIVAS	28
1.5 A SOCIOLOGIA DA AÇÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	35
2.1 BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA AUTOGESTÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL.	35
2.2 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	36
2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA QUE DEU ORIGEM AO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	40
2.4 OS ATORES DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	41
2.5 O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	52
2.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO SOCIAL.....	56
2.6.1 A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	56
2.6.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO SUJEITO COLETIVO	58
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	71
3.1 A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO.....	71
3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	74
CAPÍTULO IV - O CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	77
4.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CFES	77
4.2 O CFES NO ESTADO DE SÃO PAULO – DADOS GERAIS.....	82
4.2.1 OS CURSOS ESTADUAIS DO CFES – DESCRIÇÃO DO CURSO DE CANANÉIA	90
4.3 A IMPLANTAÇÃO DO CFES NO ESTADO DE SÃO PAULO	93
4.3.1. A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS	109
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	118
ANEXO I – PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO SÃO PAULO – SEMINÁRIO DE SISTEMATIZAÇÃO – VITÓRIA 4 JULHO 2010	125

<i>ANEXO 2 – PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO SÃO PAULO – SEMINÁRIO DE SISTEMATIZAÇÃO – RIO DE JANEIRO 6 NOVEMBRO 2010.....</i>	<i>127</i>
---	-------------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem origem em inquietações surgidas das minhas experiências na prática de formação em economia solidária e de autogestão nas relações de trabalho. A primeira versão deste projeto era dedicada a investigar o significado da “pedagogia da autogestão” na formação de educadores. Conheci esta expressão quando participei da política nacional de formação em economia solidária, mais especificamente no Centro de Formação em Economia Solidária (CFES). O CFES é uma ação do governo que faz parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

A primeira atividade em que participei do CFES do I curso nacional, realizado em Brasília, em 2009, em três módulos, somando 80 horas presenciais e 40 horas a distância. Era destinado à formação de formadores em economia solidária oriundos de todo o país. Participaram representantes de entidades que já realizavam a formação em economia solidária e eram executoras ou co-executoras da política do CFES nos estados e regiões.

No movimento de economia solidária, a formação está voltada, sobretudo, ao apoio de grupos econômicos que pautam suas ações na autogestão. Os participantes do movimento chamam estes grupos de empreendimentos econômicos solidários (EES). A organização autogestionária dos EES parte da elaboração coletiva de soluções para as necessidades encontradas no cotidiano, tendo como base a solidariedade, a igualdade e a relação democrática entre os membros. Tais práticas implicam um tipo de educação específica.

Segundo Singer, a “Economia Solidária é um passo decisivo 'para além' do aprendizado pela vivência, pois ela propõe a solidariedade não só como imposição da necessidade, mas como opção consciente por outro modo de produção” (SINGER, 2005, p. 20).

Assim, a especificidade da formação em economia solidária decorre principalmente do fato de que os grupos propõem uma forma de organização e desenvolvimento da atividade econômica diferente da que estamos acostumados e quase oposta à maneira como fomos educados.

Minha prática de formação veio da experiência, de 2006 a 2011, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), participando da incubação de alguns grupos de produção e trocas. A incubação é um processo de formação voltado para a criação de grupos de economia solidária, no qual se aborda tanto o desenvolvimento da atividade econômica (da produção até a comercialização) quanto a formação do grupo (seus acordos, a definição de sua “filosofia de trabalho”). Também na ITCP, realizei, desde 2008, a formação de novos formadores da incubadora, por meio de cursos destinados aos estudantes que ingressaram na ITCP.

Todas as atividades da incubadora, inclusive sua organização interna, têm como princípio orientador a autogestão. Nos cursos de formação de formadores realizados na ITCP, a autogestão é um dos temas principais, mas, era muito forte a influência do ensino escolar, marcado pela transmissão de conteúdos a partir de aulas expositivas. Assim, os cursos tinham como atividade primordial as exposições de professores, integrantes da ITCP e do movimento de economia solidária, sobre temas relativos ao trabalho da ITCP e sobre as experiências de autogestão.

No curso do CFES¹, deparei-me com uma prática de formação de formadores distinta da prática da ITCP, que eu pensei, num primeiro momento, que tratava a autogestão com maior radicalidade. É preciso ressaltar que o público-alvo dos cursos do CFES era diferente do público dos cursos de formação de formadores da ITCP. Os cursos do CFES estavam voltados aos formadores que já realizavam a formação em economia solidária e os da ITCP são de introdução, voltados às pessoas que desconhecem o tema.

A metodologia do curso nacional do CFES se baseou em envolver todos os participantes na gestão do curso, a partir da divisão da turma em comissões, que, durante o andamento do curso, reuniram-se para planejar atividades que foram realizadas por todo o grupo. No primeiro curso nacional do CFES, as comissões eram: infraestrutura; criatividade; monitoramento; registro e memória; avaliação. De forma geral, a comissão de infraestrutura tinha o objetivo de garantir a qualidade do espaço e que este estivesse adequado para realizar as atividades; a de criatividade, elaborar ações que visassem à integração dos participantes; a de monitoramento cuidava do andamento

¹ No capítulo 4, dedicado ao CFES, apresentarei com mais detalhes as atividades e a política deste centro como um todo.

da programação; a comissão de registro e memória auxiliava na sistematização de informações sobre o que ocorria nos cursos, a partir de formas criativas de registro; e a de avaliação realizava com o grupo as avaliações processual e final do curso.

A metodologia de trabalho das comissões foi nomeada de gestão compartilhada do curso. A orientação dada neste primeiro curso nacional foi de sua metodologia ser utilizada também nas atividades regionais, estaduais e locais.

Esta forma de gestão compartilhada foi debatida durante o próprio curso nacional e houve questionamento se a simples divisão do trabalho representava uma autogestão e sobre quais as diferenças entre a autogestão e a gestão compartilhada. Uma das considerações foi que, para realizar a autogestão do curso, a decisão deveria ser compartilhada, mas, que esta tinha limites, dada a existência de uma coordenação que já havia preparado as atividades.

Outro ponto do curso do CFES nacional que chamou a atenção dos participantes, trazendo também alguma polêmica, foi que a abordagem dos temas principais (economia solidária e educação popular) foi feita, sobretudo, a partir da apresentação da experiência dos próprios formadores. Houve, por conta desta característica, alguns estranhamentos, principalmente por não haver apresentação expositiva sobre os temas.

Assim, relacionei estas duas características do I curso nacional do CFES (a gestão compartilhada e o enfoque das experiências dos participantes) ao que os coordenadores do curso nomeavam de “pedagogia da autogestão” do curso. Segundo relatório do I curso nacional do CFES (CFES, 2009), a “pedagogia da autogestão” visa traduzir para as atividades de formação a dinâmica vivida no interior de um empreendimento autogestionário.

Esta tradução foi o que despertou meu interesse para realizar o mestrado. Porém, inicialmente, minha formulação do objeto de pesquisa era muito genérica e, principalmente por conta de minha falta de experiência em pesquisa, eu não tinha a menor ideia de como fazer um recorte, definindo um problema dentro do tema. Assim, meu projeto inicial, apresentado à Faculdade de Educação, era uma explanação sobre a educação e a autogestão e uma investigação bibliográfica de como alguns autores, a maioria militantes do movimento de economia solidária no Brasil, conceituam esta prática pedagógica.

A partir da reelaboração do projeto e das disciplinas que estudei, fui delimitando melhor qual era meu problema de pesquisa, percebendo que meu interesse na

dissertação não era compreender o que fundamentava a educação para a autogestão, mas, como a prática da “pedagogia da autogestão” fortalecia o movimento de economia solidária.

Ao mesmo tempo em que eu refletia sobre o problema de pesquisa, continuei atuando no CFES como representante da ITCP-USP, principalmente na organização das ações no estado de São Paulo. Então, busquei investigar como a “pedagogia da autogestão” no CFES fortalecia o movimento de economia solidária. A prática trouxe novas questões e direcionou meu olhar para perceber que havia uma intenção de que a “pedagogia da autogestão” também tivesse influência na forma de execução da política. Refiro-me a uma intenção, pois a forma de execução de uma política pública traz diversos entraves à participação popular. A estrutura do edital publicado por um órgão do Estado já direciona a condução da política (restringindo, por exemplo, no caso do CFES, o tipo de entidade que pode concorrer pela amplitude das propostas) e a forma como o edital é elaborado é fruto de uma conformação de interesses diversos que envolve atores como as diferentes entidades de formação (da igreja Católica, sindicatos, universidades, ONGs etc.) e o governo.

Assim, cheguei a um novo tema, o da relação entre as políticas públicas e os movimentos sociais, estabelecendo o seguinte problema de pesquisa: como as políticas brasileiras federais de economia solidária, voltadas para a formação, fortalecem o movimento de economia solidária? A partir deste problema, defini como objeto de estudo a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária no estado de São Paulo, iniciada em 2009.

O fortalecimento da economia solidária por meio das políticas públicas federais ainda é um tema pouco abordado pela produção científica. Em levantamento realizado por Bertucci a partir do banco de dados da Capes (2010, p. 146), das 226 pesquisas localizadas pelo assunto “economia solidária” com data até 2007, apenas cinco tinham como tema a política federal de economia solidária. Nas buscas que realizei em 2012, encontrei 435 teses e dissertações com o assunto “economia solidária” (expressão exata), defendidas entre 1987 e 2010. Destas, 171 eram dedicadas à análise das políticas públicas e apenas nove às políticas federais de economia solidária. Este fato se deve à institucionalização da política em nível federal ser relativamente recente, já que a Senaes foi criada em 2004.

Dentre as análises consultadas, que realizam um debate mais específico acerca do sentido das políticas federais de economia solidária, Barbosa (2005) representa uma das perspectivas mais críticas, entendendo que as políticas de economia solidária foram concebidas a partir de um ideal embasado na precarização do mundo do trabalho e que reforçam este cenário.

Outra concepção é apresentada por Bertucci, que entende que as políticas federais de economia solidária requerem aperfeiçoamento, mas, que estas não representam um reforço ao processo de precarização do trabalho:

A possibilidade de se obter resultados substancialmente mais importantes, com uma política integrada às prioridades do Estado é limitada por certo isolamento da SENAES na estrutura do governo e pelo fraco envolvimento de outros órgãos do Estado na política pública de apoio à ES. No entanto, mesmo que maior atenção fosse dada a ES, é preciso verificar que a política de ES, em sua concepção prática precisaria de maior consistência para orientar um projeto de desenvolvimento nacional justamente por ser restrita à economia de empreendimentos autogeridos. (2010, p. 88).

Encontrei apenas uma pesquisa, Alaniz (2012), que enfocou o papel das políticas de formação em economia solidária. Esta entende que a política de formação da Senaes está inserida em um contexto marcado por cooptação dos movimentos sociais pelo governo Lula. Assim, as ações formativas possuem diversas dificuldades para aprofundarem o enraizamento da lógica autogestionária, já que estão atreladas ao Estado, que atua e se organiza segundo uma lógica totalmente oposta à da autogestão.

A pesquisa de Alaniz (2012) teve como enfoques o projeto PROESQ/PNQ (Projeto Especial de Qualificação/Plano Nacional de Qualificação) executado pela Rede Abelha/RN e o CFES nacional. Em relação ao CFES, aquela autora conclui que o projeto nacional teve sua expectativa frustrada, pois não se tornou referência na propagação de metodologias e pesquisa para a educação em economia solidária; e também não fortaleceu os EES.

A tese de Alaniz foi referência para investigar o impacto do projeto, porém minha pesquisa seguiu um caminho distinto. Como o problema de pesquisa consiste em compreender o fortalecimento do movimento (ou não) a partir do CFES, realizei, inicialmente um aprofundamento teórico para definir os termos do fortalecimento. Para além da teoria, também realizei entrevistas com a finalidade de definir, a partir das experiências práticas, a caracterização do movimento de economia solidária e posteriormente os fatores que possibilitam seu fortalecimento. Foi a partir destas

definições que, juntamente com as entrevistas, foi possível pensar no impacto do CFES para o movimento, buscando vê-lo de forma ampla, não atrelado totalmente às expectativas iniciais da política.

O significado de fortalecimento dos movimentos sociais foi dado a partir de um estudo sobre a sociedade contemporânea e os processos de subjetivação, que tem como base a obra de Touraine. Uma síntese das contribuições teóricas da sociologia da ação, de Touraine, com destaque para a obra *Crítica da modernidade* (2002), compõe o primeiro capítulo da dissertação.

Para Touraine (2002), a emergência da modernidade é constituída simultaneamente pelos processos de racionalização e subjetivação, que foram se separando gradativamente e tornando-se interdependentes. Neste contexto, o movimento social é um sujeito coletivo que luta para ser produtor de si mesmo e de seu ambiente e, para tal, está colocado em relação de conflito com os papéis e condutas impostas pela sociedade.

O processo de subjetivação é uma luta que se coloca na experiência concreta, a partir da contraposição a um adversário que oprime o exercício da liberdade do sujeito. No caso dos movimentos sociais, é uma luta que se dá pela orientação cultural da sociedade, entre adversários com projetos bem definidos, vinculados entre si por relações de poder. Assim, segundo Touraine, cada movimento social deve ser analisado a partir de: um adversário social ao qual se opõe; o conflito central que o articula ao adversário; e o que é necessário para que o movimento supere este conflito.

Esta pesquisa analisou o fortalecimento do movimento de economia solidária a partir do enfoque apresentado por Touraine. Portanto, o fortalecimento é entendido como o conjunto das ações que promovem a construção (na teoria e na prática) de uma identidade coletiva, que permitem avançar na definição clara de quem é o adversário comum, do projeto político que pauta a luta e que possibilitam avançar na luta concreta.

Para definir inicialmente os termos deste fortalecimento, investiguei o que o próprio movimento já havia refletido e sistematizado sobre o tema. Esta retomada foi realizada a partir da leitura de autores e pesquisadores que, nas últimas décadas, sistematizaram e refletiram sobre as experiências de economia solidária e dos documentos finais das plenárias e conferências nacionais. Estas reflexões desenvolvidas em âmbito nacional são produto do encontro de um grande número de representantes dos diferentes grupos que compõem o movimento, de todas as regiões do Brasil. As

plenárias nacionais são reconhecidas como instrumento de deliberação nacional e as conferências são instrumento do Estado para dialogar com o movimento, aperfeiçoando e concebendo políticas públicas para o setor.

A partir das concepções de fortalecimento presentes nos documentos nacionais produzidos pelo movimento, na fala de integrantes do movimento e em minhas percepções enquanto militante da economia solidária, tracei um sentido de fortalecimento que subsidiou a investigação do problema de pesquisa. A pesquisa teve como objetivo geral identificar como a política federal de formação do CFES fortalece o movimento de economia solidária no estado de São Paulo.

Para alcançar este objetivo geral, realizei os seguintes objetivos específicos: explicitarei a conceituação sobre movimentos sociais da sociologia da ação, a partir das leituras de Touraine e, com tal conceituação, caracterizei o movimento de economia solidária. Em seguida, identifiquei os significados atribuídos pelo movimento aos fatores que o fortalecem. Finalmente, situei as atividades do CFES que contribuíram para o fortalecimento do movimento no estado de São Paulo.

O problema de pesquisa apresentado foi abordado a partir do exame da hipótese de que a implantação do CFES em São Paulo fortaleceu o movimento, contribuindo para a afirmação deste enquanto sujeito coletivo, a partir da articulação dos formadores e da sistematização das experiências de formação.

Em relação à articulação dos formadores, a hipótese de pesquisa foi que o CFES possibilita criar redes de apoio mútuo entre os atores, incrementando a sua comunicação e organização. Já a sistematização de experiências é um meio de divulgação das práticas e de reconhecimento da sua identidade e diversidade. Assim, os atores passaram a reconhecer o que cada um está fazendo em diferentes lugares do estado de São Paulo. A partir deste reconhecimento, é possível discutir e articular uma identidade comum das experiências, também trocando informações e fortalecendo a ajuda mútua.

Considere que tais contribuições do CFES poderiam fortalecer o processo de afirmação da identidade do movimento enquanto um sujeito coletivo e que também contribuem para uma definição mais clara de seu adversário social, do conflito que envolve a ambos e do projeto cultural da economia solidária, caso se tratasse de um movimento social nos termos de Touraine.

Para investigação do problema e exame da hipótese, foram realizadas atividades de descrição do CFES, de exame da conceituação dos movimentos sociais, de

posicionamento quanto à literatura pertinente ao tema da pesquisa e à documentação produzida pelo movimento.

A descrição do CFES foi feita com recurso aos documentos do projeto nacional da regional sudeste. O projeto do CFES foi abordado nos níveis nacional e regional, contando com uma descrição mais pormenorizada das atividades em nível estadual.

Para examinar a conceituação acerca do processo de construção dos movimentos sociais no contexto atual da modernidade, fiz um balanço de algumas obras selecionadas de Touraine (1977, 1997, 2002, 2006, 2007).

O posicionamento quanto à literatura específica e aos registros do movimento foi conduzido por meio da revisão bibliográfica e documental sobre o movimento de economia solidária no Brasil. Sistematizei um breve histórico, a apresentação dos principais atores, da forma de organização política e das políticas públicas (com enfoque nas políticas federais dedicadas à formação).

Para auxiliar as análises sobre o sentido do fortalecimento para o movimento de economia solidária e o impacto do CFES no estado de São Paulo, realizei seis entrevistas semi-estruturadas com integrantes do coletivo estadual do CFES. A análise das entrevistas também foi feita segundo a concepção de fortalecimento do movimento derivada do enfoque de Touraine. A escolha das pessoas a ser entrevistadas se deu por conta do envolvimento delas na implantação do CFES no estado de São Paulo. Foram entrevistados dois gestores públicos, dois integrantes de empreendimento e dois integrantes de entidades de fomento. Para identificar os entrevistados, utilizei a seguinte nomenclatura: gestor 1 e 2, integrante de empreendimento 1 e 2 e integrante de entidade de fomento 1 e 2.

CAPÍTULO I – OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DA MODERNIDADE

Para investigar os fatores que possibilitam o fortalecimento da economia solidária, busquei analisar os tipos de ações coletivas que conformam o conjunto de práticas concernentes a ela. Neste capítulo, apresento a concepção teórica que norteou esta pesquisa e levou ao entendimento da economia solidária como um sujeito coletivo que desenvolve ações em distintos níveis, a saber: o das organizações, o dos grupos de pressão política e o dos movimentos sociais.

1.1 A MODERNIDADE ENTRE A RAZÃO E O SUJEITO

Para Touraine, não há dúvidas de que o mundo atual escolheu a modernidade. Ele se coloca contrário aos teóricos que falam em anti-modernidade, afirmando que a modernidade não pode ser identificada a um modo particular de modernização, como o capitalista. Para ele, o processo de emergência da modernidade se definiu a partir da negação da tradição, o que resultou na dificuldade em caracterizá-la positivamente.

A modernidade é a anti-tradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado natural e a entrada na idade da razão. (TOURAINÉ, 2002, p. 216).

Porém, a modernidade não pode ser definida apenas pela racionalização, possuindo outra metade que é o processo de subjetivação. Ao argumentar que a razão não é a única figura da modernidade, como afirmou o modernismo, Touraine retoma seu processo de emergência que ocorreu por meio da separação entre o conhecimento do homem e o conhecimento da natureza. Esta separação resulta da quebra de correspondência entre o sujeito divino e uma ordem natural, que permite ao homem observar o mundo e desvendar suas leis. Portanto, o logos divino foi substituído pela lei científica, mas também pela subjetivação e emergência de um sujeito humano concebido como liberdade e como criação.

Com o desencantamento do mundo (a perda de seu caráter divino) o homem passou a se submeter ao governo da razão, mas também a reconhecer em si mesmo a natureza, tornando-se sujeito no mundo. A visão racional desmistifica o mundo, permitindo que o homem se torne sujeito e atue sobre este.

O sujeito da modernidade é descendente do sujeito da religião (que era Deus), mas, é um sujeito secularizado. Portanto, é na própria tradição religiosa que Touraine reconhece a origem do sujeito, que, na pré-modernidade, estava encerrado na figura de Deus. Esta tradição remete à existência de um princípio não-social de regulação do comportamento humano, como foi a ideia de direito natural que inspirou a Declaração dos Direitos de 1789, reconhecendo o direito de ser sujeito acima da ordem da lei.

Para Touraine, a modernidade é mais comumente identificada somente à libertação da razão, pois ela se desenvolveu lutando contra a metade dela mesma, perseguindo o sujeito em nome da ciência. Mas, ela só existe a partir da interação entre os dois.

A modernidade triunfa com a ciência, mas também desde que as condutas humanas são reguladas pela consciência, seja esta ou não chamada de alma, e não mais pela conformidade à ordem do mundo. (idem, p. 219).

É a separação e interdependência crescente entre racionalidade e subjetivação que define a modernidade. Estas duas facetas se encontravam presas na pré-modernidade, quando o sagrado garantia um princípio unificador e uma concepção unificada da vida social.

A globalização dos problemas do mundo torna-o compartilhado por todos, mas, trata-se de um mundo fragmentado e imerso na separação entre a racionalidade e a subjetivação.

No meio desses fragmentos de vida social carregados de valores opostos se agita a multidão de formigas atreladas à racionalidade técnica, operadores, empregados, técnicos, com posição alta ou baixa, que é levada a não se preocupar com os fins de sua ação. (idem, p. 230).

Portanto, a modernidade se caracteriza pela passagem de uma visão centralizada para uma visão bipolar da vida social. Nesta, faz-se a gestão da separação e da interdependência entre a racionalidade e a subjetivação. Como desdobramento, a figura do sujeito também está sempre cortada em duas e o resgate de um princípio de integração só pode ser dado pela dupla composta por razão e sujeito e não pelo sujeito

de forma isolada. Ele religa os elementos fragmentados da modernidade tecendo relações de complementaridade, mas também de oposição; ele é a luta para articular as necessidades pessoais à consciência de pertencimento a um grupo. Assim, como não é possível isolar o sujeito, é necessário conviver com uma visão dualista tanto do sujeito como da sociedade.

Touraine destaca a modernidade como processo no qual o sujeito produz a si mesmo, não como a passagem da subjetividade para a objetividade. Para ele, o movimento de secularização humaniza o sujeito que era Deus e que passa a se constituir como vontade de produzir sua própria experiência e seu meio ambiente. Portanto, a exigência da liberdade aparece como a melhor definição da modernidade. O sujeito é o controle exercido sobre o vivido para que tenha sentido pessoal, para que o indivíduo (a unidade na qual experiência e consciência coexistem) se torne ator, sem que ele nunca se reconheça inteiramente com nenhuma coletividade.

O pensamento racional permitiu a emergência do sujeito, mas, não libertou o indivíduo, já que, na ordem social, o critério do bem se tornou a utilidade social. Houve o enfoque na razão em detrimento do sujeito, que foi considerado fonte de desejos egoístas e possuidor de uma perspectiva limitada em relação à totalidade potencial do pensamento racional. A sociedade moderna não aceitou o individualismo de fato, possuindo maior apreço pelos papéis sociais. Ela substituiu os particularismos pelo universalismo da razão.

Este apelo ao universalismo da razão, que exerceu grande fascínio nas sociedades ocidentais, é alvo de grande desconfiança hoje, pois permitiu a destruição de muitas vidas individuais, subjugadas pelos aparelhos públicos que tomam decisões em nome do bem comum.

Por conta das experiências totalitárias e também pela disseminação da sociedade de consumo e informação, a crença no universalismo da razão foi enfraquecida. Assim, houve a passagem da luta contra a ordem sagrada para a luta contra a racionalização dominadora. Atualmente, a ideia de modernidade está mais relacionada à liberação e satisfação dos desejos do que ao triunfo da razão.

1.2 A EMERGÊNCIA DO SUJEITO

Para Touraine, o sujeito é o apelo à transformação dos condicionamentos impostos pelos papéis sociais. É a luta pela emergência do ator, ou seja, para adentrar nas relações sociais, transformando-as. Ele visa sempre ampliar e defender sua liberdade.

Na tradição religiosa monoteísta, o sujeito era o próprio Deus, que estava presente de forma universal em todos os seres. A secularização humaniza-o e, ao racionalizar o mundo, liberta o sujeito. Na modernidade, o sujeito é o desejo de liberdade para produzir a realidade social e a experiência individual. A tensão entre o sujeito e os papéis sociais não chega a se resolver, pois é a partir da negação das lógicas impessoais que o sujeito se constitui.

A subjetivação, que é o processo pelo qual o homem vai se tornando (parcialmente) sujeito, tem o homem como fundamento dos valores humanos. Ela é oposta à submissão individual aos valores transcendentais. Assim, as normas instituídas socialmente deixam de ser subsídio para a moralidade e a liberdade do homem se torna esta base.

Porém, o sujeito é diferente da ideia de individualismo, pois não pode ser isolado do par que compõe com a ideia de racionalização, com o risco de ser destruído; também não pode conviver com uma razão que legitima a destruição de crenças, patrimônios coletivos e história individual.

Na luta contra a ordem estabelecida, a razão aparece como instrumento da liberdade, mas, não é suficiente para frear as imposições e os totalitarismos. Daí a importância da concepção de sujeito que “afirma a superioridade das virtudes particulares sobre os papéis sociais e da consciência moral sobre o julgamento público” (TOURAINÉ, 2002, p. 225).

A subjetivação é um movimento de oposição e complementaridade com a racionalização. A razão permite a emergência do sujeito, ao desencantar o mundo e possibilitar que o homem haja sobre o mundo como sujeito. Mas, também pode ser um instrumento para impor poder.

O sujeito não pode ser convertido em valor central da sociedade, já que está mais relacionado à ideia de dissidência e de defesa da liberdade, em oposição aos poderes

opressores. Assim, não pode haver correspondência entre a organização social e o sujeito individual. Neste sentido, o sujeito não é o que propõe uma nova organização social, mas, o que luta por alguma liberdade que está sendo restringida.

Outra característica do processo de subjetivação é que o sujeito só se constitui enquanto tal, como criador de si mesmo e produtor da sociedade, a partir da relação com os outros. É necessária a saída do isolamento e estabelecimento de relações não mediadas pelos papéis sociais, mas, de apoio ativo entre os indivíduos na luta contra o que oprime as liberdades. Assim, o indivíduo precisa sair de si mesmo para se constituir também em ação direcionada à liberdade.

Touraine fala sobre o retorno do sujeito, pois entende que a modernidade é marcada pelo aparecimento e reaparecimento deste. O Iluminismo e os filósofos da história representam concepções otimistas em relação ao poder da sociedade sobre ela mesma, identificando-a com o progresso, a razão e a liberdade. Porém, as experiências totalitárias apresentaram a face repressiva deste poder social, demonstrando a importância da identificação social com as resistências. As sociedades de consumo também não se apresentam como espaços para o desenvolvimento do indivíduo livre, ou como sujeito: “Pois o retorno do sujeito marca o declínio de todos os princípios unificadores da vida social, seja o Estado ou o mercado” (idem, p. 242).

1.3 O MOVIMENTO SOCIAL COMO SUJEITO E O CONTEXTO ATUAL

Touraine entende o movimento social como um sujeito coletivo, portanto, ele não se constitui pela análise sobre si mesmo, mas, por oposição aos papéis sociais definidos pelos centros de poder.

“Aqueles que consomem a sociedade em vez de produzi-la e de transformá-la são submissos aos que dirigem a economia, a política, a informação” (TOURAINÉ, 2002, p. 247). O sujeito representa o contrário desta situação, ele é a recusa da imagem da vida social imposta a partir do exterior, o que leva à luta pela livre produção de si mesmo.

O sujeito é um modo de construção da experiência social, que tem sua existência baseada na contestação da lógica da ordem estabelecida. Na modernidade, a ordem é

representada pelos modelos racionalizadores, que transformam os indivíduos em simples consumidores, eleitores e trabalhadores.

A experiência de luta não é uma práxis de identificação com a história, mas, uma ação libertadora concreta, determinada pelas orientações e contexto específicos vivenciados pelo sujeito. Touraine reconhece o retorno do sujeito tanto no espírito burguês quanto no movimento operário, em suas lutas pela totalidade. Estas lutas foram travadas contra adversários sociais que se identificam com o sentido do progresso e com a racionalização.

O movimento operário não se contenta em reivindicar melhores condições de trabalho e de emprego, nem mesmo de exigir o direito de negociar e de assinar convenções coletivas; ele apela para a defesa do sujeito operário contra uma racionalização que ele não rejeita, mas que se recusa a ver identificada ao interesse patronal, e, desde o final do século XIX, se fala de justiça social, é para indicar a necessidade de combinar os dois princípios da modernidade, a racionalização e a “dignidade” do trabalhador. (TOURAINÉ, 2002, p. 252).

A luta do movimento social é, portanto, pela recusa da identificação da racionalidade com um interesse determinado, que restrinja a liberdade do sujeito. Esta luta tem como enfoque disputar as orientações culturais, os valores de uma sociedade, a partir da oposição a um adversário ao qual o sujeito está ligado por relações de poder. É por isto que Touraine afirma que não existe movimento social na sociedade industrial enquanto os operários se opõem à industrialização, quebrando as máquinas.

Uma luta reivindicadora não é por si mesma um movimento social; ela pode ser defesa corporativa, utilização, da conjuntura sobre o mercado de trabalho e até pressão política. Para que ela se torne movimento social, é preciso que fale em nome dos valores da sociedade industrial e se faça sua defensora contra seus próprios adversários. (idem, p. 254).

Assim, não se pode separar o conflito social dos valores culturais. Na sociedade moderna a luta coloca em disputa a realização social da racionalização e da subjetivação.

Para compreender o conflito central da atualidade, Touraine (2002) apresenta o conceito de sociedade programada, que define a sociedade pós-industrial, a qual é dirigida pelo grande crescimento das indústrias culturais. Nesta, o enfoque da produção não são mais os bens materiais, passando para os bens culturais.

A ideia de sociedade programada remete à busca constante de previsão e direcionamento dos comportamentos e desejos. A dominação ocorre para além do

trabalho e da estrutura jurídica, atingindo também os corpos e almas dos indivíduos. Assim, neste tipo de sociedade, o conflito central está relacionado diretamente ao âmbito dos valores culturais e a luta se dá, sobretudo, para definir a finalidade das produções culturais, mais do que pela direção dos meios de produção.

Neste processo, os movimentos sociais se orientam no âmbito moral, dos valores culturais, buscando defender e expandir sua liberdade. Eles se caracterizam mais pelo desejo de transformar a própria vida do que de criar novos tipos de sociedade. Para Touraine:

Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Isto é verdade tanto no que se refere ao movimento dos dirigentes como ao dos dirigidos. Ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social. (idem, p. 254).

Porém, o movimento social não é uma corrente de opinião, pois ele questiona uma relação de poder concreta assim como é experimentada pelos indivíduos e luta pela orientação cultural da sociedade.

Atualmente, é no campo da cultura do consumo que está colocado o conflito central, opondo a defesa do sujeito à sociedade de consumo que o transforma em demanda de mercado. Com a difusão da sociedade de consumo, nasceu um individualismo que é contrário à ideia de sujeito. Ele está relacionado com a emergência do modelo liberal e a passagem da sociedade da ordem para a sociedade do movimento, na qual o sujeito se define de forma negativa, pela recusa ao que impede a liberdade individual e coletiva.

O modelo liberal reconhece o mercado como um elemento central e almeja reduzir as ações estatais à garantia de condições e regras que propiciem a livre circulação das pessoas e bens. Porém, a ideia de sociedade de massas, que reduz a sociedade ao mercado, não considera as relações sociais e as iniciativas sociais e coletivas.

Touraine aponta esta cultura do consumo como uma das armas de dissolução do Ego, que é transformado num conjunto de papéis sociais. Com as críticas à razão objetiva, houve a emergência do desejo impessoal, da linguagem do inconsciente, das consequências das estruturas sociais sobre as personalidades individuais e tal gerou a perda de sentido do Ego.

Esta crítica ao racionalismo levou ao surgimento de quatro forças que, segundo Touraine, formam a sociedade atual: a sexualidade, as necessidades mercantis, a empresa e a nação. “Nesse nível, a única realidade é o indivíduo, pois ele é o lugar onde se encontram e se misturam forças impessoais estranhas umas às outras” (2002, p. 283). Neste contexto, o “sujeito define-se pela reflexividade e pela vontade, pela transformação refletida de si mesmo e do seu meio ambiente” (idem, p.286).

A sociedade de consumo abrange a ruptura entre os símbolos que invadem a vida pública e o sentido destes, que se torna privado. Portanto, esta sociedade reforça os mecanismos que destroem o sujeito, mas também permite a ampliação de seu campo de atuação. Ela aumenta a possibilidade e diversidade de papéis sociais, conferindo códigos e comportamento cada vez mais complexos. Assim, beneficia a emergência do Eu, que se caracteriza por estar situado no centro do universo da ação.

O sujeito não se constitui na consciência de si mesmo, mas, na ação, na luta contra as forças que o impedem de tornar-se sujeito. Para Touraine, ele é sempre um “mau-sujeito”, forma-se mais pela luta por libertação do que pela razão. Nesta formação, é central a relação com o outro, como sujeito e, portanto, participando de sua luta para se emancipar do que o impede de se tornar sujeito. Como os obstáculos à subjetivação são quase sempre sociais, esta posição não pode ser simplesmente individual.

O sujeito também é caracterizado por ser fraco, pois se situa entre a dominação dos aparelhos de poder e o afastamento de uma parte de si mesmo, das pulsões, instintos orgânicos e inconscientes. Ele nunca triunfa e só se afirma pela negação das lógicas impessoais.

Touraine associa o sujeito à esperança, porque ele não está fora do mundo, mas, alia distanciamento à expectativa de possuir sua liberdade. O sujeito está distanciado da ordem social, mas também possui uma experiência imediata e concreta. Assim, o sujeito se manifesta no indivíduo, a partir da relação deste com o externo, sua confrontação e articulação das distintas expressões de si.

1.4 A ANÁLISE DAS AÇÕES COLETIVAS

Touraine compreende os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva determinada e apresenta a caracterização de outros tipos de ações. Esta distinção é fundamental para que possamos conhecer e analisar melhor o movimento de economia solidária.

Para Touraine (1977), há diferentes tipos de ações coletivas, que atuam em distintos níveis: o da ação histórica, o institucional e o organizacional.

As ações no nível organizacional se caracterizam por uma dualidade marcante, pois os membros das organizações se definem em relação à sua posição, a partir de dentro e de fora destas. Tal implica que esta ação também é determinada pelos outros papéis que os atores têm, pois também se situam fora da organização. Outra característica deste nível é que os atores possuem um interlocutor claramente definido, que possui o poder e autoridade dentro da organização. As reivindicações neste âmbito são descontínuas e ocorrem dentro da própria organização, são, portanto, voltadas contra a desorganização e pela reorganização do sistema atingido pela crise.

Um segundo nível no qual as ações coletivas ocorrem é o institucional. O sistema institucional gera decisões que determinam o quadro das organizações. Neste âmbito, os atores agem como forças sociais, que se caracterizam por possuírem discernimento acerca dos limites do âmbito de decisão. Eles visam ampliar sua posição no sistema de influência e possuem uma estratégia complexa (pois se constituem por interesses diferenciados) e têm a ação sempre dirigida para uma decisão a ser feita.

O sistema institucional é limitado, pois não abrange a negociação de todos os protestos e tampouco a representação de todas as demandas. Assim, a pressão sobre este sistema reconhece alguns limites e se caracteriza por estar voltada para e contra a instituição. Ela exige o tratamento institucional de suas demandas ou se constitui numa força anti-institucional. A ação, neste nível, ocorre num âmbito mais político do que social, ela é resultado das disfunções do sistema institucional.

Os movimentos sociais se situam no nível da historicidade, eles não se reduzem a um projeto de mundo, estando sedimentados na ação de um ator coletivo definido em relação a um conflito social entre adversários que possuem a mesma linguagem, mas,

que não são grupos concretos. Portanto, não se caracterizam como estratos sociais, pois se situam num plano mais abstrato.

Touraine ressalta três características constituintes dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade. A identidade é dada por como o ator entende a si mesmo. Mesmo antes de se auto-definir, o movimento já existe, pois ele se organiza a partir de um conflito. Este ator nunca é dado pela observação instantânea e a identidade é construída em relação à luta real contra o oponente social e à identificação da finalidade desta.

O adversário do movimento social (a oposição) se coloca na emergência do conflito. Este conflito é experimentado pelo movimento como um conflito entre classes e só parcialmente pode se manifestar no nível institucional, pois ele ocorre no âmbito do modelo cultural que orienta a sociedade considerada.

Os adversários sociais disputam o princípio de totalidade, portanto, os movimentos sociais só existem se o sistema de ação histórica é objeto de visões opostas. Os movimentos não se caracterizam por terem um projeto social alternativo, pois este só pode ser definido nos níveis institucional e da organização social. Assim, os movimentos podem ser reformistas, reformistas-revolucionários ou revolucionários. Eles unem esperança de transformação com a recusa à orientação dada ao sistema de ação histórica.

Na relação entre os três níveis de análise, o da historicidade, ocupado pelo sistema de ação histórica, determina o sistema político (institucional) e, por meio deste, a organização social.

Outro tipo de conduta distinguida pelo autor são os protestos modernizadores. Estes se colocam em oposição à perda de historicidade da sociedade, quando esta conserva o antigo e está mais comprometida com a conservação do passado do que com o futuro. Em geral, esta conduta ocorre mais no nível cultural do que social, como por exemplo, a partir da luta das mulheres contra a submissão e por igualdade. Assim, são movimentos que possuem grande indeterminação social, pois não são conduzidos por uma categoria social determinada, mas por uma variedade de categorias que não veem sentido na permanência de práticas que correspondiam a configurações do passado.

Sobre o trabalho com estes três conceitos na análise dos movimentos sociais, Touraine acrescenta:

I (identidade), **O** (oposição) e **T** (totalidade) não podem ser dadas como componentes que poderiam ser isolados pelo próprio ator: o princípio de identidade é o instrumento de separação de **O** e **T**, que se apresentam ligadas em razão da influência da classe superior sobre a historicidade. **O** só pode ser compreendida como mediadora da ligação entre **I** e **T**, o princípio de totalidade, o jogo, só aparece como tal pelo desconhecimento do conflito entre o ator e seu adversário, sem o que só seriam objetivo, isto é, seja a projeção de **I**, seja, ao contrário, um campo de encontro tão neutro quanto um campo de esporte. (TOURAINÉ, 1994, p. 348).

O movimento social é um elemento no campo da ação histórica. A classe superior administra diretamente a sociedade, colocando-se contrária a tudo o que aparece como limite à sua ação. Os movimentos das classes superiores se colocam como modernizadores, incitando as classes dominadas a adaptarem-se ao futuro.

Apesar desta orientação das classes superiores, o sistema de ação histórica possui autonomia e é construído por todos. O processo no qual a sociedade constrói a si mesma não pode ser realizado por um centro de poder, ele está unificado por uma orientação determinada da historicidade. Neste sentido, Touraine acredita que há certa autonomia na ação de professores, sábios e publicitários. Porém, os movimentos não veem que existem agentes com autonomia, julgando-os como dependentes de seu adversário.

Para Touraine (1994), o foco da análise sociológica deve estar sobre o campo da ação histórica e não restringido ao movimento social. Ele deve abranger duas ordens separadas de observação: do sistema de relações sociais econômicas e dos comportamentos sociais. A análise deve considerar que as classes estão simultaneamente na direção do passado e do futuro, não restringidas à condição na qual se apresentam no presente.

A análise também precisa considerar que os movimentos sociais não estão numa relação igualitária. Há conflito que é a situação de dominação da classe popular pela classe superior. Portanto, a classe popular está alienada, subordinada a uma participação dependente, que orienta sua ação de acordo com os interesses e a ação da classe dominante. Neste contexto, os movimentos populares vivem o seguinte conflito:

Ele é sempre marcado pela tensão entre a consciência alienada que reproduz o objetivo da classe superior e uma vontade de ruptura, que identifica os interesses populares com o sistema de ação histórica, rejeitando o adversário cuja ligação com o sistema de ação histórica é recusada. (TOURAINÉ, 1977, p. 357).

A análise sociológica deve estar atenta a esta tensão, sem reduzir a consciência popular à alienação. Pois todos participam ativamente no processo de produção e

reprodução da sociedade, portanto, os trabalhadores não podem ser considerados somente a partir da relação de dominação à qual estão subordinados. O movimento social é a luta contra esta alienação. Assim, ele também não se reduz à práxis, pois requer um exercício de abstração para além da luta, em oposição às crises institucionais e das organizações sociais.

Touraine apresenta duas formas de decomposição dos movimentos sociais, que podem se converter em transmissores de valores, ou de contradições. Se T prevalece sobre a oposição entre I e O, a ação está relacionada a um sistema de normas e valores, como no caso dos imigrantes ilegais dos EUA, que desejam sua integração no sistema, sem a identificação de um conflito central.

O outro caso é quando prevalece a oposição I-O sobre T. Neste caso, não há movimento social, pois o conflito não se refere a uma contradição presente no sistema social. Este caso pode ser ilustrado pela ação de movimentos que não identificam um objetivo geral mais amplo ao conflito no qual estão envolvidos.

Este enfoque de Touraine é importante porque apresenta instrumentos teóricos para compreender melhor a economia solidária. Com isto, busquei realizar uma análise que visa definir o movimento a partir das relações sociais.

1.5 A SOCIOLOGIA DA AÇÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

É, sobretudo, a partir da concepção de modernidade da sociologia da ação elaborada por Touraine, que a vê como dividida entre a racionalização e a subjetivação, que busquei entender as iniciativas do movimento de economia solidária. Assim, o movimento pode ser analisado tanto em sua busca por tornar mais racionais os processos econômicos (visando à apreensão pelos indivíduos de todas as etapas da produção, a sustentabilidade ambiental das atividades econômicas, a maior igualdade e liberdade entre os trabalhadores) como pela sua intenção de fortalecer os processos de subjetivação, ao focar a importância da autonomia e participação dos indivíduos nas diferentes etapas dos processos produtivos.

O movimento de economia solidária pretende estabelecer outra ética na esfera econômica, inserindo princípios como a solidariedade, igualdade e a justiça nas relações

de produção e troca, já que a instrumentalização da razão tornou impossível avaliar, por si mesma, se determinado fim é ou não desejável.

Sobre a racionalidade instrumental, Horkheimer (2002) caracteriza a sociedade contemporânea como um momento de ápice no processo de esvaziamento da razão, no qual ela foi totalmente instrumentalizada, ou seja, está imersa no pragmatismo. A racionalidade instrumental é caracterizada como um mecanismo abstrato do pensamento, que consiste na adequação dos métodos e modos de proceder aos fins desejados.

A razão instrumental é um desdobramento da razão objetiva, a segunda predominou durante muito tempo, concebendo que a razão está presente no pensamento de cada indivíduo, mas também no mundo objetivo, na realidade. Assim, o grau de racionalidade da vida de um indivíduo podia ser definido a partir de sua harmonia com a totalidade. O enfraquecimento da concepção da razão objetiva passou pela desvinculação entre a razão e a religião.

Como podemos ver no trecho a seguir, a economia solidária aponta para a necessidade de restabelecer uma racionalidade das práticas econômicas, para que estas sirvam às necessidades humanas e não à reprodução do capital, para além do pragmatismo.

A economia solidária, ao contrário, se propõe a tornar-se um novo sistema socioeconômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p.13).

Porém, é preciso verificar se a economia solidária enquanto prática econômica possibilita a experimentação de uma racionalidade não instrumentalizada na sociedade de mercado capitalista. Esta questão se coloca, sobretudo, porque, no sistema capitalista de mercado, a autonomia das iniciativas de economia solidária é muito limitada, já que o valor das transações econômicas, o ritmo e a forma de organização do trabalho são impostos pela concorrência no mercado. Verardo (2003) apresenta de forma clara este dilema vivido pelos EES:

Nisso reside nossa maior dificuldade: no relacionamento com o mercado tem-se que ser competitivo e duro; já no relacionamento com os parceiros ou companheiros, tem-se que ter um comportamento fraternal, não agressivo e tampouco duro e desumano. (p. 57)

Assim, não podemos ignorar a tendência apontada por Barbosa (2005) de os EES se inserirem numa lógica de exploração dos próprios trabalhadores, como forma de extração de mais-valia via desregulamentação do trabalho.

Portanto, apesar de a economia solidária intencionar a crítica das lógicas econômicas capitalistas consideradas irracionais, é necessário investigar quais as possibilidades que o movimento apresenta para o exercício de uma racionalidade não imediatista e instrumental nas relações econômicas. Esta questão também é central para analisar quais os fatores que permitem o fortalecimento do movimento, no sentido de contribuir à conformação em longo prazo de uma sociedade para além do capital.

Podemos entender a economia solidária como luta dos trabalhadores pela liberdade de exercer o trabalho não subordinado, característico do modelo patronal. Mas, outra característica marcante dos EES é que grande parte destes se constitui na luta pela sobrevivência em um contexto de precarização dos trabalhadores no mercado. Assim, a maioria das experiências surge como alternativa à condição de precariedade no mundo do trabalho, marcada, sobretudo, pela terceirização e informalidade, e não como ação articulada às lutas históricas dos trabalhadores em oposição ao capital e à relação de exploração entre patrões e empregados.

Com o conceito de subjetivação apresentado por Touraine, podemos indagar se a economia solidária possibilita processos de construção dos sujeitos de forma individual e coletiva, a partir do exercício da autogestão e da transformação das relações econômicas (das ações cotidianas e de reprodução da vida). Retomando o problema central desta pesquisa, a possibilidade de as políticas potencializarem o processo de subjetivação é um indicativo de fortalecimento da economia solidária.

Segundo as orientações e os instrumentos teóricos apresentados por Touraine, é possível analisar a economia solidária identificando, também, qual o adversário do movimento e em que conflito social ele está inserido. Examinando os documentos produzidos nas plenárias e conferências, percebe-se que este adversário está definido de forma bastante genérica, sendo, na maioria das vezes, nomeado como o capitalismo. Certamente, isto revela uma fragilidade da economia solidária, já que, sem esta definição, é difícil saber contra quem se dá a luta pela orientação cultural da sociedade.

O movimento se coloca contra as relações de exploração entre os homens na esfera econômica, porém, não estabelece uma luta direta contra os patrões e aposta na construção de alternativas para além destes, constituindo experiências de forma

autônoma. Isto pode resultar um pouco ingênuo, já que os EES são em sua maioria de porte muito pequeno e têm estrutura precária, não chegando a se constituir enquanto força para disputar as orientações culturais com as empresas capitalistas.

Apesar desta fragilidade, os EES apresentam um desejo de transformação da própria vida, mais até do que de implementação de outro projeto de sociedade. Isto pode ser ilustrado a partir da diversidade de práticas que constituem o campo da economia solidária, que se caracteriza mais por um leque diversificado de experiências econômicas do que por uma plataforma política única. Esta amplitude se expressa nas formulações que visam apresentar as características centrais do movimento:

Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 57).

Assim, também há dificuldades de definir se a economia solidária se constitui como orientação cultural ou como movimento social. Não há clareza se o objetivo do movimento é a libertação dos atores em relação a algum conflito social específico, ou se é um movimento formado por atores que lutam pela sobrevivência, encontrando na economia solidária uma forma de reprodução de suas vidas.

Tendo em vista o fortalecimento do movimento, são importantes as ações que contribuem (na teoria e na prática) para uma definição mais clara do conflito social no qual os atores da economia solidária estão envolvidos e de qual orientação cultural é defendida. A autogestão pode se constituir em orientação almejada, porém, a generalização de seu exercício nas relações econômicas não depende somente dos trabalhadores da economia solidária, podendo tornar-se uma ilusão ou um simulacro dentro do mercado capitalista.

CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 BREVE RETOMADA HISTÓRICA DA AUTOGESTÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

As iniciativas de auto-organização dos trabalhadores no Brasil não são recentes e remontam às sociedades tradicionais. Como coloca Sanchez:

É provavelmente desta tradição das sociedades originárias e da resistência negra à escravidão que a participação direta e coletiva de trabalhadores na organização do processo de produção também permeia boa parte das lutas camponesas no Brasil. Desde pelo menos a histórica resistência do "povoado" de Canudos, no século XIX, o processo de participação dos trabalhadores na organização da produção foi uma constante nas diversas lutas de resistência camponesa até os dias de hoje. (2012, p. 47).

Porém, o autor salienta que as iniciativas de autogestão dos trabalhadores ficaram marginalizadas, sobretudo, no movimento operário brasileiro. Sanchez (2012) apresenta dois fatores como predominantes neste processo: 1) a influência dos debates da II Internacional no movimento operário brasileiro, que entendia as experiências de autogestão como fadadas à degeneração e, assim, priorizava a formação de partidos políticos e sindicatos para construção de força política na disputa do Estado; 2) a expansão das relações de trabalho assalariado no processo de industrialização brasileira, dos anos 1930 ao início da década de 1980.

Portanto, os fatores acima mencionados, contribuíram para a ocorrência pontual das experiências de autogestão no movimento operário brasileiro, até o início dos anos 1980. Até este período o cooperativismo também não aparece como alternativa para a organização direta da produção pelos trabalhadores.

(...) o cooperativismo ficou neste período atrelado a uma estratégia governamental (principalmente da ditadura militar, nos anos 60 e 70) de modernização conservadora do campo brasileiro, se transformando mais em um instrumento de organização puramente produtiva (para ganhar escala e diminuir custos) da burguesia agrária atrelada ao agronegócio, perdendo ainda mais espaço como uma pauta e uma estratégia do movimento operário e perdendo a dimensão de participação dos trabalhadores na organização do trabalho e da produção e a radicalidade do projeto de autogestão. (SANCHEZ, 2012, p. 50).

É a partir do final da década de 1980 que este panorama começa a ser transformado, com a multiplicação das experiências de autogestão dos trabalhadores no país. Foi nesta década que o Brasil, assim como outros países da América Latina, viveu uma grande crise econômica. Porém, este também foi um período de intensa organização e mobilização popular, que levaram alguns cientistas sociais a nomear os anos 1980 de década das “invenções democráticas”, com a emergência de novos atores no contexto político (SADER, 2001). Para Sader, os novos atores que emergiram no cenário político:

Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros. (2001, p. 313).

A seguir apresento como, a partir do contexto de crise econômica e mobilização social, ocorreu a organização do movimento de economia solidária.

2.2 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras experiências de organizações econômicas autogestionárias, que posteriormente vão se autodenominar como economia solidária, emergiram num contexto marcado pela crise econômica dos anos 1980. No início daquela década, foram criadas as primeiras cooperativas de trabalhadores (existentes até hoje) que assumiram suas fábricas quando estas estavam em processo de falência. Este é o caso da Cooperminas, dedicada à exploração de uma mina de carvão em Criciúma (Santa Catarina), da Walling, indústria produtora de fogões em Porto Alegre e da Tecelagem Parahyba, com as fábricas em Recife e São José dos Campos. As experiências de fábricas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão se multiplicam nas décadas de 1980 e 1990 (SINGER, 2002).

É também a partir dos anos 80 que o MST desenvolve as primeiras experiências de associação para produção.

A política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida em 1991/92 com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por Cooperativas Agro Pecuárias, Cooperativas de Comercialização Regional, Grupos Coletivos e Associações; em nível estadual, estabeleceram-se Cooperativas Centrais de Reforma Agrária e em nível nacional criou-se a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.), em 15 de maio de 1992, em Curitiba. (SINGER, 2002, p. 14).

A partir dos anos 1990, o contexto de crise econômica se agravou no país com a implementação das políticas neoliberais e a abertura do mercado nacional. Antunes (2005) analisa estas transformações em relação ao mundo do trabalho e à organização da classe trabalhadora como parte de um processo de precarização estrutural. Este tem como engrenagem o aumento da exploração dos trabalhadores e, como consequências, o desemprego, a fragmentação da classe trabalhadora e a flexibilização das contratações.

É a partir deste cenário que vemos a multiplicação das organizações da sociedade civil e o aumento das políticas públicas, das iniciativas dos sindicatos, das universidades e das igrejas voltadas a criar alternativas ao desemprego.

Estas organizações estão mais vinculadas aos trabalhadores excluídos, ligados à precarização e informalidade, do que à classe trabalhadora tradicional (CRUZ, 2006). A economia solidária é resultante desta conjuntura econômica excludente, com os “valores sociais forjados na acumulação social e política das lutas dos anos 70 e 80, contra as ditaduras militares, e em favor da democracia participativa e da justiça a ser conquistada através da igualdade econômica” (CRUZ, 2006, p. 135).

Na década de 1990, muitos analistas identificaram uma crise nos movimentos trabalhistas do segundo e terceiro mundo, acompanhada da emergência de movimentos de trabalhadores organizados de forma distinta aos partidos e sindicatos (ALANIZ, 2012, p. 216). Eles desenvolveram novas formas de luta e atuação, como é o caso das experiências anteriormente mencionadas.

Em todo o mundo, as experiências de resistência da classe trabalhadora à exploração nas relações de trabalho capitalistas podem ser voltadas simplesmente à geração imediata de trabalho e renda, ou articular-se às lutas mais amplas, que pautam outro modelo de desenvolvimento econômico.

A autogestão é a forma de organização dos trabalhadores que se expressa, ao longo da história, sobretudo, nos conselhos de trabalhadores que surgem em diversos

contextos no mundo (revolucionários ou não) e se caracterizam pela ação direta de seus membros, a partir da construção de estruturas igualitárias, que entram em choque com as relações sociais existentes.

Estas organizações têm potencial transformador, na medida em que permitem uma ação direta dos trabalhadores, contrária às relações econômicas capitalistas, a partir da unificação entre planejamento e ação e da superação da divisão entre os que decidem e os que executam. Segundo Tragtenberg,

No século XIX, a autogestão das lutas operárias apresentou-se sob a forma de organização de associações operárias, as quais, por meio das greves, faziam-se ouvir e reagiam à exploração do trabalho e à extinção do próprio salariado como forma predominante de remuneração. (2008, p. 15).

Assim, a autogestão e o trabalho tem seu sentido ampliado à construção da sociedade socialista, a partir das experimentações de auto-organização popular. Esta característica dos movimentos autogestionários, ao longo da história, esteve presente em eventos de natureza revolucionária (Guerra Civil Espanhola, Revolução dos Cravos, Comuna de Paris etc.), nos quais houve, por parte dos trabalhadores auto-organizados, a negação das estruturas verticais de atuação da própria esquerda, como os sindicatos, partidos políticos e o Estado.

No Brasil, foi a partir dos anos 2000 que emergiu a articulação política dos atores que passam a se designar como movimento de economia, tendo como objetivos transformações sociais e econômicas pautadas na autogestão. Podemos encontrar referência a estes objetivos em diversos documentos oriundos desta articulação, como os das Plenárias e Conferências Nacionais.

Segundo o documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010), o modelo de desenvolvimento pretendido traz referências à auto-organização e participação política direta dos trabalhadores na gestão da produção e na sociedade. Dentre as diferentes inspirações, estão as ideias dos socialistas considerados utópicos, como Charles Fourier, Proudhon e Robert Owen.

No âmbito da revolução industrial europeia, no início do século XIX, a economia solidária se manifestou nas lutas históricas de trabalhadoras(es), materializada sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática. Desde então, há uma incansável luta de trabalhadoras(es) na conquista de direitos de democratização dos meios de produção, de valorização do

trabalho em detrimento dos interesses de acúmulo do capital, da justa distribuição das riquezas e outras semelhantes. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 13).

Os documentos oficiais do movimento também ressaltam a articulação de suas lutas com as de outros atores sociais, como a luta das mulheres, negros, ambientalistas, reforma agrária, moradia, manejo de resíduos sólidos, comunidades tradicionais etc. (CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 61).

Apesar destas referências, Alaniz (2012), indaga se a emergência destas novas formas de associação entre os trabalhadores na América Latina, pautadas na autogestão e na organização coletiva dos meios de produção, remete, necessariamente, à tradição histórica da luta autonomista que se caracteriza pela oposição radical ao sistema capitalista.

O trabalho associado que se difunde pelo continente latino-americano, como também pelos demais países, embora tenha traços distintos, decorre, dentre outras motivações de caráter político-ideológico e comunitário, da auto-organização do trabalho como forma de garantir a sobrevivência e resistir aos mecanismos de precarização decorrente da retração massiva dos postos de trabalho. (ALANIZ, 2012, p. 333).

Portanto, a filiação às experiências de autogestão nas lutas da classe trabalhadora contra o capitalismo aparece como uma questão importante aos atores que se constroem como movimento de economia solidária. Porém, esta é ainda uma intenção de construir uma identidade política comum às práticas que possuem origens, finalidades econômicas e atores diversos e que surgiram, sobretudo, a partir da necessidade de sobrevivência dos trabalhadores.

De forma geral a economia solidária vive o conflito entre produzir a viabilidade dos EES no sistema capitalista e construir um modelo político e econômico alternativo. Tiriba explora este conflito, apresentando-o como uma dificuldade de unir teoria e prática: “Em outras palavras, o esforço para tornar viável a organização econômica pressupõe um estudo sobre a possibilidade de que, tecnicamente, os trabalhadores possam tornar viável seu projeto político” (2007, p. 89).

2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA QUE DEU ORIGEM AO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A articulação política do movimento de economia solidária está associada à emergência mundial dos movimentos antiglobalização da década de 1990, que ganham muita atenção na mídia a partir das manifestações de Seattle em 1999 (ALANIZ, 2012, p. 221). Estes movimentos são propulsores de diversas redes sociais, dentre as quais a criação do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001.

Touraine (2007) apresenta a globalização da economia como fenômeno que ocorre a partir do final do século XX. Esta é caracterizada por: aumento das trocas em nível internacional, a influência cada vez maior de grandes corporações capitalistas (cujo centro decisório está, principalmente, nos Estados Unidos) e a expansão do modelo estadunidense ao resto do mundo. Para ele, a globalização não representa uma nova etapa da modernidade ou uma nova revolução industrial, mas sim uma nova forma de intervenção no nível das formas de gestão da mudança histórica.

Inicialmente, houve grande entusiasmo com o fenômeno da globalização, sobretudo dos órgãos econômicos internacionais (Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio) que apoiavam a ideia de que não havia limites para o capitalismo. Porém, esta também gerou movimentos de resistência, na medida em que pretende eliminar as formas de regulamentação social e política nas atividades econômicas.

É este o contexto em que o movimento de economia solidária se organizou, articulando-se, no Brasil, a partir do encontro de seus atores nas primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM). A seguir, destaco os momentos centrais da articulação dos atores da economia solidária e de sua construção enquanto força política em nível nacional.

Na primeira edição do FSM, em 2001, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) brasileiro de economia solidária e uma rede global de sócio-economia solidária, com a participação de organizações de 21 países. No ano seguinte, foi realizada a I Plenária Nacional de economia solidária, na qual se iniciou o debate sobre uma plataforma, uma carta de princípios e a criação de um fórum nacional de economia solidária, também foi revista a carta ao governo Lula (recém-eleito), escrita

anteriormente pelo GT brasileiro, solicitando a criação de uma política de apoio à economia solidária. Neste mesmo ano, também foi criada a Rede Nacional de gestores da economia solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s.d.).

Em 2003, durante o III FSM, foi anunciada pelo presidente Lula a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e realizada a II Plenária Nacional, que deu continuidade ao processo de estruturação e organizou a mobilização para criação de fóruns estaduais de economia solidária. No final do mesmo ano, houve a III Plenária Nacional, que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), contando com a participação de 18 fóruns estaduais.

Em 2004, foi realizado o I Encontro nacional de empreendimentos, que reuniu 2500 representantes e, em 2005, a economia solidária teve papel de destaque no FSM, com o desafio de gestão do abastecimento, da venda de produtos e da moeda social no evento.

Em 2005, foi iniciado o mapeamento nacional do movimento de economia solidária, que localizou os atores em todo o país e criou o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). Outros momentos de destaque nesta construção do movimento foram as duas Conferências Nacionais realizadas em 2006 e em 2010 e a IV Plenária Nacional, que definiu as bandeiras de luta do movimento e discutiu o regimento do FBES.

Atualmente, além da organização nacional, a partir do FBES, a articulação dos atores (EES, entidades e gestores públicos) nos estados ocorre a partir de fóruns micro-regionais e estaduais. Em 2008, na IV Plenária Nacional do FBES, houve a participação de 27 fóruns estaduais (FBES, 2008). Os fóruns têm como finalidades: fortalecer, mobilizar e articular os atores do movimento, também realizando diálogo com outros movimentos sociais e acompanhando as políticas públicas de economia solidária (FBES, 2008, p. 42).

2.4 OS ATORES DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ainda para a descrição do movimento de economia solidária, irei apresentar alguns dados e definições constantes no *Atlas da economia solidária* (BRASIL, 2006)

e extraídas diretamente do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES) (BRASIL, 2007). O SIES é resultado do mapeamento nacional da economia solidária, política da Senaes implementada em 2005. A apresentação destes dados permite ter uma visão mais clara de quem são e como são os trabalhadores da economia solidária no Brasil e no estado de São Paulo. Também, a partir deste panorama, é possível identificar fatores que facilitam ou dificultam a articulação dos atores e a sistematização de suas práticas, ações que consideramos importantes na constituição da economia solidária como um sujeito coletivo e, portanto, no seu fortalecimento.

O *Atlas* apresenta a seguinte definição de economia solidária:

No âmbito do SIES a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. (BRASIL, 2006, p. 17).

Esta definição de economia solidária não a restringe ao âmbito da produção, abrangendo atividades econômicas de diversos tipos e que são desenvolvidas de forma associada e autogestionária.

Os atores centrais do movimento são os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que se caracterizam por serem organizações permanentes, não familiares, com diversos graus de formalização, que desenvolvem atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, consumo e de finanças solidárias; cujos trabalhadores(as) desenvolvem coletivamente a gestão das ações e repartem os resultados (idem, 2006, p. 18).

Cabe salientar da definição acima que os empreendimentos se dedicam a atividades econômicas diversas (comercialização, consumo, produção e serviços). Esta diversidade pode potencializar a articulação entre eles, a partir da constituição de cadeias produtivas, mas também pode dificultá-la, já que é difícil formar uma identidade a partir de uma gama tão variada de práticas.

Durante o mapeamento nacional, foram identificados 21.859 EES distribuídos em 41% dos municípios brasileiros, sendo aproximadamente 44% destes localizados na região Nordeste, 13% na Norte, 18% no Sudeste, 10% no Centro-oeste e 16% na região Sul (BRASIL, 2007).

Em São Paulo, estado enfocado nesta pesquisa, há 813 empreendimentos, em 174 municípios. Isto representa aproximadamente 4% dos empreendimentos

brasileiros e 21% dos empreendimentos do Sudeste (BRASIL, 2007). Este número não parece muito expressivo se tomamos em conta que o estado é um dos mais populosos do Brasil, com a maior desigualdade de renda. Porém, outras características da economia solidária, que veremos a seguir, ajudam a compreender estes dados. De forma geral, quando falamos da economia solidária em São Paulo, estamos nos referindo a 29.038 trabalhadores nos empreendimentos (não temos a quantidade de trabalhadores integrantes das entidades de fomento, ou gestores públicos), destes, 55,5% são homens e 45,5% mulheres (BRASIL, 2007).

Como podemos ver no Gráfico 1, em âmbito nacional, a maioria dos EES (52%) se organiza na forma de associação, 37% são grupos informais, 10% em cooperativas e 1% possui outro formato jurídico (BRASIL, 2007).

Gráfico 1 – Formas de organização dos EES no Brasil

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

Porém, como podemos ver no Gráfico 2, em São Paulo, este cenário é distinto e a maioria dos empreendimentos faz parte da economia informal. No estado de São Paulo, 63% dos EES são informais, 22% são cooperativas e 14% associações.

Gráfico 2 – Formas de organização dos EES no estado de São Paulo

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

Assim sendo, a maioria dos EES não possui forma jurídica adequada para suas atividades (SANCHEZ, 2012). Isto também pode ser confirmado pelos dados do Gráfico 1, pois a maioria dos EES no Brasil está formalizada como associação, uma forma jurídica que prevê em estatuto que as organizações não podem ter finalidade econômica.

Sobre as consequências da falta de uma forma jurídica adequada aos EES e mais especificamente da informalidade, Sanchez (2012) destaca que isto impossibilita a emissão de nota fiscal, restringindo a comercialização dos EES. Também dificulta o acesso ao crédito e às políticas públicas.

Portanto, a grande informalidade dos EES no Brasil (37%) e no Estado de São Paulo (63%) é um fator muito importante para compreendermos a fragilidade da economia solidária no nível organizacional. Esta fragilidade dos EES representa um obstáculo à construção de uma identidade para o movimento, pois os trabalhadores acabam encontrando muita dificuldade para garantir sua sobrevivência enquanto EES.

Seguindo a caracterização do movimento, veremos como este se conforma a partir das atividades produtivas desenvolvidas. Dentre as principais atividades no Brasil, 39% dos EES se dedicam à produção agropecuária, extrativista e pesca; 16,6% à produção de alimentos e bebidas e 16,7% à produção artesanal, 10% à produção têxtil e confecção e 7% à prestação de serviços (BRASIL, 2007). A concentração nestas atividades revela que, em âmbito nacional, a economia solidária é predominantemente rural.

Porém, São Paulo possui características diversas. Como podemos ver no Gráfico 3, a maioria dos EES se dedica à produção artesanal. Na sequência, temos a produção e serviços de alimentos e bebidas e a coleta e reciclagem de materiais (esta é desenvolvida por apenas 2% dos empreendimentos no Brasil). Assim, vemos no estado uma maior concentração de EES com atividades econômicas oriundas ou, mais adaptadas, ao meio urbano.

Gráfico 3 – Tipo de segmento econômico dos EES no estado de São Paulo

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

Portanto, o movimento em nível nacional apresenta características gerais diferentes das encontradas em São Paulo. Enquanto, em nível nacional, a economia solidária se apresenta como majoritariamente rural, no estado, a maioria dos trabalhadores está em meio urbano. Esta diferença é uma característica a ser salientada no caso do estudo do movimento no estado. Um exemplo desta é dado no documento final da II Oficina nacional de formadores, em uma fala de Gabriel Kraychete:

Se, por exemplo, uma atividade de agricultores familiares não obtém êxito na comercialização coletiva de seus produtos, eles têm a opção de retornarem à forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local. No caso dos empreendimentos urbanos, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados,

sobretudo na situação em que os mesmos não possuem outra fonte de renda. (2007, p. 38).

O exemplo acima ajuda a ilustrar as dificuldades com que empreendimentos urbanos se deparam, pois se encontram em um contexto de grande predominância das relações econômicas capitalistas. Para aprofundar o diagnóstico destas dificuldades, também podemos investigar quais os motivos de criação dos empreendimentos. O Gráfico 4 apresenta os principais motivos em âmbito nacional, sendo o principal deles a alternativa ao desemprego, apontada por 38% dos EES. Também são expressivas as respostas que destacaram a obtenção de maior ganho (19%), a complementação de renda e o acesso ao financiamento.

Gráfico 4 – Motivos de criação dos EES no Brasil

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

No caso do estado de São Paulo (Gráfico 5), encontramos também como principal motivo para a formação dos EES a alternativa ao desemprego, apontada por 54%, o que representa uma grande porcentagem, maior do que a nacional. Já o acesso a financiamento não aparece como um dos fatores centrais, apontado por somente 4%, o que pode ser decorrente da alta porcentagem de EES informais no estado, talvez significando que o acesso à crédito não seja uma opção. As porcentagens de EES que apontaram a possibilidade de obtenção de maior ganho e complementação de renda são semelhantes aos valores nacionais. Outro dado que merece destaque são os 3% de EES que apontaram como motivo a recuperação de empresas, porcentagem superior à

nacional de 1%, o que indica que há uma quantidade significativa de empresas recuperadas no estado de São Paulo.

Gráfico 5 – Motivos de criação dos EES no estado de São Paulo

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

De forma geral, destaco como principal informação extraída do Gráfico 4 e do Gráfico 5, que a economia solidária representa uma alternativa ao desemprego, tanto aos trabalhadores que se encontram no mercado informal, quanto para aqueles que estão empregados e vivem o processo de falência das empresas, assumindo suas massas falidas. Esta característica, da economia solidária como alternativa ao desemprego é muito importante, sobretudo em âmbito urbano no qual não há alternativa de reprodução da vida nas formas econômicas tradicionais, por exemplo, pela agricultura de subsistência. Assim, a economia solidária aparece como alternativa para a reprodução da vida de milhares de trabalhadores.

Este dado reforça a caracterização da economia solidária em São Paulo como realizada por trabalhadores fortemente excluídos das relações formais de trabalho, o que pode dificultar sua articulação e o exercício de sistematização de suas práticas, pois não possuem experiência de organização política nas relações de trabalho, que tradicionalmente é desenvolvida pelos sindicatos (apesar de esta não ter, em sua grande maioria, características autogestionárias).

Além dos EES, outros dois segmentos compõem o movimento de economia solidária: as entidades de fomento/assessoria aos grupos e os gestores públicos.

O mapeamento identificou 1120 entidades no Brasil, 49% localizadas no Nordeste, 17% no Sudeste, 15% na região Sul, 12% no Norte e 7% na região Centro-Oeste (BRASIL, 2006, p. 57). O Gráfico 6 permite visualizar os diferentes tipos de atuação destas entidades.

Gráfico 6 – Tipos de atuação das entidades de apoio e assessoria à economia solidária

Fonte: BRASIL (2006, p. 59)

Segundo França Filho, sobre as entidades de apoio e assessoria:

Seu papel é fortemente marcado pelo caráter de mediação social entre o mundo dos empreendimentos solidários (EES), com suas lógicas próprias, e as injunções relativas ao universo institucional no qual se inscrevem esses empreendimentos. (2007, p. 165).

As entidades de assessoria e fomento são ligadas às igrejas, universidades, sindicatos e outras associações da sociedade civil. O Gráfico 7 apresenta os diferentes tipos e proporções no Brasil e o Gráfico 8 abrange o estado de São Paulo.

Gráfico 7 – Fornecedor de apoio, assessoria e assistência técnica (Brasil)

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

Gráfico 8 – Fornecedor de apoio, assessoria e assistência técnica (São Paulo)

Elaborado pela autora a partir dos dados do SIES (BRASIL, 2007).

Ambos os gráficos demonstram que a maior parte do apoio e assessoria aos EES é prestada pelas entidades não governamentais, seguidas pelos órgãos governamentais. As únicas diferenças entre o Gráfico 7 e o Gráfico 8 são que, em São Paulo, há uma maior proporção de entidades ligadas à universidade e menor proporção de entidades ligadas aos sindicatos. Assim, de forma geral, há uma expressiva ação de

formação oriunda do poder público e também das entidades da sociedade civil e de qualificação mais tradicional dos trabalhadores (Sistema S²).

O terceiro segmento do movimento de economia solidária é composto pelos gestores públicos que realizam ações, projetos ou programas que têm como objetivo fortalecer a economia solidária, pelos quais são responsáveis órgãos da administração municipal, estadual ou federal. O SIES não dispõe de quantificação para este segmento, porém, em 2010, (DUBEUX et al, 2011) foi detectado que aproximadamente 180 municípios brasileiros, em 14 estados, contavam com políticas de economia solidária. Desde 2003, os gestores se articulam a partir de uma rede nacional.

A seguir, na Figura 1, pode-se ver como se articulam e organizam os principais atores do movimento de economia solidária.

Figura 1 - O campo da economia solidária no Brasil

Fonte: BRASIL (2006, p. 15)

² O Sistema S é um sistema brasileiro que tem como objetivo realizar a formação profissional e qualificação dos trabalhadores. Ele é formado por entidades dos setores produtivos privados que oferecem, por meio de uma rede nacional de escolas, laboratórios e centros tecnológicos, cursos pagos e gratuitos em áreas como indústria, empreendedorismo e comércio (PORTAL BRASIL, 2010)

Legenda das siglas

ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
ANCOSOL	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEES	Fóruns Estaduais de Economia Solidária
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas
IMS	Instituto Marista de Solidariedade.
PACS	Projetos Alternativos Comunitários
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

A Figura 1 apresenta os atores do movimento de economia solidária a partir de cinco agrupamentos: os diferentes tipos de EES (ligados às finanças, empresas autogeridas, cooperativismo popular, redes de EES, Clubes de Trocas e grupos), as entidades de apoio e fomento (vinculadas às igrejas, ao terceiro setor, às universidades e sindicatos), as ligas ou uniões de EES (entidades que representam diversos EES, realizam captação de recursos, viabilizando capacitação técnica e assessoria), as distintas instâncias governamentais (nos âmbitos municipal, estadual e nacional) e outros agrupamentos nacionais com representação no FBES (a rede de gestores públicos, os representantes dos fóruns estaduais, a plataforma de entidades que atuam com comércio justo e a rede de socioeconomia solidária).

A partir da sequência cronológica de acontecimentos exposta no item sobre a organização política do movimento no Brasil, podemos destacar que a articulação da economia solidária é quase simultânea à sua inserção no governo Lula, quando da criação da Senaes. Também é expressiva a intenção do movimento em conseguir a implementação de políticas públicas na área, portanto, de constituir-se como força política, em nível institucional. Esta se expressa antes mesmo da realização da I Plenária Nacional, quando as entidades do GT brasileiro de economia solidária escrevem a carta ao governo Lula, demandando uma política federal de apoio à economia solidária. Também, juntamente à ocorrência da I Plenária, vemos a formação da rede nacional de gestores. A seguir, tratarei com mais detalhes do tema das políticas voltadas à promoção da economia solidária.

2.5 O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de políticas (ou políticas públicas, expressão mais difundida) é entendido nesta pesquisa como a própria iniciativa do governo, que se traduz nos planos, nos programas e nas ações que este desenvolve. Esta compreensão é compartilhada pela literatura sobre economia solidária e políticas públicas consultada para esta pesquisa, que tem como enfoque estas ações do poder público nos diferentes âmbitos.

(...) Empiricamente, é necessário reconhecer que, de fato, existem políticas de economia solidária, pelo menos, enquanto ação de governos, pois se verifica haver opções feitas programática e concretamente por governos locais, regionais e nacionais na adoção de ações de apoio à economia solidária e a seus sujeitos. Tais “ações de governo” ainda não se institucionalizaram como direitos (da sociedade) e deveres (do Estado), sendo políticas de governo e não políticas de Estado. (SCHIOCHET, 2009, p. 269).

As primeiras políticas voltadas à promoção da economia solidária se apresentam desde os anos 1980 (PRAXEDES, 2012). Elas ocorreram, inicialmente, como ações de governos municipais. São considerados casos emblemáticos deste período inicial o de Porto Alegre (RS), Belém (PA), Santo André (SP) e, depois, em Recife (PE) e São Paulo (SP).

É no Rio Grande do Sul que encontramos as primeiras ações de economia solidária em nível estadual, nos anos 1990. Primeiro, ocorreram no município de Porto Alegre e, depois, expandiram-se a outros municípios do estado (ICAZA, 2006).

As ações de governos municipais que foram reconhecidas como de economia solidária, segundo Cruz (2006a), são políticas alternativas ao desemprego, que apresentam um grande diferencial em relação às políticas compensatórias por dependerem necessariamente da generalização de uma cultura que se alimenta do exercício da democracia direta e de condições econômicas precárias.

A articulação das políticas realizadas em âmbito local e regional foi potencializada a partir da criação da Senaes e do FBES, em 2003. Por meio do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*, a Senaes passou a implantar as primeiras políticas públicas federais específicas de economia solidária, tendo enfoque, sobretudo, nas seguintes ações: o reconhecimento jurídico e institucional das

experiências de economia solidária, o fortalecimento das redes, o fomento e assistência tecnológica aos EES, a comercialização, a formação e acesso ao conhecimento e o fomento às iniciativas de finanças solidárias (BRASIL, 2004).

Desde sua criação, o principal interlocutor da Senaes no desenho das políticas é o FBES, também porque ambos foram criados no mesmo processo de articulação. Alaniz (2012) descreve, recorrendo a entrevistas, a relação entre os dois atores, mencionando que a própria secretaria do FBES estava instalada, no início, dentro da Senaes. Sobre esta relação, ela demonstra que houve grande nível de dependência do FBES, inclusive quanto ao orçamento, já que este não recebe recursos da base de EES. Assim, aquela autora acredita que o FBES e as entidades por ele representadas são os atores que têm maior incidência sobre as políticas públicas na área. Esta relação estreita entre o FBES e a Senaes também é apresentada por Machitte (2012):

A relação da SENAES foi diferenciada com cada um, mas durante todo o processo ressaltou que o ator com quem mais dialogou foi, em primeiro lugar, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e em segundo lugar, com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária – que está dentro do FBES. (p. 169).

Isto ocorre tanto pela relação profunda entre o FBES e a Senaes, que nascem da mesma articulação política, quanto porque a Senaes não concebe o FBES como ator homogêneo, considerando que ele representa grande parte dos pontos de vista do movimento.

Esta incidência do FBES na formulação e execução das políticas públicas é criticada por Alaniz (2012, p. 272). Para ela, tal situação traz um atrelamento excessivo do movimento ao Estado, que dificulta a expressão de uma crítica mais radical do FBES à Senaes, para além dos momentos nos quais não se vê consultado, ou quando as instituições que o compõem não assumem posições importantes na coordenação e operacionalização das políticas.

Considerando a crítica de Alaniz, é possível ressaltar que o FBES acaba assumindo um duplo papel: como formulador das políticas públicas e também como ator político que tem suas demandas atendidas pelo Estado. Assim, há uma oscilação entre uma postura mais compassiva ou mais conflitiva em relação à Senaes.

Esta organização do movimento de economia solidária para a formulação de políticas ocorreu na própria criação da Senaes. Apesar de a economia solidária não ser

uma prioridade para o governo, foi a pressão política que levou à criação da Secretaria (NOVAES; LIMA FILHO, s. d., p. 117).

Desde a criação da Secretaria, o que orienta sua relação com o FBES é a concepção de que são fundamentais a participação e o controle social das políticas públicas. Em um balanço das políticas da Senaes, Faria e Sanchez (2011) salientam este aspecto:

Pode-se dizer que uma das características das políticas implementadas pela Senaes nesse período foi a construção de espaços de participação e controle social das políticas. Essa perspectiva teve início com os Grupos de Trabalho (GT's) entre Senaes e Fórum Brasileiro de Economia Solidária nas diferentes ações que vinham sendo construídas, e que significaram mais do que um espaço de negociação entre sociedade civil e Estado, pois representaram um processo construído para o compartilhamento na construção, elaboração e desenvolvimento das políticas e ações. (p. 425).

Cabe indagar se os espaços criados para a participação e o controle possuem as condições necessárias para desempenhar este potencial ou se são instrumentos somente de consulta à sociedade. De forma geral, as Conferências foram avaliadas como espaços importantes para pautar e direcionar as políticas de economia solidária (IPEA/MTE, 2010). Segundo Schiochet:

Com as deliberações da Conferência Nacional as políticas públicas de Economia Solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de Economia Solidária no país.

A própria Conferência Nacional e, em especial, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e, posteriormente, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária configuram uma nova institucionalidade para as políticas de Economia Solidária no país. (2011, p. 448).

Porém, como mostram os textos de Machitte e Alaniz, ainda há muitas dificuldades na construção do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) como lugar de interlocução central entre a sociedade e o Estado.

É de se esperar que o espaço do Conselho fosse um dos principais de interlocução e articulação entre as várias políticas públicas de economia solidária desenvolvidas pelos diversos ministérios, já que estes fazem parte da sua estrutura. No entanto, pode-se perceber a partir de atas do CNES que a participação do poder público nas reuniões é baixa comparada com a da sociedade civil e quando esta existe, a maior parte dos ministérios enviam gestores que não são responsáveis por tomar decisões e em realizar tais articulações. (MACHITTE, 2012, p. 171).

Para além dos problemas de participação do Estado no CNES, Schiochet destaca outro problema mais profundo, relativo à própria institucionalização e legitimação social das políticas de economia solidária.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de Economia Solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do poder executivo. Assim, a Economia Solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). (2011, p. 448).

De forma mais geral encontramos distintas avaliações da incidência das políticas de economia solidária durante o governo Lula. Os trabalhos de Alaniz (2012) e Barbosa (2005) enfocam, sobretudo, a fragilidade destas. Para Alaniz (2012), o governo Lula se caracteriza pela continuidade da política econômica de Fernando Henrique Cardoso, aliada à cooptação de alguns segmentos dos movimentos sociais. A aparência progressista do governo é dada pelo atrelamento deste aos movimentos e pelo desenvolvimento de políticas compensatórias, que visam ampliar o consumo dos estratos sociais mais pobres. Porém, de forma mais ampla, a orientação das ações não visa à transformação das relações econômicas capitalistas. Isto pode ser exemplificado pelas políticas destinadas ao trabalho.

Desta forma, a entrada da economia solidária na pauta do governo Lula se insere em um contexto mais amplo de tutela dos movimentos sociais, sem, porém, uma transformação das diretrizes mais amplas do governo (NOVAES; LIMA, 2011). No caso das políticas no campo do trabalho, a política do governo teve como objetivo, de forma hegemônica, a retomada do emprego. Assim, as políticas da Senaes visam criar “um cinturão protetor que permita às cooperativas sobreviver” (idem, p. 13).

Faria e Sanchez (2011), apesar de também concordarem que dentro do governo a economia solidária teve um papel mais marginal, apontam os seguintes avanços:

Como procuramos mostrar nesse artigo, os avanços do movimento da Economia Solidária durante os dois governos Lula foram significativos, sendo inúmeras as áreas de governo e políticas públicas que incorporam o tema e desenvolveram ações efetivas de apoio e fomento ao trabalho associado. Em que pese a Economia Solidária não ter conseguido se impor na estratégia central do governo neste período, conquistou espaços importantes e demonstrou que é possível, a partir da ação do Estado, em parceria com a sociedade e os movimentos sociais, redirecionar o modelo de

desenvolvimento brasileiro para uma perspectiva emancipatória, tendo no trabalho associado, coletivo e autogestionário o eixo estruturante para uma nova sociabilidade que aporte uma perspectiva de futuro para além do capital e da sociedade contemporânea. (p. 441).

A partir do panorama traçado no decorrer deste capítulo, no próximo tópico, farei a caracterização da economia solidária como movimento social, de acordo com a sociologia da ação de Touraine.

2.6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO SOCIAL

2.6.1 A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Tendo feito o histórico de organização deste ator político que se identifica como economia solidária, assinalei as principais concepções, princípios e as características deste ator trazidas pelo mapeamento da economia solidária sistematizado pelo SIES. Desenvolvo, a seguir, uma caracterização do movimento segundo os aspectos que dizem respeito à sua concepção de identidade, de seu adversário e da luta que estabelece em nossa sociedade. Na análise que segue, utilizei as entrevistas realizadas com seis integrantes do coletivo estadual (SP) de formadores de economia solidária do CFES. Foram entrevistados dois integrantes de empreendimentos, dois de entidades de assessoria e fomento e dois gestores de políticas de economia solidária. Todos os entrevistados atuam com economia solidária há mais de cinco anos e participam ativamente do FPES.

As entrevistas foram realizadas com um roteiro semi-estruturado de questões sobre o movimento de economia solidária e sobre o CFES. As perguntas sobre o movimento de economia solidária tiveram como intuito trazer da experiência dos integrantes do movimento elementos que ajudassem a compreender os tipos de ações desenvolvidas. Assim, as questões propunham uma reflexão sobre a identidade do movimento, seu adversário e sua luta mais ampla.

Para elaborar as questões, foi importante consultar a pesquisa de Angelina Peralva (1992), que, a partir do método de intervenção sociológica, investigou se a luta dos professores no estado de São Paulo continha traços que o caracterizam como uma luta de movimento social. Para tal, sua tese indagou: se a luta se esgotava numa

reivindicação que caracterizaria uma ação no nível organizacional, se ela punha em questão as regras do jogo, possuindo uma implicação institucional; ou se poderia vir a se constituir como conflito com uma importância central, possuindo também um significado universal e se integrando a um conjunto mais amplo de problemas.

O método de intervenção sociológica, descrito por Peralva, tem como objetivo recriar uma ação coletiva com o único objetivo de produzir conhecimento. Tal foi realizado a partir da constituição de grupos de militantes da área de educação, que tinham como papel recriar os temas e questões oriundas da prática. O método requer que seja construído mais de um grupo e estes devem abranger as características da imagem teórica da luta, contendo de forma aproximada e proporcional à realidade, integrantes das diferentes tendências. Também é necessário que os próprios participantes da luta demandem a intervenção.

A intervenção sociológica pretende situar o ator dentro de seu campo de atuação, a partir do diálogo e confronto com seus interlocutores. Neste processo, busca-se que o ator expresse a forma que define a si mesmo, que identifique de maneira objetiva seu adversário e reconheça entre ele e o adversário um objeto de disputa referente a um princípio de totalidade.

Portanto, a pesquisa de Peralva enfocou um processo no qual o próprio grupo se reconhece, ou não, como movimento social. Nesse sentido, a autora resgatou a particularidade do conceito de consciência de classe em Touraine, que é a consciência de um conflito e abrange a percepção do trabalho de forma positiva, como fonte da criação, mas também da condição defensiva do trabalhador, a partir da resistência ao processo de proletarianização e privação do produto de seu próprio trabalho.

Nesta pesquisa, não dispus de tempo suficiente para utilizar o método de intervenção sociológica. Mas, busquei, com as entrevistas, colher informações e impressões que aprofundaram a caracterização dos tipos de ações do movimento de economia solidária, para poder, num segundo momento, compreender o que o fortalece e qual o impacto do CFES.

Na interpretação das entrevistas, analisei se havia diferenças de concepção relativas aos diferentes segmentos, sobre: a identidade e quem são os atores da economia solidária, o adversário do movimento e sua luta central e o que é necessário para que a economia solidária seja vitoriosa em sua luta. A seguir, apresento a análise das entrevistas que realizei.

2.6.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO SUJEITO COLETIVO

Para analisar os fatores que fortalecem a economia solidária, é necessário situá-la enquanto um sujeito coletivo, investigando o tipo de ações desenvolvidas pelos atores. Esta investigação foi realizada por meio de questões relativas à identidade, ao adversário e ao conflito social vivido por estes.

Nas entrevistas realizadas, a economia solidária é vista, sobretudo, como uma proposta de organização do trabalho, pautada no associativismo e na autogestão. Também envolve a construção de um sistema econômico mais sustentável e solidário. Assim, a economia solidária é apresentada como uma prática, mas também como projeção do futuro, uma utopia de desenvolver experiências e circuitos econômicos solidários e autogestionários.

Porém, há um forte questionamento se a economia solidária pode ser considerada como um movimento social, sobretudo, por conta das fragilidades das organizações econômicas e da articulação política. Em relação à articulação política, todas as entrevistas apontam para uma diversidade muito grande de práticas que se identificam como economia solidária.

(...) você junta uma série de ações que têm alguma identidade, que se reconhecem: nós trabalhamos a partir de um viés mais solidário, estamos nos contrapondo a um certo jeito de pensar o mundo, que é o jeito capitalista. Essas coisas se juntam como práticas que em alguma medida se assemelham, num guarda-chuva que é chamado de economia solidária, um guarda-chuva político. (...) junta uma série de pessoas que desenvolvem práticas diversas, sejam políticas, sejam práticas de subsistência mesmo, em torno de um guarda-chuva que é economia solidária. Eu acho que, para essas coisas estarem juntas, o guarda-chuva precisa ser muito grande, precisa ser muito abrangente. Daí, quando você começa a pensar um pouco melhor sobre os objetivos, o que realmente a gente quer fazer e como a gente vai fazer, ocorrem cisões, porque a identidade é um pouco frouxa (2012, informação verbal³).

Esta identidade frouxa, que é salientada no trecho acima, foi destacada em todas as entrevistas. Assim, a grande heterogeneidade do movimento aparece como um

³ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012

elemento que dificulta a construção de uma identidade comum e da mobilização dos atores.

Para compreender de forma mais abrangente o porquê desta dificuldade de formação de uma identidade comum, que também deriva da grande variedade de práticas que compõe a economia solidária é interessante resgatar a concepção de Kraychete, que entende a economia solidária como parte das iniciativas da economia popular, que consiste em um campo altamente diverso com os seguintes traços:

Designo por economia dos setores populares as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não. Essa designação, portanto, pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. (2007, p. 4).

Para além da diversidade de práticas, algumas entrevistas também apontaram as dificuldades trazidas pela divisão por segmentos que a economia solidária apresenta. Os dois entrevistados integrantes de entidades de assessoria e fomento criticaram esta divisão, considerada um elemento que dificulta a construção de uma identidade comum, que estruture a economia solidária como um grupo de pressão política. Neste sentido, foram destacados dois aspectos. Primeiro, o caráter mais didático desta divisão, que se apresenta de forma diferente na prática.

Esta me parece que é a divisão clássica do movimento de economia solidária (EES, gestores e entidades de fomento), mas, no final das contas, você tem uma série de problemas. Esses campos se misturam. (...) Por exemplo, você tem entidades que funcionam a partir dos princípios da economia solidária, que funcionam em regime de autogestão e que prestam assessoria, por exemplo, para empreendimentos, para gestores e que poderiam ser entendidas como EES, EES de assessoria, mas, elas estão nessa casa das entidades de apoio e fomento. Há empreendimentos também que, em alguns momentos, assumem esse papel de fomento, que abandonam um pouco essa parte mais estrita da produção, da prestação de serviços e partem para outras ações, ações realmente de fomentar novos empreendimentos, novas cooperativas. Isso acontece, dá uma misturada, essa mistura acontece menos com os gestores. (2012, informação verbal⁴).

⁴ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012

Com este questionamento em relação à divisão por segmentos e a constatação de que, na prática, existem momentos em que esta não se apresenta com tanta clareza, os dois entrevistados integrantes de entidades de assessoria e fomento falaram sobre uma concepção interna ao movimento, que busca considerar todos os seus integrantes como trabalhadores da economia solidária. Esta concepção acompanha um segundo aspecto destacado nas entrevistas, relativo à fragilidade da economia solidária enquanto grupo de pressão política, que é o de cisões internas que acompanham a divisão por segmentos.

(...) acho que a economia solidária tem reproduzido conflitos de classe dentro do movimento na discussão dos segmentos, que nos afastam da categoria de trabalhadores em comum, que buscam se relacionar, pelo menos no discurso, da mesma forma (autogestão) e buscam os mesmos objetivos. (2012, informação verbal⁵).

Na sequência, o entrevistado dá um exemplo da luta entre os segmentos:

No fórum, os empreendimentos ficam brigando porque as entidades de apoio são beneficiadas. Elas são e tem vários motivos para isso acontecer. A própria questão da apropriação dos conhecimentos, as entidades de apoio dominam o conhecimento que permite a elas utilizar o recurso federal. Os empreendimentos não tem esse conhecimento, não têm essa estrutura, não conseguem. E aí, quando eles trazem esses conflitos dentro do fórum, a gente está reproduzindo uma briga de classe dentro do espaço do fórum, que é legítima, mas, ela é desnecessária para a gente. Então, não sei quanto que os segmentos acabam legitimando uma pauta que é fundamental, que é a briga de classes, mas, ao mesmo tempo, a gente fica perdido nessa briga internamente dentro do movimento e não consegue criar uma unidade para fazer a briga de classe de fato na sociedade. (...) Existe uma disputa entre os três segmentos muito forte dentro do fórum e no movimento. Por um lado, entre os empreendimentos e as entidades de apoio, há uma disputa de classe e, entre as entidades de apoio e os empreendimentos com os gestores, há uma disputa de sociedade civil e Estado. (2012, informação verbal⁶).

Podemos ver no trecho acima os dois tipos de disputa que acompanham e se expressam na divisão por segmentos. As disputas explicitam a heterogeneidade dos atores que compõem o movimento e demonstram que, por mais que a divisão na prática não seja absoluta (como ressaltou o trecho que coloca que há entidades que funcionam como empreendimentos, ou empreendimentos que atuam como entidades), esta demonstra uma grande diferença na origem, no papel e na atuação dos atores.

⁵ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de. 2012

⁶ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de. 2012

A entrevista da Integrante 2 de EES trouxe outra dimensão do conflito entre segmentos, ao contar como, algumas vezes, são tratados os EES pelas entidades de fomento. Ela diz já ter ouvido frases como: “O EES fala tanto em autonomia, mas só consegue andar se for tutelado” (2013, informação verbal⁷). Esta entrevista explicitou os conflitos relativos ao encontro dos diferentes saberes, dos EES e das entidades de apoio e fomento, da dificuldade de valorizar estes saberes e de estabelecer uma troca sem hierarquia. Este é um elemento que dificulta a construção de uma identidade comum, menos genérica, que se paute mais por uma atuação ou experiência comum concreta e menos por uma proposta, um desejo comum e projeção abstrata para o futuro.

Um dos exemplos da dificuldade de mobilização foi citado nas entrevistas do Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento e do Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária. O exemplo remeteu à aprovação do Projeto de Lei (PL) 865, que criou a Secretaria das Micro e Pequenas. Segundo o projeto inicial, a Senaes e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) passariam do MTE para esta nova Secretaria. Houve uma mobilização contra este PL e, ao final, a economia solidária seguiu vinculada ao MTE. Porém, este foi um processo conflituoso que dividiu os atores do movimento. Segundo a entrevista do Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento, o ministro Gilberto Carvalho, em uma fala a representantes do movimento, expressou a dificuldade que encontrava em fazer a negociação para que a economia solidária não estivesse vinculada à nova Secretaria.

Teve uma hora que o Gilberto Carvalho disse: “Bom, estão querendo que a economia solidária não vá para a nova secretaria, que ela fique no MTE, estão vindo conversar, mas, se a economia solidária conseguisse colocar dez mil pessoas aqui dentro do planalto, a conversa seria outra”. É um baita tapa na cara, porque a economia solidária não consegue colocar dez mil pessoas lá e tem mais de um milhão de trabalhadores mapeados pelo SIES (2012, informação verbal⁸).

Para o Gestor 2 de políticas públicas de economia solidária, dentre as dificuldades de mobilização encontradas pelo movimento, destacam-se a grande energia despendida para manter as experiências que ainda são muito frágeis economicamente e a dependência destas em relação aos recursos públicos. Estes são os

⁷ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de 2013

⁸ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012

fatores destacados que, para o entrevistado, impedem a economia solidária de manter uma luta política de fato.

Apesar desta dependência dos recursos públicos, também foi ressaltado, na entrevista da Integrante de EES 2, a necessidade de financiamento dos EES, que não possuem capital inicial, capital de giro ou acesso a crédito. Segundo ela, para que o movimento tenha maior força política é importante um maior apoio do Estado e um maior envolvimento dos participantes da economia solidária como militantes.

O governo tem que fazer a parte dele, a gente precisa desse apoio institucional e político que nós não temos. Quando eu falo isso é em relação a investir, a patrocinar inclusive, porque eles fazem isso, investem e salvam bancos, destinam recursos para o sistema S, é muito recurso que vai. A economia solidária precisa disso, dessa parte do governo. Mas, mais do que isso, a economia solidária precisaria do investimento do usuário da economia solidária, do membro, do militante da economia solidária, até de uma maneira mais ostensiva cobrando do governo. Acho que a economia solidária não vai conseguir mudar o sistema, o sistema vai continuar sendo capitalista, mas se houver esse investimento, tanto da gente, acho que a maior parte tem que ser da gente, até para pressionar o governo para olhar para a economia solidária (2013, informação verbal⁹).

Em relação ao acesso aos recursos (para além dos recursos públicos), a Integrante 1 de EES também ressaltou que a economia solidária é uma articulação de atores que permite aos grupos produtivos sobreviverem. Esta articulação acaba possibilitando um mercado paralelo ao capitalista para os EES, que não conseguiriam sobreviver frente à concorrência do mercado convencional.

Porém, a Integrante 2 de EES expressou uma posição diferente em relação aos ganhos advindos desta articulação para a sustentabilidade dos EES. Para ela:

A economia solidária não está conseguindo garantir para mim que eu monte um empreendimento, que eu produza o produto, aquele produto concreto para comercializar e tirar minha renda, mas a formação, a qualificação que eu tive com a economia solidária já vira dinheiro, já gera dinheiro, já gera renda. Pra mim, gera, eu não posso negar isso. São as oficinas que eu faço. (2013, informação verbal¹⁰)

Assim, para a Integrante 2 de EES, a economia solidária não consegue garantir, a partir de suas articulações econômicas, a sobrevivência dos EES, que, para se

⁹ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de. 2013

¹⁰ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de. 2013

estruturarem, precisam também atuar com formação. A entrevistada acredita que acaba ocorrendo uma auto-exploração muito intensa no interior dos EES:

Nesse momento, acho que estamos reproduzindo a economia capitalista e com o agravante que a economia capitalista, por mais torto, por mais deficitário que ela seja, tem lá o sistema de saúde que você pode acessar. A economia solidária não. Na economia solidária, você não pode tirar férias e descanso, você tem que trabalhar, trabalhar. (2013, informação verbal¹¹).

Para além desta auto-exploração, outro aspecto desta fragilidade econômica da economia solidária destacado pela Integrante 2 de EES é o excesso de investimento do movimento em formação, em detrimento da estruturação das organizações econômicas. Para ela, tal não permite à economia solidária se constituir enquanto alternativa ao mercado capitalista, já que essa construção depende do fortalecimento dos EES:

O empreendimento tem que ser protagonista na economia solidária. Porque a gente precisa gerar a nossa própria economia, não tem sentido eu ir lá dar um curso de comércio justo, pegar meu dinheirinho, minha hora técnica e ter que entrar na economia capitalista para comprar a minha sobrevivência. Ir lá e dar o dinheiro para eles. Às vezes comprar de alguém que escravizou alguém para vender aquele produto para mim. Como é que a gente vai mudar isso na economia solidária? (2013, informação verbal¹²).

Portanto, em relação à identidade do movimento, a partir das entrevistas, é possível salientar duas fragilidades centrais, uma econômica (das organizações) e a outra política (da articulação dos atores enquanto força de pressão social). Em todas as entrevistas, o adversário da economia solidária foi apresentado de forma genérica, como o capitalismo. Porém, quando focalizamos mais este ponto, cada entrevistado trouxe um aspecto distinto. No caso abaixo, o entrevistado exemplificou como este adversário genérico se apresenta nos momentos práticos.

A gente combate o capitalismo enquanto sistema, na parte mais teórica e, na prática, a gente entra em conflito com os agentes que representam esse sistema, sejam eles agentes públicos, agentes privados. (...) Então, nas lutas mais específicas, fica mais claro quem são os adversários, porque, no geral, fica uma geleia geral, mas (...) naquelas lutas específicas, a gente consegue identificar quem são os nossos adversários. Então o capitalismo deixa de ser uma coisa abstrata para ser aquele determinado ramo, aquela determinada bancada de deputados, aquela determinada concepção de gente que está no governo. (2012, informação verbal¹³).

¹¹ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de. 2013

¹² Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de. 2013

¹³ Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de. 2012.

O trecho acima demonstra uma dificuldade de definição do adversário social do movimento, quando, na prática, ele pode ser representado por diferentes agentes. Esta dificuldade também foi explicitada na entrevista da Integrante de empreendimento 1, que afirmou não haver adversário e que a luta é por construir outra opção para os trabalhadores, uma alternativa ao assalariamento e à informalidade. Para este entrevistado, a ausência de adversário resulta da fragilidade do movimento, ele acredita que é necessário estar mais fortalecido para ter um adversário.

Para além do capitalismo, o Integrante 2 de entidade de fomento ainda apresentou outro tipo de formulação genérica do adversário, colocado como “o processo histórico de construção da sociedade, da cultura protestante capitalista do trabalho” (2012, informação verbal¹⁴). Certamente estas definições genéricas do adversário explicitam dificuldades encontradas na prática para a mobilização e atuação da economia solidária, que também expressam a dificuldade de formular o que o movimento quer, ou qual é a luta em que atua. Como a luta aparece de forma muito ampla, sua superação depende da transformação total do sistema econômico e cultural capitalista.

Pra mim, a economia solidária está muito relacionada às relações de trabalho. Como que a gente consegue pensar a produção social de bens materiais, a partir de outras formas de trabalho. (...) Tudo isso se perde se a gente não estiver pensando na produção mesmo de bens materiais, como vamos substituir as coisas que são produzidas de uma forma por outra. Por isso que eu tenho uma dificuldade de discutir o movimento, porque as nossas iniciativas de produção estão muito aquém de pensar como a gente vai substituir todas as coisas que a gente tem na vida. (2012, informação verbal¹⁵).

Todas as entrevistas ressaltam a amplitude da luta do movimento. O Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento relata de forma clara que o movimento possui diversos objetivos e muitas divergências sobre como alcançá-los.

Tem um objetivo dito: a partir das experiências, construir uma nova sociedade, a transformação social. Mas, isso é muito abrangente. Nenhuma das pessoas envolvidas discorda que o objetivo final é transformar a sociedade em uma sociedade melhor, mais justa, mais solidária. Isso pode ser entendido como objetivo, o modo como o movimento de economia solidária diz que é o seu objetivo. Daí, sem ser esse objetivo grande, tem milhões de objetivos muito diferentes. Tem pessoas que querem fazer a revolução, tem pessoas que querem

¹⁴ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de. 2012

¹⁵ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de. 2012

uma emancipação espiritual, tem pessoas que querem sobreviver e acho isso confuso. (2012, informação verbal¹⁶).

Para todos os entrevistados, esta diversidade de objetivos acaba pulverizando os esforços do movimento. Na entrevista do Gestor 1, ele também cita diferentes objetivos: direito ao trabalho associado, expansão do cooperativismo, luta pela autogestão e economia solidária como possibilidade de desenvolvimento sustentável. A Integrante 1 de EES já apresenta um objetivo mais amplo, que é o de transformação cultural: “uma mudança radical na questão do trabalho, geração de renda, de bem viver, até para a saúde mesmo, porque uma pessoa que, hoje, está fora do mercado de trabalho (...) ela não vive bem de saúde, ela sobrevive” (2012, informação verbal¹⁷).

Esta concepção genérica de luta pode ser bem expressa na afirmação do Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento, que diz que a economia solidária não tem um projeto pronto, sendo um conjunto de ações guiadas por princípios comuns. Para ele, é uma luta por melhores condições de trabalho.

Esta generalidade da luta reflete a união de uma grande diversidade de práticas políticas e econômicas que são muito frágeis e se articulam a partir de princípios que remetem ao ideal de sociedade que se quer alcançar. Segundo Kraychete:

(...) pode-se admitir que estes princípios são uma declaração do dever ser. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado que todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para uma empresa de médio porte que foi recuperada aqui no Brasil, para um empreendimento de grande porte como a Usina Catende ou a APAEB, como para um pequeno grupo de mulheres que formaram a ADOCI – Associação das doceiras de Itapagipe, localizada na periferia de Salvador (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, p. 36)

Para o Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento, é central para o movimento aprofundar sua radicalidade e sentido crítico, visando separar as diferentes ações e objetivos que aparecem juntos sob o que ele designou “guarda-chuva da economia solidária”.

Acho que o movimento vai ter várias cisões na hora que começar a aprofundar, você começa a ver criticamente. Sabe essa coisa, a palavra crítica mesmo? Que é separar as coisas. Você fazer uma crítica é conseguir ver as diferenças. Acho que isso ajudaria. Ter

¹⁶ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de. 2012

¹⁷ Informação fornecida por Integrante 1 de EES em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de. 2012

uma clareza política do que as pessoas estão fazendo ajudaria a agir. (2012, informação verbal¹⁸).

Assim, as entrevistas mostraram que a definição comum dos atores de economia solidária em relação à visão de qual é sua identidade comum, o que querem e qual seu adversário comum é bastante genérica. Os próprios atores reconhecem esta característica como fragilidade do movimento, que é considerado uma articulação ainda recente, se comparada, por exemplo, ao MST.

Esta generalidade dos objetivos se expressa também em uma dificuldade em delimitar quais os instrumentos de luta:

O MST tem uma pauta clara, reforma agrária e aí o instrumento de luta é a ocupação. O sindicato, a pauta deles são reformas, as melhoras das relações de trabalho, o fundo, décimo terceiro, a participação no lucro, seguro dentário, etc. que são pautas que vão melhorar a qualidade de vida deles, que não vão gerar uma grande transformação na sociedade, mas, eles têm a greve como instrumento de luta. E a economia solidária? Ela não tem um instrumento específico de luta. (2012, informação verbal¹⁹).

Outro aspecto importante relativo à identidade da economia solidária trazido nas entrevistas diz respeito a ser composta por experiências de trabalhadores que buscam uma alternativa, sobretudo, ao desemprego estrutural. Assim, a economia solidária é muitas vezes definida como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores e esta é uma dimensão fundamental destas práticas, porém, cabe indagar se é possível o exercício da política quando se está imerso no universo da necessidade. A entrevista do Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento trouxe esta indagação.

Acaba acontecendo que, por ela (economia solidária) juntar o campo do trabalho com o da política, ela acha que esse desafio (de unir os dois âmbitos), que é histórico, foi superado, mas, não foi... Eu acho que só foram colocados panos quentes, não está acontecendo. (...) Existe uma crítica grande dentro do próprio movimento, dizendo que muitas vezes os trabalhadores dos empreendimentos ficam um pouco à parte, não têm tempo de ir nas reuniões, enfim... Um monte de questões que a gente já conhece, ou não têm dinheiro... Sempre a sobrevivência está muito forte, impossibilitando que o político aconteça. Acho interessante que a economia solidária é um caso modelo para discutir isso. Ela se pretende, enquanto movimento, juntar política e trabalho e que a transformação vai acontecer a partir disso. (2012, informação verbal²⁰).

¹⁸ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

¹⁹ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012

²⁰ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

Para o entrevistado acima, a própria solidariedade é uma necessidade nas condições de exclusão social em que grande parte dos trabalhadores se encontra. Outros autores críticos da economia solidária também fazem esta ponderação ao considerar que a solidariedade, em muitos casos, não representa uma opção, mas, a falta dela. O próprio Paul Singer reconhece esta dimensão ao dizer que: “A Economia Solidária é um passo decisivo para além desse aprendizado pela vivência, pois ela propõe a solidariedade não só como imposição da necessidade mas como opção consciente por outro modo de produção” (2005, p. 20).

Apesar desta ponderação, deve-se levar em conta também o pensamento de Kraychete, para quem: “Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse” (2007, p. 12).

Neste contexto, convém atentar à fala da entrevistada Integrante de empreendimento 1, que ressalta a importância da economia solidária para seu grupo:

(...) na economia atual, para o meu empreendimento, que é do segmento de eventos e alimentação, a oportunidade é mínima. Eu levaria 20 ou 30 anos, em baixa, rastejando, só mesmo comercializando para sobrevivência. Esses vinte anos eu levaria para chegar no início da economia atual. Agora, na economia solidária, não, por conta da gente trabalhar coletivamente e isso em vários sentidos, de divulgação e tudo mais... e com os apoios de fomento e de gestor (...) nos enxergam, nos veem, nos contratam. (2012, informação verbal).

A fala da entrevistada acima demonstra como pode ser interessante aos empreendimentos atuarem na economia solidária, pois assim também se articulam a uma rede econômica e de apoio mútuo, que é mais acolhedora que a economia de mercado.

Quando a entrevistada, Integrante 1 de empreendimento, se refere à constituição de seu empreendimento, ela reforça a importância que encontrou de inserir sua família nas atividades e no movimento de economia solidária. Isto indica a importância da unidade familiar para a economia solidária.

Diferentemente da empresa capitalista, que desloca trabalhadores e reduz oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da “reprodução da vida da unidade familiar” (CORAGGIO, 1998). Ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem “despedir” os

filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno. (KRAYCHETE, 2007, p. 5).

Esta é uma dimensão importante para pensar sobre a identidade dos EES. Apesar de o *Atlas da economia solidária* defini-los como organizações supra-familiares, diversos EES se constituem por familiares (todos os integrantes ou a maioria deles), como é o caso dos EES entrevistados nesta pesquisa. Esta característica familiar dos grupos produtivos foi destacada pelo Gestor 2 de políticas públicas de economia solidária, para quem grande parte dos EES possui esta característica.

De forma geral, sobre a identidade do movimento de economia solidária, todos os entrevistados a descreveram como formada por trabalhadores que constroem na prática uma alternativa de organização do trabalho, de desenvolvimento econômico e de modelo de vida. Quatro dos entrevistados, dentre eles os dois EES, descreveram também a economia solidária como uma alternativa aos trabalhadores em relação ao desemprego, ou a precarização do trabalho. Porém, neste sentido, três entrevistados (um de cada segmento) destacaram que a economia solidária ainda é uma alternativa muito precária. Todos os entrevistados consideram que a economia solidária ainda não constitui um movimento social, que ainda possui uma organização econômica e mobilização muito frágeis.

Em relação ao adversário do movimento, quase todos os entrevistados destacaram que o capitalismo é o adversário central da economia solidária. Apesar disso, dois entrevistados disseram que não há um adversário, pois o movimento não está maduro para defini-lo. Para o Integrante 1 de EES, o objetivo da economia solidária não é lutar contra ninguém, mas, estabelecer-se como opção ao capitalismo. O Integrante de EES 2 também destacou como adversário o sistema de governo, que financia a economia capitalista. Outra formulação um pouco menos genérica sobre o adversário o definiu como os agentes da economia tradicional.

Tendo o capitalismo como adversário, as entrevistas apontaram que o foco da luta da economia solidária é estabelecer uma alternativa ao capitalismo, constituindo-se em opção, ou possibilidade aos trabalhadores para outra forma de vida e de desenvolvimento econômico. Neste sentido, também destacaram o caráter de transformação cultural da economia solidária e de subversão da ordem econômica.

De forma mais específica, todas as entrevistas enfatizaram que a luta da economia solidária é por outras relações de trabalho, que compreendem o trabalho

associado, cooperativo e autogestionário. Três entrevistados (um de cada segmento) enfatizaram que parte da luta da economia solidária está no âmbito do Estado, estabelecendo-se enquanto força política e lutando, sobretudo, por mais investimento da parte do Estado. Três entrevistas (um de cada segmento) também afirmaram que a economia solidária faz parte, sobretudo, da luta dos trabalhadores pela sobrevivência, seja pela reprodução da vida, ou das organizações de economia solidária (os EES, as entidades de assessoria e fomento, ou as próprias políticas públicas de economia solidária).

Com as características abordadas neste tópico, é possível pensar que grande parte das ações da economia solidária está vinculada ao nível definido por Touraine como organizacional. Tanto os EES, quanto as entidades e os gestores de políticas públicas ressaltam as dificuldades vividas na sobrevivência e manutenção das iniciativas de economia solidária, sejam elas os grupos produtivos, as entidades ou as próprias políticas de economia solidária que possuem pouca instabilidade dentro do poder público. Assim, podemos avançar na formulação dos fatores que fortalecem o movimento compreendendo que estes são relativos, sobretudo, aos que garantem maior estabilidade a estas iniciativas.

Mas, também identifiquei ações que se encontram no nível institucional e no nível da ação histórica. Em relação ao nível institucional, os atores contam com diversas ações relativas à articulação dos atores como um grupo de pressão política, sobretudo a partir das articulações nos fóruns. Porém, estas são consideradas muito frágeis por todos os entrevistados. As ações neste nível visam, sobretudo, que as reivindicações recebam tratamento institucional e permitiram, por exemplo, a criação da Senaes e outras articulações como as relativas ao PL 865.

Assim, apesar de os atores da economia solidária considerarem que sua força enquanto um grupo de pressão política ainda é pequena, pode-se notar uma grande ênfase em ações neste nível, como podemos ver no trecho a seguir, que faz um balanço sobre as duas conferências nacionais de economia solidária:

Entre as diversas resoluções destas conferências, talvez aquelas que mais chamem atenção sejam a ênfase na necessidade de consolidação institucional das políticas públicas de economia solidária e do reconhecimento do estado para este setor da sociedade. (SANCHEZ, 2012, p. 74).

O terceiro nível das ações, o da historicidade e da luta pela orientação sócio-cultural da sociedade, é o que foi considerado pelos entrevistados como o mais frágil, por ser muito genérico. Encontramos referência a este nível nos documentos do FBES e de teóricos do movimento, porém, as dificuldades relativas à definição genérica da identidade, do adversário e da luta refletem a fragilidade das ações neste nível.

Para analisar como o CFES fortalece o movimento, levando em conta que este se realiza, sobretudo, por meio de ações nos níveis organizacional e institucional, irei, no próximo capítulo, abordar as concepções da economia solidária acerca da formação dos integrantes do movimento e as políticas públicas para a área.

CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO

Na literatura sobre o tema, é recorrente o enfoque da experiência dos EES (Empreendimentos de Economia Solidária) como educativa em si. Porém, a especificidade da formação em economia solidária parece decorrer principalmente do fato de que os grupos propõem uma forma de organização da produção e das relações de trabalho diferente da que estamos acostumados e quase oposta à maneira como fomos educados.

A organização autogestionária dos grupos econômicos tem como princípio a construção coletiva de soluções para as necessidades encontradas no cotidiano, tendo como base a solidariedade, a igualdade e a relação democrática entre os membros. Porém, não fomos educados para este tipo de práticas na esfera econômica.

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas, as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isso é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança. (SINGER, 2005, p. 15).

Assim, o desenvolvimento das ações de economia solidária não é inato e tem como base o exercício da solidariedade, autogestão e cooperação nas relações econômicas.

Este aprendizado por meio da prática de autogestão e organização popular também é destacado por autores que não estão ligados ao movimento de economia solidária, como Mészáros. Para este autor, tais práticas têm o seguinte potencial:

(...) aquisição progressiva dos poderes alienados da tomada de decisão por parte do antagonista estrutural do capital que se transforma, no devido tempo, em corpo social de produtores livremente organizados (...) participação significa exercício criativo, em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos. (MÉSZÁROS, 2004, p. 52).

Dentre diversos desafios colocados ao movimento em relação à formação está o de compreender e sistematizar que tipo de formação e quais processos educativos fortalecem as organizações econômicas e, sobretudo, o projeto de sociedade da economia solidária.

Os(as) trabalhadores(as) da economia solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca de seu bem-estar no mundo. Para isso, é fundamental combinar processos integrados de sistematização de técnicas, habilidades e processos de trabalho e produção já construídos e vivenciados com o desenvolvimento de pesquisas participativas para a ampliação das capacidades, das técnicas e ferramentas de trabalho e de novas relações com os recursos naturais e entre os/as participantes. (CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA, 2010, p. 2).

Foi, sobretudo, a partir das Oficinas Nacionais de Formação (em 2006 e 2007) que o movimento iniciou a reflexão mais abrangente sobre a identidade comum das diferentes práticas formativas. Realizando também um levantamento de quais são as práticas de formação exercidas, o público, quais os conteúdos e metodologias empregados.

As experiências de formação em economia solidária são desenvolvidas por empreendimentos, entidades de apoio e fomento, redes de articulação, incubadoras universitárias e outras organizações, tanto em nível local, como regional e nacional. A I Oficina Nacional, em 2006, dividiu as experiências em dois eixos: a formação de formadores/multiplicadores e a formação de empreendimentos. O primeiro eixo é relativo às ações que visam formar multiplicadores, lideranças e educadores que promovam e fomentem as iniciativas de economia solidária, já a formação de empreendimentos tem o enfoque específico na constituição e assessoria aos empreendimentos de economia solidária.

Estas Oficinas Nacionais possibilitaram a reflexão e formulação coletiva sobre os princípios, diretrizes, conteúdos e processos de sistematização relacionados à formação em economia solidária. Tiveram como dinâmica a troca e o debate entre representantes de diversas experiências de todas as regiões do Brasil. Os documentos resultantes destas oficinas orientaram a regulamentação do CFES e de outras políticas de formação.

Sobre o conteúdo dos documentos das oficinas nacionais, Alaniz (2012) diz haver um “ecletismo do discurso pedagógico”, que ela acredita tratar-se de uma

imprecisão teórico-metodológica. Pois, ao tentar abranger uma grande diversidade de práticas, os documentos não afirmam um referencial educativo atrelado à tradição de educação na esquerda e no movimento operário, contemplando orientações pedagógicas contrárias à emancipação dos trabalhadores em relação ao capital, como as do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que se orientam pelo empreendedorismo e pelas técnicas de gestão do mundo empresarial.

Esta contradição não aparece somente naqueles documentos, mas também no cotidiano de formação dos EES. Já que a formação em economia solidária visa estabelecer relações econômicas mais humanas e com menor exploração dos trabalhadores, porém, tem necessidade de se adequar às demandas do mercado capitalista.

Este conflito se apresenta para além da formação e se expressa a partir da convivência de diferentes estratégias do movimento para a transformação social. Neste sentido, alguns atores acreditam que é fundamental ter o enfoque no crescimento econômico, assim como na institucionalização das experiências, para que estas possam se generalizar. No trecho abaixo, França Filho coloca a importância da institucionalização:

O desafio desta economia consiste na aquisição de certo nível de institucionalização, a fim de impactar de modo mais decisivo o meio-ambiente social e político onde se inscreve, ao mesmo tempo em que preserva suas qualidades de base, como a solidariedade, o trabalho comunitário, a cooperação e a gestão democrática dos projetos. (2007, p. 168).

A importância da institucionalização e do fortalecimento econômico não é negada por nenhum ator da economia solidária, porém, o dissenso aparece em relação à importância atribuída a estes aspectos em detrimento das ações mais ligadas à prática da autogestão, ou da sustentabilidade, por exemplo. Em relação à formação, a controvérsia se remete ao enfoque dado em conteúdos e metodologias, que podem ser mais técnicos ou políticos. Sobre esta questão, o documento final da Conferência temática de formação coloca:

O desafio se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista. (2010, p. 1).

Portanto, para a construção de um novo modo de produção e funcionamento das relações econômicas, faz-se necessária uma prática de formação que esteja em consonância com a solidariedade e a autogestão. Porém, isto se apresenta como um desafio quando o contexto das relações econômicas capitalistas valoriza e incentiva cotidianamente a competição, o lucro e a produtividade em detrimento do bem-estar e desenvolvimento humano.

3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Brasil, as políticas de formação em massa de trabalhadores visando à sua qualificação profissional têm origem na implementação do Plano Nacional de Formação do Trabalhador (Planfor) em 1996 (ALANIZ, 2012; SOUSA, 2007).

Antes do PLANFOR, como lembra Azeredo (1998), não se pode, a rigor, falar de uma política de educação profissional no país, em razão do caráter não sistêmico das ações desenvolvidas, embora houvesse uma variedade de instituições públicas e privadas atuantes, agregando diferentes modelos pedagógicos, organizacionais e gerenciais. (SOUSA, 2007, p. 258).

Porém, o Planfor foi comprovadamente ineficaz e o contexto da eleição de Lula levou à criação do PNQ (Plano Nacional de Qualificação), que buscava um caráter mais social à formação (ALANIZ, 2012). O PNQ substitui a ênfase na formação para o emprego pela ideia da geração de trabalho e renda. É neste contexto que a economia solidária é introduzida na política nacional de formação.

As políticas de economia solidária foram implementadas a partir do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, da Senaes, composto por 13 ações. É possível destacar que as políticas destinadas à formação estão relacionadas, sobretudo, às seguintes ações: a formação de formadores, o fomento e assistência técnica aos EES, o desenvolvimento de conhecimento e tecnologias e o fomento às incubadoras de EES.

Para apresentar como as ações destinadas à formação foram implementadas desde a criação da Senaes, recorri às pesquisas de Cunha (2009) e de Machitte (2012). As primeiras políticas nacionais de formação dos trabalhadores em economia solidária

ocorreram por meio de projetos isolados, também articulados à educação escolar básica de jovens e adultos e à formação de gestores locais e federais (CUNHA, 2009).

Machitte (2012) sintetiza, a partir dos dados da Senaes, a atuação da Secretaria em relação à formação dos formadores:

Foram adotadas duas estratégias de atuação. A primeira, dentro do governo, com a articulação com os demais órgãos governamentais em atividades de formação e educação. A segunda, com o movimento de Economia Solidária, no fortalecimento das iniciativas de formação e educação já existentes. (2012, p. 96).

A Senaes, a partir de sua criação, também passou a coordenar o apoio à incubação de EES, que já existia desde 1998, por meio de um projeto interministerial, o Proninc, realizado na maioria por incubadoras universitárias, mas também por outras incubadoras públicas e da sociedade civil.

Em 2006, ocorreu a primeira ação mais estruturada, o Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (Planseq), com o objetivo de formação para a constituição de redes de EES em cinco segmentos econômicos. Esta concentração de esforços em construir uma política mais estruturada, continuada e sistemática culminou, em 2007, em uma chamada pública para a implementação dos Centros de Formação em Economia Solidária (5 regionais e 1 nacional).

A ação mais recente da Secretaria para a área foi em 2008, quando foi realizada a chamada pública para criação de Núcleos de Assistência Técnica, com abrangência estadual e na modalidade temática de redes (CUNHA, 2009).

As políticas desenvolvidas se adequam às diretrizes para formação, redigidas na I CONAES: a integração e articulação das ações de formação, assessoria e assistência técnica; a inserção da economia solidária nos programas existentes de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional; a inserção das práticas e valores da economia solidária nos currículos e projetos pedagógicos; e a formação sistemática de gestores públicos (BRASIL, 2007, anexo 1, p. 3).

Estas diretrizes apontam para a formação de diferentes públicos, abrangendo principalmente os empreendimentos e os formadores. Destinados à formação dos primeiros são os Núcleos de Assistência Técnica e o Proninc. Quanto aos formadores da economia solidária (gestores públicos, entidades de fomento e empreendimentos), há as ações do CFES, dedicadas, sobretudo, à articulação dos atores, das práticas formativas e à sistematização das experiências.

Além destas políticas, a Senaes também se articulou com políticas/programas de formação/educação de diversos ministérios (SENAES, 2007), como ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ – MTE), ao Programa de Assistência e Extensão Rural do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), ao Plano Nacional de Educação do MEC (Ministério de Educação e Cultura) etc.

Assim como ocorre nas demais políticas da Senaes (voltadas à comercialização, consumo, finanças, marco jurídico e produção), as voltadas para formação também foram orientadas a partir de intenso diálogo com o FBES e com a rede de gestores. Antes da efetivação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que só começou a se reunir em 2006²¹, o FBES e a Senaes compunham Grupos de Trabalho (GT) mistos (entre o Estado e a sociedade civil), dedicados à discussão de diversos temas concernentes à economia solidária. Dentre estes GTs está o dedicado à formação.

O GT de Formação organizou, em 2006 e 2007, duas Oficinas Nacionais de Formação em Economia Solidária. Nos documentos finais das oficinas, já aparecem como demanda a constituição de espaços de referência na formação em economia solidária e a constituição de uma rede nacional de formadores (ambos objetivos da implementação do CFES, como veremos a seguir). Também podemos encontrar estes objetivos no eixo sobre educação da Plataforma do FBES, definida em 2003, na III Plenária Nacional.

²¹ No sítio virtual da Senaes: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp é possível ter acesso às atas das reuniões do CNES.

CAPÍTULO IV - O CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CFES

A implantação do CFES teve início com a divulgação de um termo de referência e chamada pública para apresentação de propostas, em 2007. O termo que orientou a formulação dos projetos apresenta o CFES como constituído a partir de seis centros de referência: um nacional e outros cinco que contemplam as grandes regiões do país.

Esta estrutura do edital, para o qual as entidades deveriam enviar propostas em nível regional ou nacional, trouxe limites em relação às entidades que iriam concorrer, já que era necessário que estas possuísem certa abrangência de atuação. Assim, as entidades menores, com incidência local ou estadual não encontraram viabilidade para enviarem propostas.

A demanda de criação de um centro de formação para agentes do movimento apareceu em 2002, no documento da Plataforma de lutas da economia solidária. Esta pauta também está presente nos documentos da I e II Oficinas Nacionais de Formação (2006 e 2007), da IV Plenária do FBES (2008) e da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006). A partir destes encontros, também foram definidas como demandas do movimento a constituição da rede de formadores em economia solidária, em nível nacional e local e a sistematização das práticas de formação (outros objetivos pretendidos pelo CFES).

Apesar de o termo de referência do CFES ter sido publicado em 2007, ele só teve o início de implantação em 2009, por conta de dificuldades na operacionalização de convênios entre o MTE/Senaes e as entidades executoras. A atividade que definiu o seu início foi a realização do módulo I do primeiro curso nacional de formação de formadores, em maio (CFES, 2009). Deste curso, participaram os primeiros representantes responsáveis por retornar aos estados para pautar e auxiliar a organização do projeto. Participei desta atividade enquanto representante do coletivo

de formadores de São Paulo e retornei ao estado com a orientação de apresentar a proposta do CFES e apoiar na estruturação das atividades, com o FPES.

Em todo o Brasil, o CFES tem como objetivo fortalecer as ações de formação realizadas pelos atores do movimento (articulação e mobilização, financiamento, assistência técnica e gerencial, pesquisa e desenvolvimento, incubação e outros²²) articulando os formadores em rede, sistematizando e divulgando as metodologias e conhecimentos oriundos das experiências de formação com os empreendimentos (BRASIL, 2007, anexo 1, p. 1).

O CFES é uma das ações da Senaes para responder às demandas de formação apresentadas pelo movimento, que são relativas às necessidades de inclusão social, sustentabilidade econômica e dimensão emancipatória das práticas de economia solidária (BRASIL, anexo 1, 2007, p.2). Assim, as políticas de formação devem, em seu conjunto, ter estas questões como horizonte e a formação é concebida no documento como

(...) uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas como base de um novo modelo de desenvolvimento. Reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, orientando ações político-pedagógicas autogestionárias e solidárias. (p. 4).

Da concepção de educação apresentada, destaco a importância atribuída ao trabalho autogestionário como processo formativo, portanto, segundo a proposta do CFES, a formação precisa estar em consonância com a forma de organização do trabalho da economia solidária e, além disto, precisa estar voltada para potencializá-la.

Esta concepção se orienta pelas seguintes diretrizes para as ações de formação: reconhecimento dos saberes dos trabalhadores nas ações de formação autogestionárias; valorização dos acúmulos e da diversidade de práticas de formação em economia solidária; gestão participativa; educação popular; pedagogia da alternância; inter-setorialidade e complementaridade com outras ações e políticas de apoio e desenvolvimento da economia solidária (BRASIL, 2007, anexo 1, p. 5).

²² Tipos de atuação das entidades de apoio e assessoria à economia solidária apresentados no mapeamento da economia solidária (BRASIL, 2006, p. 59).

Todas estas orientações estão de acordo com as diretrizes definidas a partir da I e II Oficinas Nacionais de Formação. Assim, reafirma-se no documento o diálogo da Senaes com o que havia elaborado o FBES, como também ocorre na indicação dos conteúdos a serem abordados conforme os seguintes eixos: história e perspectivas do trabalho emancipatório nos rumos das transformações societárias, constituição e organização da economia solidária, gestão dos empreendimentos econômicos solidários, processos de cooperação e comércio justo e solidário, marco jurídico da economia solidária, políticas públicas, participação cidadã e controle social, desenvolvimento local e territorial sustentável.

Os conteúdos e diretrizes indicadas para o CFES no Termo de Referência, assim como em outros documentos (das Oficinas Nacionais, Plenárias e Conferências), são um apanhado do que os atores realizam ou buscam realizar nas diferentes ações de formação em economia solidária, desenvolvidas no Brasil. Esta forma de apresentação dos conteúdos e diretrizes, a partir do levantamento da diversidade das ações de formação gera dificuldade de aprofundamento do significado das práticas. Um exemplo é a expressão pedagogia da alternância, à qual Ribeiro (2008) atribui o seguinte sentido:

Este consiste na articulação entre Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC). No TE, os educandos permanecem de duas semanas a dois meses, dependendo do curso, no espaço da escola em regime de internato. No TC, os educandos retornam às suas propriedades familiares ou às comunidades ou aos assentamentos para colocarem em prática, a partir dos problemas anteriormente levantados no TC, os conhecimentos que foram objeto de estudo no TE (p. 29).

Porém, nos documentos do movimento, há pouco aprofundamento do que está sendo compreendido como Pedagogia da Alternância. A metodologia é citada sem que se trate de sua definição ou da forma de utilizá-la.

A seguir, com a apresentação dos objetivos do CFES e das ações previstas, teremos uma visão inicial de como as diretrizes (mencionadas acima) são abordadas nos projetos. Não pretendi, nesta pesquisa, descobrir de forma quantitativa se os seguintes objetivos foram alcançados, porém, é possível refletir sobre como os objetivos propostos impactaram o movimento e em que medida foram contemplados no desenvolvimento do CFES em São Paulo. Para estas reflexões, cabe retomar o objetivo geral:

Os CFES se destinam à formação de formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos que atuam com economia solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória. (idem, p. 4).

Portanto, a proposta é que esta política tenha sua ação incidindo especificamente sobre os atores que realizam a formação em economia solidária, fortalecendo suas ações. Assim, o público prioritário das atividades são os formadores, sejam eles integrantes dos empreendimentos, entidades ou gestores e membros de conselhos de políticas públicas ligados à economia solidária e outras temáticas afins. Deste modo, o público abrange toda a diversidade de atores engajados na formação em economia solidária.

O objetivo mais amplo do CFES se desdobra nos seguintes objetivos específicos: contribuir para a ampliação do número de formadores; favorecer a ampliação quantitativa e qualificação das iniciativas de formação; elaborar metodologias e conteúdos de formação; sistematizar e difundir as metodologias e conteúdos de formação; elaborar e difundir materiais pedagógicos e informativos; favorecer a articulação dos formadores; e prover elementos para uma política nacional de formação e assistência técnica para economia solidária.

De forma resumida, o CFES visa potencializar as ações de formação já existentes (a partir da qualificação e articulação dos atores), fomentar novas ações, desenvolver e multiplicar metodologias e materiais, também construindo subsídio para melhora das políticas públicas.

Para atingir os objetivos acima assinalados, foram colocadas como ações prioritárias: a formação de formadores e participantes de conselhos; a pesquisa e sistematização; a articulação dos formadores; e a documentação e publicação das práticas de formação. Nesta pesquisa, a análise teve como enfoque as ações do projeto destinadas à articulação dos formadores e à sistematização de experiências.

A formação de formadores deve ocorrer por meio de cursos nacionais, regionais e estaduais e de oficinas locais de formação. A formação dos conselheiros de políticas públicas, por meio de seminários regionais e nacionais.

Sobre a pesquisa e sistematização das práticas formativas, o termo de referência do edital (que dá os parâmetros para elaboração das propostas das entidades que concorreram para execução do CFES) orienta para o desenvolvimento e sistematização de: conteúdos para gerar publicações; metodologias de educação popular em ES;

iniciativas formativas e de inserção da formação em outros programas, projetos e ações de apoio e fortalecimento da economia solidária. O CFES também deve agregar outros materiais já produzidos, constituindo acervos de referência sobre a formação em economia solidária, realizando sua divulgação e difusão.

Visando à integração dos formadores, o termo aponta para a realização de encontros estaduais, regionais e nacionais de articulação.

Pode-se perceber que a expectativa em relação ao CFES é que este se constituísse em difusor, potencializador e articulador das práticas de formação em economia solidária.

Segundo a pesquisa de Alaniz (2012, p. 226), que analisa a implantação do CFES nacional, estas expectativas não foram correspondidas pelo projeto. Ela levantou, em entrevistas com integrantes do movimento e da Senaes, as seguintes expectativas: a constituição de um espaço de referência na formação em economia solidária, o aprofundamento teórico no tema formação em economia solidária e a sistematização das experiências. A mesma análise afirma ter havido pouco avanço em relação ao desenvolvimento de metodologias, ausência de inovações tecnológicas e falta de ligação com o aumento da escolaridade, outros objetivos do CFES (idem, p. 314).

Para finalizar esta apresentação inicial do CFES, cabe relatar a estrutura de gestão da política, também prevista no termo de referência. Segundo o documento, a gestão deve ser participativa, contemplando a coordenação e concepção das atividades. Esta participação se operacionaliza a partir de conselhos gestores (um nacional e cinco regionais), porém, a gestão administrativa de cada CFES é atribuição das entidades que executaram o convênio com a Senaes, que devem atuar segundo a orientação política dos conselhos regionais. No caso das ações realizadas no âmbito estadual, foi prevista a constituição de coletivos estaduais, “estas instâncias poderão ser criadas nos estados para planejamento participativo e avaliação das atividades do Centro e para articulação dos participantes dos projetos” (idem, p. 8).

É a partir desta estrutura de gestão participativa, induzida pelo próprio termo de referência, que o CFES se constitui na única política de formação da Senaes que tem suas ações executadas de forma direta pelos fóruns de economia solidária, sobretudo em nível estadual.

Ao avaliar o CFES Nacional, Alaniz (2012) também critica a falta de abrangência do caráter participativo das atividades do CFES nacional, constatando que estas se restringiram à participação nas atividades pedagógicas e não abrangeram outros aspectos como a destinação orçamentária. Ela sublinha ainda o afastamento dos EES quanto às atividades formativas do CFES nacional. Verifiquei, como veremos a seguir, que isto também ocorreu em âmbito estadual.

4.2 O CFES NO ESTADO DE SÃO PAULO – DADOS GERAIS

A implantação do CFES na região sudeste teve seu início em 2009, o Instituto Marista de Solidariedade ²³ (IMS) foi a entidade executora do convênio, em parceria com os fóruns estaduais de economia solidária (especificamente com os coletivos de formação de cada fórum) e com diferentes entidades co-executoras em cada estado.

No caso de São Paulo, três entidades entraram como co-participantes do projeto: Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (Anteag), Instituto Kairós e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP). Também foi composto um coletivo estadual de formadores no FPES com 20 representantes de experiências de formação em economia solidária do poder público, das entidades de fomento/assessoria e dos empreendimentos.

Como representante da ITCP-USP, participei das atividades do CFES até o final de 2011, porém, continuei fazendo parte do coletivo como formadora de economia solidária nas atividades que ocorreram em 2012.

No projeto, o papel das três entidades co-gestoras era apoiar e orientar as atividades regionais, participando do conselho gestor regional e da equipe metodológica regional; e viabilizar pessoas e estrutura para realizar as ações de formação no estado, animando o coletivo de formadores estadual e preparando as reuniões. Portanto, as atividades estaduais foram todas planejadas (desde a parte

²³ O IMS foi fundado em 1995, está ligado à igreja Católica, na Congregação dos Irmãos Maristas. É uma entidade de assistência social que atua nos aspectos: socioeconômico, socioeducativo, socioambiental e sociopolítico. Disponível em: <<http://sites.marista.edu.br/ims/sobre-o-ims/>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

pedagógica, logística etc.) pelo coletivo estadual de formadores, junto com as entidades co-gestoras e não havia remuneração prevista para estas ações de organização/logística e planejamento em nível estadual.

O Gráfico 9 apresenta a proporção de atividades realizada nos âmbitos regional (Sudeste), estadual e local.

Gráfico 9 – Atividades realizadas pelo CFES – 2009-2011

Fonte: RELATÓRIO [...], p. 9.

O projeto do CFES durou três anos²⁴ e, neste período, o coletivo de formação de São Paulo se reuniu seis vezes (cada encontro teve 12 horas de carga horária) com o objetivo de organizar e avaliar as atividades realizadas, sobretudo, dentro do estado de São Paulo. Nas listas de presença das reuniões, pude ver que em nenhuma das reuniões houve a participação das 20 experiências de formação.

A constituição do coletivo estadual de formadores do CFES-SP teve como critério a maior abrangência possível de formadores das diferentes regiões do estado de São Paulo. O critério geográfico também foi adotado para a composição das duas primeiras turmas dos cursos estaduais.

Além das reuniões do coletivo, as outras atividades que ocorreram em São Paulo foram seis cursos estaduais e vinte oficinas locais. Os cursos estaduais tiveram, em média, a participação de 30 formadores (cada um teve 24h de carga horária) e

²⁴ No ano de 2013, foi efetivado o novo convênio para implementação do CFES II. Até julho, o projeto ainda não havia iniciado sua execução.

ocorreram em: Marília (novembro de 2009), Paranapiacaba (dezembro de 2009), Hortolândia (dezembro de 2010), São Carlos (fevereiro de 2011), Cananéia (maio de 2011) e Guararema (agosto de 2011).

O primeiro curso, realizado em Marília, teve 25 representantes das experiências de formação do interior do estado. O segundo curso, em Paranapiacaba, abrangeu os formadores da capital, região metropolitana de São Paulo e litoral. Estes cursos tiveram seus temas, estrutura, objetivos e metodologia definidos a partir das reuniões do coletivo estadual de formadores.

Com a avaliação destes cursos, decidiu-se estabelecer um processo de formação continuada de uma única turma de formadores, composta por participantes dos cursos de Marília e Paranapiacaba. Porém, novos formadores integraram a turma no curso realizado em Hortolândia, em 2010, sobretudo, por conta de algumas desistências e da ampliação da abrangência regional da rede de formadores. Durante os anos de 2010 e 2011, os quatro cursos foram realizados com formadores que haviam participado das duas turmas iniciais. A seguir, a Tabela 1 apresenta os cursos realizados e temas trabalhados:

Tabela 1 – Cursos estaduais – CFES SP

DATA	CIDADE	TEMAS
Out. 2009	Marília	Economia Solidária e Educação Popular
Dez. 2009	Paranapiacaba	Economia Solidária e Educação Popular
Dez. 2010	Hortolândia	Economia Solidária e Educação Popular/ Sistematização/ Projeto Político Pedagógico/ Organização da formação continuada
Fev. 2011	São Carlos	Participação Política e desenvolvimento humano/ Sistematização/ Projeto Político Pedagógico/
Maio 2011	Cananéia	Comercialização e Assessoria para o desenvolvimento de Produtos/ Sistematização/ Projeto Político Pedagógico/
Ago. 2011	Guararema	Organização da Rede de Formadores/ Sistematização/ Projeto Político Pedagógico/

Fonte: Rede de Formadores de Economia Solidária do Estado de São Paulo (2012, p.11).

A partir do curso realizado em Hortolândia, a estrutura, metodologia, temas e organização dos encontros passaram a ser definidas e realizadas pelos participantes do próprio curso e não mais pelo coletivo estadual de formadores. O coletivo estadual seguiu a demanda de dialogar com a entidade executora, o IMS, participando das reuniões do conselho gestor regional. Decidiu também estabelecer a articulação com as atividades em nível nacional e regional.

Gradativamente, o papel das três entidades co-gestoras foi sendo reduzido na realização das atividades formativas no estado e na participação das atividades regionais e nacionais, que, a partir de 2010, estavam dedicadas a refletir sobre o projeto político pedagógico do CFES e sobre a sistematização. Estes temas também passaram a fazer parte dos cursos estaduais, sendo a turma dividida em duas comissões: a do projeto político e a da sistematização.

Em julho de 2010, ocorreu a ampliação das entidades co-gestoras, sobretudo, por conta da dificuldade de realização das atividades de forma voluntária (sem remuneração prevista) e pela apropriação dos processos por outros membros do coletivo estadual, principalmente de logística e contato direto com a organização executora. O número de co-gestoras foi ampliado e o coletivo começou a pautar de forma mais concreta suas expectativas com o CFES, organizando-o mais de acordo com suas demandas.

Uma das ações que contribuíram à apropriação pelos membros do coletivo foi a execução das oficinas locais. Estas tiveram duração de 16 horas cada e seus temas foram articulados às pautas do FPES e às demandas mais cotidianas dos EES, como a comercialização e a qualificação da produção. Assim, a maioria das oficinas foi organizada pelos EES, o que facilitou a apropriação dos procedimentos administrativos e de prestação de contas no desenvolvimento de outras atividades. Os EES também participaram da logística de organização dos cursos. Na Tabela 2, a seguir, podemos ver os temas das oficinas registradas no estado.

Tabela 2 – Oficinas locais – CFES SP

TEMA DA OFICINA	QUANTIDADE
Introdução e sensibilização à economia solidária	9
Curso de economia solidária	4
Construção de sistema participativo de garantia	2
Comercialização – Planejamento de feiras	2
Desenvolvimento de produtos	1
Organização em redes	1
Economia solidária e gênero	1

Elaborada pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

A maioria das oficinas destinou-se à sensibilização e à introdução à economia solidária, seguida pelos cursos de economia solidária. Estes temas demonstram que a maior parte das oficinas teve como público-alvo pessoas que não fazem parte do movimento. Portanto, estas atividades tiveram enfoque mais na difusão da economia solidária do que na articulação dos atores do movimento ou na sistematização das suas práticas.

Os demais temas foram demandados pelo FPES, abrangendo atores já articulados em torno da economia solidária no estado. Assim, estas oficinas (7 de 20) foram utilizadas para aprofundamento dos temas e demandas do movimento de economia solidária organizado a partir do fórum estadual.

A Tabela 3 apresenta a quantidade de participantes nas atividades do CFES, por ano, segundo o segmento. Porém, estes números não consideram que a mesma pessoa pode ter participado de mais de uma atividade (o que ocorreu diversas vezes). Portanto, não podemos utilizar os dados como números absolutos, somando todos os anos. É no banco de dados geral do CFES sudeste, gerado pelo projeto com as fichas de inscrição dos participantes, que é possível identificar 175 inscritos pelo estado de São Paulo, participantes das atividades em âmbito local, estadual, ou regional.

Tabela 3 – Participações nos cursos estaduais e oficinas locais – 2009-2011

Segmento	2009	2010	2011
Empreendimentos de economia solidária	56	168	131
Entidades de Assessoria e Fomento	65	96	175
Gestores de Políticas Públicas de economia solidária	7	48	44
Outros	34	0	17
Total	162	312	367

Elaborada pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

Para melhor refletir sobre os dados da Tabela 3, consideremos as porcentagens apresentadas pelo Gráfico 10, Gráfico 11 e Gráfico 12. Estes gráficos foram elaborados com informações contidas na Tabela 3 e demonstram que inicialmente havia um número considerável de participantes que não estava no movimento de economia solidária, não se enquadrando em nenhum segmento (foram considerados como “outros”).

Os gráficos também demonstram que houve um aumento no número de integrantes de EES em 2010, que se reduziu em 2011. Os representantes de EAF aparecem como maioria em 2009 e 2011 e os gestores são apenas 4% em 2009 e depois chegam a 15% em 2010 e 12% em 2011.

Gráfico 10 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais no ano de 2009

Elaborado pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

Gráfico 11 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais no ano de 2010

Elaborado pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

Gráfico 12 - Participações nos cursos estaduais e oficinas locais no ano de 2011

Elaborado pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

De forma geral, o relatório regional do CFES nos revela que a maioria dos participantes das atividades no estado eram mulheres (77,6%), a faixa etária foi bem variada (Tabela 4) e os participantes apresentaram grau de instrução elevado (Tabela 5), considerando que 51,5% tinham escolaridade acima do ensino médio completo.

Tabela 4 – Faixa etária dos participantes das atividades do CFES em SP (2009-2011)

Faixa etária	%
Menor que 15 anos	0,00
15 a 19	1,20
20 a 24	3,50
25 a 29	9,90
30 a 34	11,10
35 a 39	12,30
40 a 44	9,90
45 a 49	10,50
50 a 54	9,40
55 a 59	11,70
60 a 64	7,00
Maior que 65	9,90
Sem Informação	3,50

Elaborada pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

Tabela 5 – Nível de instrução dos participantes do CFES – SP (2009 a 2011)

Nível	%
Não alfabetizado	0,60
Fundamental incompleto	11,70
Fundamental completo	8,80
Ensino médio incompleto	1,80
Ensino médio completo	19,30
Superior incompleto	14,60
Superior completo	24,60
Pós-graduação	12,30
Não respondeu	6,40

Elaborada pela autora a partir dos dados do relatório regional do CFES 2012

A Tabela 4 demonstra a grande variação da faixa etária dos participantes nas atividades do CFES. Onde a maioria, aproximadamente 44%, tinha de 30 a 50 anos; 38% tinham mais de 50 anos e aproximadamente 15% menos de 30 anos. Esta variedade pode ser considerada um elemento dificultador na construção de uma articulação comum, já que a rede de formadores contempla pessoas de diferentes gerações.

Também há bastante variedade em relação à instrução dos participantes, como mostra a Tabela 5. Um número pequeno deles, menos de 1%, não foi alfabetizado; 20,5% possuem o fundamental (completo ou incompleto); 21,1% possuem o ensino médio (completo ou incompleto); 39,2% o ensino superior (completo ou incompleto) e 12,3% possuem pós-graduação. Estas diferenças na escolaridade expressam como foi variado o grupo de formadores que participou das atividades do CFES e também o desafio de, considerando a diversidade, construir uma articulação.

A seguir, apresento uma descrição de um curso do CFES em São Paulo para ilustrar como foram realizadas estas atividades. A escolha pela descrição de um curso se deve a terem sido espaços privilegiados de articulação, por conta da maior carga horária e da continuidade da turma de formadores.

4.2.1 OS CURSOS ESTADUAIS DO CFES – DESCRIÇÃO DO CURSO DE CANANÉIA

Para ilustrar as formações ocorridas nos cursos estaduais, descreverei um dos cursos. Selecionei o curso que ocorreu em Cananéia, de 26 a 29 de maio de 2011, pois apresentou atividades que ilustram bem a diversidade de formações que ocorreram. O tema deste curso foi a comercialização e desenvolvimento de produtos, assim, todas as atividades dialogaram com este tema.

No início do primeiro dia, foi realizada uma dinâmica de integração dos participantes, que formaram uma roda, onde todos estavam de mãos dadas e memorizaram a pessoa que estava do lado esquerdo e do lado direito. Depois, todos soltaram as mãos e andaram pela sala, até que o mediador da dinâmica deu um sinal e todos pararam onde estavam e deram as mãos novamente às mesmas pessoas que estavam na roda inicial. Assim, formou-se um “nó humano” e o grupo, de forma coletiva, organizou-se para desenredar o nó e voltar à forma de roda.

Depois desta dinâmica e da reflexão sobre como o grupo conseguiu desatar o nó, foi realizada uma atividade de leitura coletiva e discussão do texto “A grande transformação”, de Karl Polany. O texto é curto e aborda a importância da reciprocidade e da redistribuição nas relações econômicas. Depois da leitura, cada

participante do curso comentou sua impressão sobre o texto, o que lhe chamou a atenção, ou alguma relação entre a leitura e a economia solidária.

A terceira atividade do dia foi uma dinâmica sobre as cadeias produtivas, a capitalista e da economia solidária. Houve a divisão em dois grupos e cada um preparou uma apresentação, a partir da linguagem teatral, representando uma das cadeias. Depois, houve uma discussão das apresentações e sistematização coletiva dos principais pontos que diferenciam as cadeias e as principais dificuldades apresentadas para a formação de cadeias produtivas da economia solidária.

Terminada a atividade sobre as cadeias produtivas, houve a divisão da turma em três grupos e cada um começou a preparar uma atividade formativa sobre os seguintes temas (cada grupo trabalhou com um dos temas): desenvolvimento de produtos, comercialização e constituição de rede de EES.

A última atividade do dia (realizada depois do jantar) foi a apresentação da experiência da Incubadora Pública de Osasco, com enfoque nos trabalhos que envolvem a comercialização e o desenvolvimento de produtos.

No segundo dia, os três grupos deram continuidade, no período da manhã, na preparação das atividades formativas. Depois do almoço, houve um passeio pela cidade, também para conhecer algumas iniciativas da economia solidária. No final da tarde, foram realizadas as reuniões do projeto político pedagógico e da sistematização. A discussão do projeto político pedagógico da economia solidária e o desenvolvimento de uma sistematização dos formadores de economia solidária de São Paulo já vinham sendo realizadas nos cursos anteriores, assim, neste momento, foi dada continuidade as discussões. No final do dia, foi apresentada a experiência do Instituto Kairós, que atua com comércio justo e solidário.

No terceiro dia de curso, pela manhã, houve a continuidade das reuniões sobre o projeto político pedagógico e a sistematização. Durante a tarde, houve a apresentação para o coletivo das discussões e desenvolvimento destes temas. O grupo que tratou de projeto político pedagógico apresentou um resumo das suas discussões e um roteiro a partir do qual seria construído um documento do projeto político, que continha quatro eixos: 1) conjuntura: Em que mundo vivemos, 2) objetivos: Qual mundo queremos, 3) educação e formação: Qual a metodologia a ser oferecida e trabalhada, 4) estratégia política de construção para a rede nacional de formadores em economia solidária.

O grupo que discutiu a sistematização deu continuidade à sistematização dos cursos estaduais e apresentou uma matriz na qual os cursos foram comparados segundo os seguintes eixos: o público do curso, a forma de organização/metodologia, a definição do conteúdo, o conteúdo e a avaliação. O objetivo de analisar estes eixos foi refletir sobre como os cursos estaduais auxiliaram na construção da rede de formadores de economia solidária do estado de São Paulo. Esta análise foi feita a partir da leitura dos relatórios dos cursos e da memória dos participantes.

Depois destas apresentações e discussões, houve a apresentação dos produtos formativos elaborados sobre os temas: desenvolvimento de produtos, comercialização e constituição de redes de empreendimentos. O grupo que refletiu sobre o desenvolvimento de produtos fez um vídeo formativo que apresenta o desenvolvimento da cachaça de cambuci, na região de Paranapiacaba. O grupo abordou a importância de refletir sobre: o planejamento do produto (o que e para quem será produzido), o planejamento da produção (qual a matéria-prima, como será utilizada, quais os resíduos, como os resíduos serão descartados, quais os custos da produção) e as informações do produto (etiqueta, informações importantes de serem comunicadas, como e porque o produto está sendo produzido).

O grupo que refletiu sobre a constituição de redes elaborou um planejamento de uma formação sobre o tema, que tem como objetivo sensibilizar os EES e entidades para constituir redes de cooperação. Na formação planejada, o tema de rede é abordado, inicialmente, em uma dinâmica de grupo na qual cada participante apresenta o que conhece sobre redes de cooperação. Depois, há uma exposição dialogada sobre o que é uma rede de cooperação, quais os princípios, a importância destas para constituir EES, quais os diferentes tipos de rede que existem e como funcionam no cotidiano. Para ilustrar melhor o tema, também estava prevista a exibição de material audiovisual sobre redes que já existem (Justa Trama, Xique-xique, Rede Abelha, Circuito Fora do Eixo). Na sequência, havia a apresentação de instrumentos de apoio à formação de redes, como a Internet e as moedas sociais. Para fechamento da oficina, o grupo participante discutiria a criação, pelo próprio grupo, de uma rede de cooperação, sua identidade, possíveis ações conjuntas e a construção de um produto/símbolo que identificaria tal rede. O fechamento da atividade consistia na avaliação da oficina e dos desafios encontrados na constituição de uma rede de cooperação.

O terceiro grupo, que preparou uma atividade formativa com o tema da comercialização, planejou a realização coletiva de um evento que permitisse a articulação de EES e troca de experiências. Este seria um desfile de modas, em que toda a preparação e os trabalhos seriam realizados por EES, que fariam a preparação das modelos, das roupas, dos alimentos servidos, da divulgação e de atividades culturais durante o desfile.

Depois destas apresentações e reflexão das atividades planejadas, houve a discussão dos encaminhamentos para o próximo curso, como o tema, a participação, o local e a comissão de preparação.

No dia seguinte, ocorreu a última atividade do curso, na qual o grupo visitou a comunidade quilombola Mandira, que realiza coletivamente a criação e venda de ostras.

A descrição deste curso, acima, teve como objetivo apresentar a diversidade de atividades realizadas durante os cursos, como: a leitura coletiva de textos, dinâmicas mais lúdicas, a apresentação de experiência dos participantes (como no curso descrito, houve a da Incubadora Pública de Osasco e do Instituto Kairós) e a discussão do projeto político pedagógico e da sistematização.

A seguir, tratarei da atuação do CFES no estado, refletindo sobre seus impactos e as principais problemáticas. A abordagem terá como base a sistematização da experiência do CFES em SP desenvolvida pela rede de formadores estadual e seis entrevistas realizadas com integrantes do coletivo estadual de formadores.

4.3 A IMPLANTAÇÃO DO CFES NO ESTADO DE SÃO PAULO

De acordo com avaliação feita no último curso em Guararema (informação disponível no relatório final do curso de Guararema), em agosto de 2011, uma das contribuições centrais do CFES para o estado de São Paulo foi a articulação da rede estadual de formadores. Durante três anos (2009-2011), eles realizaram encontros periódicos, conhecendo-se, debatendo sobre suas práticas e trocando experiências.

Sobre a avaliação do processo de constituição da Rede, coletivamente refletimos que a formação passou de **uma formação de formadores para uma formação para formadores**. A partir do momento em que a turma se tornou continuada, ficaram claros os objetivos dos encontros e entendemos que as formações já estavam sendo feitas nas bases de atuação de cada formador, sendo o espaço dos cursos um espaço de aprofundamento das práticas e de criação da Rede de Formadores. (2012, p. 17, grifo meu).

O trecho ressalta que inicialmente se pensou na coordenação e planejamento das formações do CFES de forma mais centralizada, sendo realizadas pelo coletivo estadual e pelo IMS, (“formação de formadores”), neste primeiro momento os formadores que eram o público dos cursos não eram vistos como atores que já possuíam um conhecimento acumulado sobre formação. Posteriormente, o processo se tornou mais participativo, envolvendo a integração dos formadores em rede para pensar e planejar sua própria formação (“formação para formadores”). Esta integração da rede paulista ocorreu, sobretudo, a partir dos cursos estaduais, nos quais os formadores apresentaram algumas experiências e refletiram a respeito, também a partir da teoria, em atividades que foram chamadas de “exposições dialogadas”, sobre os seguintes temas: educação popular, mudanças no mundo do trabalho, economia solidária e processo de consciência.

No desenvolvimento do projeto, não houve grande avanço da formulação coletiva sobre os temas abordados nos cursos (Tabela 1). As atividades estiveram mais focadas no reconhecimento dos diferentes pontos de vista sobre os temas e em estabelecer um acúmulo comum aos atores, ainda de forma mais introdutória. É principalmente este caráter de reconhecimento mútuo dos atores que aparece nas entrevistas como um dos impactos para o movimento.

O CFES aproxima as pessoas, o CFES foi uma das grandes possibilidades que a gente teve dentro do movimento de se encontrar, refletir e enxergar a quantidade de gente que tem esses mesmos anseios, essas mesmas vontades, espalhadas, que você nunca ouviu falar, que você nunca conheceu. (2012, informação verbal²⁵).

Como fruto deste auto-reconhecimento dos formadores, foi elaborado um mapa (Figura 2) dos formadores no estado:

²⁵ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

95

O mapa foi desenhado no último curso, em Guararema, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em agosto de 2011. Este representa a distribuição dos formadores no estado de São Paulo e mostra como há uma concentração de atores na capital e Grande São Paulo (REDE DE FORMADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p. 14). Segundo a sistematização do CFES SP (2012, p. 13), os formadores da Rede se encontram nos seguintes municípios: Capital, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Cananéia, Registro, São José do Rio Preto, Jales, Votuporanga, Santa Fé do Sul, Araçatuba, Andradina, Campinas, Hortolândia, Arthur Nogueira, Osasco, Carapicuíba, Embu, Rio Claro, São Carlos, Marília, Bastos e Assis.

Para além da localização geográfica dos formadores, o documento da Rede de Formadores apresenta um quadro com os temas trabalhados pelos formadores nas suas bases de atuação, composto por mais de trinta temas.

Tabela 6 - Temas de formação – Coletivo CFES SP

Número de formadores que atua com o tema	Temas
1	Alimentação
1	EJA
1	Finanças solidárias
1	Fluxos EES
1	Formalização
1	Política
2	Formação cirandas
2	Movimentos sociais
2	Produção
2	Tecnologia
2	Constituição EES/ incubação
3	Comércio justo e solidário
3	Consumo consciente/responsável
3	Empreendedorismo
4	Etnia/raça
4	História/ Histórico do capitalismo e socialismo
4	Logística
4	Organização de feiras
5	Organização de EES
5	Planejamento estratégico/ viabilidade econômica
5	Resíduos

5	Cooperativa popular/ gestão cooperativa/economia solidária/ fomento aos EES/autogestão
6	Educação popular
6	Gênero
6	Agricultura familiar/agroecologia/ educação/política ambiental
7	Desenvolvimento local/territorial
8	Arte/cultura/artesanato
8	Mediação conflitos/relações interpessoais
8	Projetos/elaboração
9	Comercialização/gestão comercial
9	Formação formadores/gestores
11	Mobilização/mobilização comunitária/ sensibilização e mobilização

Elaborada pela autora com dados do documento final de sistematização do CFES SP (2012, p.12).

A Tabela 6 apresenta uma ampla variedade de temas abordados pelos formadores no cotidiano de suas práticas. Destes temas, poucos foram aprofundados durante o desenvolvimento do CFES²⁶. Este levantamento dos temas que os formadores trabalham em suas bases ocorreu no último curso, em Guararema, e teve como objetivo ajudar na troca e articulação entre os formadores. Assim, a Tabela 6 foi concebida pelos formadores de São Paulo como instrumento para reconhecer sobre quais temas os formadores estão trabalhando e para potencializar a colaboração entre eles.

Ao observar a Tabela 6, podemos perceber a grande variedade de temas trabalhados, que não se restringem somente ao apoio direto à produção. Dentre os temas há os que se caracterizam mais como objetivos da formação, como: a educação de jovens e adultos, a constituição e organização de EES, a organização de feiras, a formação de formadores e a mobilização comunitária.

Há temas que estão ligados à gestão e estruturação dos empreendimentos: os fluxos, a formalização, as finanças, a qualificação para a atividade produtiva - alimentação, resíduos, artesanato, a gestão cooperativa e autogestionária, as relações pessoais, a elaboração de projetos e a gestão comercial. Outros temas estão relacionados à construção de uma identidade política dos trabalhadores: política, movimentos sociais, etnia e raça, história do capitalismo e socialismo, gênero e cultura. Por fim, há temas vinculados à constituição de uma articulação do movimento

²⁶ Para ver os temas aprofundados nos Cursos, consultar Tabela 1.

de economia solidária: finanças solidárias, formação para o Cirandas²⁷, comércio justo e solidário e consumo consciente, agricultura familiar e desenvolvimento local/territorial.

A Figura 2 e a Tabela 6, instrumentos elaborados pela rede de formadores de São Paulo, são muito importantes para o auto-reconhecimento e construção da identidade da economia solidária em São Paulo. Ambas as ferramentas foram construídas no último curso, mas, segundo as entrevistas, não foram utilizadas posteriormente pelos formadores.

A construção de instrumentos de auto-reconhecimento da rede para o apoio mútuo entre os formadores foi apontada nos relatórios dos cursos como fundamental ao fortalecimento da formação em economia solidária. Estes instrumentos só foram elaborados no último curso, em Guararema. Por meio do mapa dos formadores e do levantamento dos temas de formação, buscou-se uma maior articulação dos formadores. São ferramentas que visaram facilitar as trocas, sobretudo, por causa da grande variedade de temas trabalhados na formação, que também representa um desafio, especificamente à assistência técnica.

Porém, como podemos ver no trecho de entrevista a seguir, o final do projeto esfriou a articulação da rede paulista de formadores, que não conseguiu se reunir de forma independente, sobretudo em relação aos recursos do projeto, e avançar nos processos de reflexão e atuação conjunta.

(...) poderia ser um resultado prático interessante: que as pessoas, por exemplo, em SP, tivessem uma Rede, cada um no seu lugar, que as pessoas conseguissem se apoiar na formação: “Eu preciso que alguém me apoie pra fazer uma formação num tema que não domino”. (...) Seria interessantíssimo. Hoje, a gente tá nesse limbo. Vamos fazer o encontro da rede em novembro? (...) Como que você junta as pessoas? (2012, informação verbal²⁸)

Assim, a operacionalização da rede e de ações coletivas, como a organização de encontros estaduais entre os formadores sem os recursos do projeto CFES foi apontada, em todas as entrevistas, como uma grande dificuldade. Para o Gestor 2 de políticas públicas de economia solidária, um dos limites encontrados foi a dependência dos formadores em relação aos recursos do projeto. O entrevistado disse participar de outros grupos que realizam encontros sem depender de recursos externos.

²⁷ Cirandas é a rede social e econômica da economia solidária. Acesso pelo site: <http://cirandas.net/>

²⁸ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

O Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária também ressaltou que houve, por parte dos formadores, falta de comprometimento para fortalecer o CFES. Segundo ele:

Quanto eu custei para esse projeto? A gente custou caro e qual nossa contrapartida para o governo e para a sociedade? Como a gente devolve para eles tudo o que foi investido nessas formações? Isso deveria estar no finalzinho do projeto. Você está indo viajar com tudo bancado, só que no final do projeto tem que ter um compromisso de constituição da rede. A gente tinha esse compromisso, mas, ele nunca foi formal, não está lá no edital que, no final, cada estado sai com uma rede de formadores, não é um objetivo. (2012, informação verbal²⁹).

Assim, apesar da contribuição do CFES para a articulação dos formadores no estado, esta não significou que a rede de formadores passou a atuar de fato e com autonomia em relação ao projeto do CFES. A importância atribuída à articulação nas entrevistas está relacionada à sua potencialidade em auxiliar os formadores a dar conta das dificuldades encontradas para a assessoria aos EES, sobretudo, pela demanda ser relativa a formação em áreas muito diversas (diferentes ramos de produção, serviços e comercialização).

É central no papel dos formadores estabelecer articulação entre si para poder, enquanto rede, dar conta da variedade das demandas formativas relativas à diversidade dos setores produtivos e de atividades econômicas desenvolvidas pelos EES. Segundo o Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento, o papel das entidades também está relacionado a conseguir encaminhar para outras entidades as demandas de qualificação e formação dos grupos. Portanto, na formação de EES, os formadores não têm como dominar com profundidade conhecimentos para a diversidade de atividades produtivas requerida pelos distintos grupos (em geral as entidades não possuem enfoque na formação para uma atividade produtiva determinada). O apoio mútuo entre os formadores é central, porém, pode significar um distanciamento destes em relação aos conhecimentos específicos da atividade produtiva, levando assim, ao descolamento entre a formação técnica e a política.

Apesar do refluxo da articulação da rede de formadores, que não conseguiu se reunir desde agosto de 2011 (seu último encontro foi em Guararema), o CFES também

²⁹ Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

gerou uma articulação num outro nível, do próprio fórum estadual, tanto por conta do estreitamento da relação dos formadores (que se encontraram de forma contínua de 2009 a 2011), quanto por ter colocado os fóruns estaduais como atores centrais da execução e planejamento das ações do CFES nos estados. Os trechos que seguem comentam este fortalecimento dos fóruns a partir do CFES, por meio de estrutura para encontros regulares de articulação dos atores da economia solidária em nível estadual:

Foi importante porque, em cada estado, você tinha grupos que vinham dos fóruns estaduais, então, na maioria dos estados, os coletivos de formação eram GTs de formação, que eram formados pelas coordenações dos fóruns, coletivos representantes do movimento em cada estado, que tiveram durante três anos a possibilidade de fazer uma formação, nessa parte de educação e, muitas das atividades dos estados que a gente tinha que desenvolver, eles utilizaram para reorganizar e fortalecer os fóruns estaduais (...)

Pegaram (o CFES) pra trazer o pessoal do interior. Isso foi super importante pra você ter um espaço dos fóruns estaduais, pra que eles pudessem ter uma estrutura mínima pra poder fazer uma articulação de reestruturação. Acho que isso foi importante e se a gente conseguiu fazer 27 plenárias³⁰ estaduais, uma parte delas foi por conta do CFES. Se não fosse ele, a gente estava muito mais fragilizado, acho que teria estado que não teria nem fórum estadual mais e foi super importante. (2012, informação verbal³¹).

Este fortalecimento dos fóruns, no caso de São Paulo, foi visto de forma direta na utilização dos recursos das oficinas estaduais para realização de atividades que já eram demandas do fórum, tais como as atividades de formação sobre gênero e sobre a certificação participativa dos produtos da economia solidária.

Porém, esta autonomia dos fóruns para pautar o CFES (em relação às atividades locais) também foi acompanhada de uma dificuldade estrutural, de falta de pessoas remuneradas para o trabalho de organização, planejamento e execução das atividades do CFES, que, em âmbito estadual, foi realizado de forma voluntária pelos participantes. Esta demanda foi apresentada em todas as reuniões do coletivo estadual, que pautou junto ao IMS e à Senaes (por meio das reuniões do Conselho Gestor Regional do CFES) a proposta de remuneração de um articulador do projeto nos estados. Porém, tal contratação não ocorreu e havia um entendimento do representante da Senaes de que este trabalho deveria ser uma contrapartida das entidades co-gestoras

³⁰ Refere-se às etapas preparatórias da V Plenária Nacional de economia solidária, que ocorreu em dezembro de 2012, em Luiziania – Brasília.

³¹ Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

e, caso houvesse remanejamento de recursos, deveriam ser destinados à ampliação das atividades. Por conta deste impasse e da sobrecarga das entidades co-gestoras, na reunião do coletivo estadual de 23 de julho de 2010, houve a ampliação, de três para oito, das entidades co-gestoras.

A falta de remuneração dos trabalhos no estado de São Paulo também apareceu nas avaliações dos cursos como uma grande dificuldade para a execução destes e uma sobrecarga para os atores que se dispuseram a realizar as ações.

Por outro lado, as entrevistas ressaltaram que houve muita autonomia, por parte dos formadores para preparar e desenvolver as atividades no estado e também destacaram que puderam ser propositivos. Assim, a autonomia no estado abrangeu tanto os conteúdos trabalhados quanto a contratação de EES e formadores da economia solidária para realizar as atividades.

Não foi uma formação impositiva, essa é uma diferença para a formação acadêmica, não veio uma coisa pronta. Isso inclusive foi uma dificuldade porque a gente tinha que descobrir, um pouco tivemos que reinventar a roda. (2012, informação verbal³²).

A questão de a gente assumir algumas tarefas do CFES, poder fornecer uma alimentação. Não era só o recurso que a gente pegava. Não podemos negar que o recurso era importante, mas, não era só isso, era fornecer uma alimentação para um grupo que pensa como você, que você podia fazer uma alimentação diferenciada. Por exemplo, o nosso grupo aqui em Hortolândia, nas oficinas locais, quando a gente fez (a alimentação), teve gente que começou a conhecer certas comidas que fazemos aqui no nosso dia-a-dia, dentro da nossa casa no terreiro. (2013, informação verbal³³).

Para além desta autonomia dos atores no Estado, todos os entrevistados consideraram que o CFES melhorou a formação dos formadores, tanto pela troca de experiências, quanto pela reflexão teórica. Para a Integrante de EES 2:

Mas, tudo isso, essa prática, as nossas vivências no CFES, os aprendizados, os encontros, os seminários... mesmo a gente brigando, correndo... tudo aquilo ali foi um grande aprendizado, que, para mim, eu comparo com um aprendizado que eu teria se eu fosse fazer uma academia de economia solidária. (2013, informação verbal³⁴).

³² Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

³³ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de 2013

³⁴ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de 2013

Apesar deste aprendizado promovido pelo CFES, o Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento ressaltou como negativo o fato de o projeto não ter se estabelecido como referência para a formação em economia solidária.

Tinha a ideia do CFES ser uma referência, mas, acho que faltou pulso da coordenação. Durante o primeiro ano, grande parte dos coordenadores nacionais e regionais não eram reconhecidos pelo movimento. Logo de cara, deveriam ter proposto: vamos construir temas, levantar quais são os temas importantes e levantar um pout-pourri. Quais são os temas importantes de discussão nacional? Histórico de formação de trabalhadores, educação popular etc. Esses são os temas. Tem dois anos pela frente, vamos fazer agora um encontro sobre cada tema. Cada encontro desse deveria ter gerado um conjunto de materiais, de reflexões. (2012, informação verbal³⁵)

O trecho acima resalta o que não foi possível ao projeto realizar, porém, em nível regional, o CFES elaborou um material de referência, desenvolvido pela coordenação pedagógica regional em conjunto com os representantes dos coletivos estaduais de formadores que estavam discutindo o projeto político pedagógico da economia solidária. Desta discussão, foi produzido o “Almanaque – Práticas educativas em Economia Solidária: Tecendo os Fios de Nosso Projeto Político-Pedagógico” (CFES, 2012). Este material foi elogiado pelo Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária e pela Integrante de EES 2, ambos reconhecem o material como um instrumento importante de apoio às atividades de formação.

Outro impacto do CFES, ressaltado nas entrevistas, está relacionado ao maior reconhecimento dos integrantes dos empreendimentos como formadores da economia solidária.

(...) outra coisa legal do CFES que teve também, é ampliar o conceito de educador de economia solidária. No início, a ideia de educador de economia solidária eram as pessoas que trabalhavam com assessoria técnica, basicamente. (2012, informação verbal³⁶).

Nas atas das reuniões do coletivo estadual, em diversos momentos, consta a discussão sobre o público dos cursos. Este ponto está relacionado a duas problemáticas: a presença nos cursos de pessoas que nunca ouviram falar em economia

³⁵ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012

³⁶ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

solidária e a dificuldade inicial em definir quem são os formadores de economia solidária.

Para nivelar os diferentes conhecimentos (pessoas que estão no movimento há mais tempo e recém-chegadas), foi proposta a formação continuada a partir do terceiro curso estadual e também se definiu que parte das oficinas locais teria caráter de introdução e sensibilização aos temas da economia solidária (como vimos na Tabela 2).

Na discussão sobre quem são os formadores da economia solidária, foi necessário tratar de preconceitos bastante arraigados em nossa sociedade, que vinculam o educador ao saber acadêmico. No processo, alguns atores se descobriram como formadores:

Primeiro, eu descobri que eu era um formador, que eu não tinha essa visão e eu fazia formação (...) eu fazia formação, mas, não tinha consciência. A gente fazia reunião com os beneficiários do bolsa família, 100 famílias, tinha que falar de economia solidária uma hora e meia. Ou, ia lá com o pessoal do Pró-jovem, vamos discutir economia solidária e cooperativismo com o pessoal do Projovem³⁷. (2012, informação verbal³⁸).

Este processo de reflexão sobre o conceito de formador também gerou uma visão mais crítica sobre a divisão do movimento em segmentos. Isto porque o conceito tradicional de educador em nossa sociedade está relacionado aos saberes escolares e universitários e, em geral, os detentores destes saberes são os atores das entidades de fomento e gestores. A partir do CFES, explicitou-se esta tensão:

Acho que o CFES contribuiu para trazer mais confusão, voltando à primeira fala, nessa história. Então, quem faz formação? Essa pergunta é a que o CFES ficou se debatendo, são as entidades de fomento? São os gestores? São os empreendimentos? O que é formação? (...).

Na minha opinião, evidenciava que em alguns momentos você não tinha tanta diferença assim. Que essa segmentação em três setores é muito mais didática do que prática. Didático é prático, mas (...) não tem essa separação tão estanque assim. Então, os empreendimentos (os que participavam) começaram a pautar que eles eram

³⁷ O Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, foi criado em 2005. É uma extensão da Política Nacional de Juventude e se dedica à formação profissional de jovens de baixa renda. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/mercado-de-trabalho/projovem>.

³⁸ Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

formadores e que precisava de formação técnica, por exemplo. (2012, informação verbal³⁹).

Para refletir sobre a participação dos diferentes segmentos que compõem o movimento no CFES, um elemento que contribui para análise é o levantamento do público dos cursos estaduais. A partir das listas de presença, sistematizei no Gráfico 13, que segue, a proporção por segmento dos formadores de cada curso, começando pelo primeiro em Marília, até o último em Guararema.

Gráfico 13 - Público dos cursos do CFES-SP – 2009-2011

Elaborado pela autora com dados das listas de presença.

No Gráfico 13, podemos observar que o público das atividades dos cursos foi, em sua maioria, formado por integrantes das entidades de fomento e assessoria (exceto em Cananéia). A quantidade de gestores foi crescendo gradativamente durante o processo e a de EES foi se reduzindo. O tema do tipo de público também foi pauta dos cursos e da Rede de formadores, que definiu como formadores todos os atores que realizam atividades de formação em economia solidária, independente do segmento.

As entrevistas levam a entender que a diminuição no número de participantes dos EES não é casual, mas, também está ligada à escolha dos temas abordados nos cursos. O trecho abaixo explicita este ponto:

³⁹ Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

Não é uma formação que os empreendimentos mais desejam, eles querem uma coisa mais que resolva o problema deles e eles têm uma dificuldade de enxergar que o problema deles não será resolvido (em apenas um curso). [Eles pensam:] “Eu quero ser inserido no mercado”. (2012, informação verbal⁴⁰).

Esta diferença de interesses e demandas para a formação ocorreu de forma explícita durante as atividades do CFES. No curso de Hortolândia, por exemplo, quando foi definida a formação continuada e levantados os temas dos cursos seguintes, os EES pautaram a necessidade de uma formação sobre desenvolvimento de produtos e comercialização. Estes temas foram tratados no curso de Cananéia, porém, como mostra o trecho a seguir e também os relatórios dos cursos estaduais, os encontros tiveram um enfoque muito mais político do que de formação técnica, ou aplicada à qualificação dos produtos e processos dos EES.

A expectativa do CFES não era resolver esses problemas de qualificação da produção, essas demandas super legítimas dos empreendimentos. Era mais a rede de formadores, a constituição de um projeto político pedagógico. Essas questões mais do campo abstrato da formação, da formação de um sujeito político e tudo mais (2012, informação verbal⁴¹).

Assim, não é estranho constatar a diminuição do número de EES, já que o CFES esteve mais voltado para articulação dos atores e menos para o aprofundamento dos temas de qualificação dos produtos e serviços. Porém, as entrevistas dos integrantes de entidade de assessoria e fomento e do Gestor 1 de políticas públicas levantaram um desinteresse dos EES pela formação política, que demonstra uma dificuldade conhecida do movimento de economia solidária (e de nossa sociedade em geral) de conceber os saberes técnicos também como políticos. Esta dificuldade também é demonstrada pelos conflitos para definir os temas nos cursos, classificados pelos formadores entre temas mais políticos ou técnicos.

Há, portanto, este conflito no movimento, quando a formação política, considerada “mais abstrata”, não é, muitas vezes, vista como importante pelos formadores (sejam eles integrantes de EES, entidades de apoio, ou gestores), que entendem este tipo de formação como descolado da prática, enquanto a formação técnica é vista, muitas vezes, como descolada da política e destinada exclusivamente à

⁴⁰ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

⁴¹ Informação fornecida por Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

introdução dos EES no mercado capitalista por meio da apreensão de técnicas e estratégias da economia convencional.

O trecho abaixo explicita esta tensão:

O discurso forte é que: na economia solidária, as duas coisas precisam estar juntas, a ideia da formação política e da assessoria técnica. Só que isso é muito difícil de acontecer na prática. Na prática, acaba acontecendo que você tem bastante formação política. O que não quer dizer também que ela seja muito boa. (...) São dois grandes buracos, de um lado, um movimento que carece de identidade política e, de outro lado, precisam qualificar seu produto. (2012, informação verbal⁴²).

Esta necessidade de desenvolver uma formação ao mesmo tempo técnica e política aparece nos documentos do movimento sobre formação, tais como os das oficinas nacionais, plenárias e conferências. Nestes, é colocada a importância de contextualizar a ação econômica no âmbito mais amplo das transformações sociais, para além da reprodução da vida. Assim, a formação parte da ação econômica na prática para contextualizá-la politicamente e mostrar como as questões políticas estão contidas no cotidiano. Um exemplo deste tipo de formação é sobre a forma de remuneração dos EES. Nestes, não há salário, mas, retirada e isto não é só uma questão de nomenclatura. Nos EES a remuneração é decorrente do trabalho e não do capital, assim, não é possível investir nos EES sem aportar trabalho, todos os sócios contribuem com trabalho e capital. Portanto, a formação, neste caso, explora esta diferença, apontando que o salário é uma forma de remuneração específica da empresa capitalista, na qual o trabalhador recebe o mínimo necessário para sua sobrevivência e não o correspondente à riqueza gerada por seu trabalho.

Porém, nos cursos do CFES, muitos integrantes de EES afirmam ter dificuldade de relacionar as discussões políticas com seu cotidiano e com as demandas imediatas de geração de renda. Para a Integrante de EES 2, faltou, nos cursos, um aprofundamento maior sobre as possíveis soluções para as dificuldades encontradas no cotidiano dos EES, sobretudo, a comercialização. Segundo ela:

Faltou aprofundar a questão da comercialização, ajudar os empreendimentos a achar soluções para essa questão. Como a gente pode modificar isso? Como a gente pode criar esse mercado alternativo? A gente não vai conseguir fazer isso sozinhos. Acho

⁴² Informação fornecida por Integrante 1 de entidade de assessoria e fomento em entrevista concedida à pesquisadora, em outubro de 2012.

que faltou isso, teve o tema nos cursos, mas faltou aprofundar. (2013, informação verbal⁴³).

Por outro lado, diversos formadores apontam como desafio aprofundar as possíveis soluções aos problemas encontrados pelos EES sem realizar a formação utilizando um enfoque econômico descolado das questões políticas, que, assim, acaba reproduzindo as relações de exploração social e de manutenção do sistema capitalista, já que há a possibilidade dos EES se dedicarem somente à geração de renda não questionando a forma como se organizam.

(...) as iniciativas de economia solidária enfrentam um duplo risco, derivado de sua condição econômica marginal ao capitalismo. Há tanto o risco do fracasso como um risco trazido pelo sucesso econômico. O fracasso tende a destruir a iniciativa e a crença social na capacidade de ação coletiva, enquanto que o sucesso econômico tende a contribuir para o ascenso da lógica capitalista dentro da economia solidária. (CHRISTOFFOLI, 2007, p. 168).

Outros autores também focalizam esta contradição, demonstrando que, na economia solidária, a possibilidade de transformação social passa pela viabilidade econômica das organizações, mas, não pode se restringir a esta.

Diferentemente dos processos de autoajuda promovidos pelos governos conservadores, empresários e por outros pseudo-aliados dos excluídos do chamado mercado formal de trabalho, o objetivo da educação popular não pode ser o de contribuir para aliviar a pobreza e tampouco de ajustar as “competências básicas” dos trabalhadores para que consigam competir no mercado, desconsiderando as necessidades reais e imediatas das camadas socialmente desfavorecidas. (TIRIBA, 2007, p. 90).

Como coloca Tiriba, é na educação popular que as práticas buscam se ancorar para estabelecer o elo entre a técnica e a política. Esta filiação da economia solidária à educação popular é explicitada frequentemente nos documentos das Oficinas de Formação, Plenárias etc. Porém, na prática, há um grande desafio em viabilizar no mercado capitalista organizações econômicas autogeridas, formadas por trabalhadores que não possuem recursos materiais e habilidades valorizadas em nossa sociedade. Este desafio fica explícito no caso do CFES, quando, nos cursos estaduais, aparece a dicotomia entre a formação técnica e a política.

Esta contradição também aparece nos documentos das Oficinas Nacionais de Formadores, quando o conteúdo das atividades de formação em economia solidária

⁴³ Informação fornecida por Integrante 2 de EES concedida à pesquisadora, em maio de 2013

abrange temas ligados ao empreendedorismo, como é o caso do plano de negócios. Porém, o termo empreendedorismo só aparece no documento da I Oficina Nacional. Certamente foi suprimido na II Oficina por conta de discussão crítica em relação à utilização do plano de negócios como instrumento de formação, já que o seu objetivo é maximizar o lucro.

De forma geral, dentre as principais contribuições do CFES ao fortalecimento do movimento, destacadas nas entrevistas, está a articulação dos formadores, que ocorreu a partir do encontro, reflexão conjunta e visita às experiências. Esta também possibilitou uma articulação mais ampla do movimento enquanto força política, a partir do fortalecimento de seus fóruns estaduais e da integração entre eles. Outra contribuição muito destacada pelas entrevistas foi a qualificação da formação dos formadores, que ampliou os conhecimentos sobre economia solidária, educação popular, melhorando o trabalho na ponta e ampliando o número de multiplicadores.

Destacado como contribuição pelos dois integrantes de entidades de assessoria e fomento e pelo Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária, foi o aprofundamento da reflexão sobre quem são os formadores da economia solidária, que levou o Gestor 1 de políticas públicas e os dois integrantes de EES a se reconhecerem como formadores da economia solidária.

As contribuições oriundas da sistematização foram menos citadas pelos entrevistados do que a articulação. Sobre este tema, o Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária e a Integrante de EES 2 comentaram que o material de sistematização do projeto político pedagógico (CFES, 2012) ficou muito bom, útil como apoio aos formadores. E a Integrante de EES 2 também comentou que a formação que teve sobre sistematização (foram realizados três seminários regionais, com duração de 24 horas cada, sobre o tema) foi excelente, fazendo com que ela aprendesse muito sobre o tema, reconhecendo sua importância.

Em relação às considerações acerca do que o projeto do CFES não conseguiu contribuir, dois entrevistados ressaltaram a falta de consolidação da rede de formadores, considerando que a articulação ficou muito solta. Isto foi considerado resultado da falta de envolvimento dos próprios formadores, que ficaram, em muitos momentos, passivos e se restringindo a executar o que o CFES previa enquanto projeto e, também, totalmente dependentes dos recursos. Para o Integrante 2 de entidade de assessoria e fomento, não contribuiu neste processo o fato de o CFES não definir um

currículo básico de conteúdos para formação em economia solidária. A Integrante de EES 2 também ressaltou em relação aos conteúdos que estes não conseguiram se aprofundar em soluções para os principais problemas encontrados pelos EES.

Sobre a sistematização estadual, apenas foi citada pelo Gestor 1 de políticas de economia solidária, que afirmou que poderia ter sido um material mais elaborado. Porém, quatro dos seis entrevistados não citaram a sistematização nas entrevistas. A seguir, vou focalizar o tema da sistematização no CFES.

4.3.1. A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Para refletir sobre as contribuições advindas da sistematização realizada a partir do CFES, convém retomar o marco teórico a partir do qual o projeto compreendeu a sistematização. Para tal, resgato, a seguir, o conceito de sistematização definido por Oscar Jara, que foi usado como base nas duas oficinas regionais do sudeste que tiveram como tema a sistematização, cada uma com 24 horas de duração. Estas oficinas e os textos daquele autor também nortearam a discussão sobre sistematização em nível estadual e nacional.

Segundo Oscar Jara (2006) a sistematização é um exercício de reflexão organizada sobre uma experiência prática, que faz parte de processos históricos mais amplos, complexos, dinâmicos e contraditórios. Segundo o autor:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. (2006, p. 24).

Segundo a concepção acima, os seguintes elementos compõem uma sistematização: a interpretação crítica, a ordenação e reconstituição da experiência vivida, o reconhecimento de uma lógica que dirigiu a experiência, a produção de um novo conhecimento a partir da prática, a objetivação do processo vivido e a ordenação dos conhecimentos e percepções dispersas.

Portanto, para Jara, a sistematização está situada entre a prática e a teoria. Não é um exercício teórico realizado por um pesquisador isolado, nem uma simples ordenação

dos acontecimentos da prática. Ela tem como objetivo a geração de um produto e também de um processo de reflexão sobre a experiência, que aprimore a prática futura, compartilhando os ensinamentos e levando à construção teórica sobre a experiência.

Tudo isso só tem sentido na medida em que nos ajuda a entender como chegamos ao momento em que estamos; quer dizer, a explicar-nos nossa própria trajetória e não para reconstruir o passado por reconstruir e sim para poder compreender melhor nosso presente, localizando - a partir da trajetória acumulada - os elementos, características, contradições e desafios da etapa atual em que nos encontramos. (JARA, 20006, p. 30).

Dessa forma, é dada ênfase à reflexão sobre os aprendizados gerados pela prática e na partilha e troca destes conhecimentos. Pois, o pressuposto é que somente o compartilhamento das narrativas das experiências (em geral lineares e cronológicas) não possibilita um intercâmbio efetivo dos aprendizados.

Esta pesquisa investigou se o CFES potencializou os processos de sistematização do movimento, partindo da hipótese de que, por meio do incremento da sistematização das experiências de formação, há avanço nas definições acerca da identidade, do adversário e do conflito central vivido pelo movimento de economia solidária. Este avanço é dado pela divulgação das experiências, um maior reconhecimento das práticas e da diversidade e a troca de informações.

A sistematização e a articulação contribuem para o aumento das trocas entre os atores, que passam a conhecer melhor quais são as práticas e como são desenvolvidas em diferentes regiões. A sistematização permite a articulação, porém, não é uma interlocução direta entre os atores. A sistematização possibilita uma interpretação mais aprofundada da prática, a partir de um exercício organizado de seleção das ideias e dos aspectos que serão compartilhados. Também é um instrumento de divulgação que pode ter um amplo alcance, podendo ser distribuído para outros atores que não somente os presentes nas atividades de formação.

No decorrer das atividades do CFES, percebemos que houve um grande esforço em definir, ou acordar coletivamente, sobre em que consistia a sistematização. Para tal, foram realizados dois seminários regionais. No âmbito de enfoque desta pesquisa, que é estadual, encontramos momentos de discussão da sistematização nos cursos estaduais. Inicialmente em Hortolândia (dezembro de 2010), quando houve uma exposição sobre o tema com objetivo de compartilhar os processos ocorridos nos seminários regionais de sistematização. No curso seguinte, em São Carlos, foi definido o objeto da

sistematização e, nos cursos seguintes, a equipe de sistematização (formada por metade da turma de formadores) juntou-se para desenvolver a sistematização que deu origem a um documento no final do projeto.

O objeto da sistematização do estado de São Paulo foi o próprio CFES. No relatório do I Seminário Regional de Sistematização (realizado em Vitória, de 2 a 4 de julho de 2010), consta que esta escolha se deu, sobretudo, porque o CFES foi a experiência em comum dos formadores. Este aspecto foi considerado importante, pois, segundo a metodologia de sistematização adotada, é fundamental no processo que as pessoas que realizam a sistematização tenham participado da experiência.

Porém, o enfoque da sistematização se transformou algumas vezes, pois, no II Seminário (realizado no Rio de Janeiro de 5 a 7 de novembro de 2010), o coletivo de São Paulo definiu como objeto da sistematização uma rede de comercialização de artesanato, localizada na Praça da República. Este objeto foi mudado novamente no Curso de Hortolândia (dezembro de 2010), retornando a ser o CFES no Estado de São Paulo, mais especificamente os Cursos Estaduais.

Assim, durante o processo, o objetivo da sistematização deixou de ser a divulgação das diferentes metodologias e conteúdos de formação da economia solidária no estado de São Paulo para tornar-se o próprio CFES. Este processo parece ter reduzido o potencial da sistematização do projeto em realizar o levantamento de informações sobre a diversidade das práticas de formação em economia solidária, a circulação destas informações e sua interpretação mais aprofundada.

Dentre as causas que levaram a esta transformação das ações de sistematização no projeto, destaca-se, nas atas das reuniões do coletivo estadual, a falta de recursos. Os integrantes do coletivo estadual de formação de São Paulo colocaram que a sistematização de experiências, segundo a metodologia adotada, requeria bastante trabalho e que não estava prevista a remuneração deste pelo projeto. Assim, foi avaliado que a sistematização seria feita nos momentos de encontro que já estavam previstos pelo projeto, no caso os cursos estaduais.

Ao examinar os planos de sistematização (Anexo 1), podemos ver que realmente a sistematização das experiências demanda uma pesquisa aprofundada, o que requer tempo e recurso para ser desenvolvida.

De forma geral, no processo de sistematização durante o CFES, percebe-se que houve a necessidade de investimento em nivelar alguns conhecimentos sobre

sistematização, criando acordos relativos ao seu significado e metodologia adotados. Assim, até o final de 2010, o maior investimento no tema foi relativo à formação dos formadores e não a sistematização em si. Em um segundo momento, quando os planos de sistematização começaram a ser executados, no início de 2011, foram realizadas escolhas, por conta das limitações financeiras, que levaram o objeto da sistematização a ser o próprio CFES e não as práticas de formação desenvolvidas pelos formadores em suas bases.

Este enfoque nos cursos do CFES no estado de São Paulo fez com que o objeto da sistematização recaísse sobre a própria rede de formadores e sua articulação, já que os cursos estaduais foram desenvolvidos coletivamente pelos integrantes da rede, que selecionavam os conteúdos abordados, definiram a programação, os convidados, as metodologias etc. Portanto, esta sistematização não espelhou a diversidade de conteúdos e metodologias trazida pelos formadores, mas, a articulação entre eles.

Uma das atividades estaduais que buscou suprir a necessidade de apresentação da diversidade de práticas foi a apresentação de experiências realizada nos cursos estaduais, a partir de São Carlos. Nos cursos de São Carlos e Cananéia, ocorreram apresentações de experiências, segundo os temas abordados nos cursos. As experiências foram selecionadas previamente e os formadores trouxeram apresentações em *Power Point* para discutir as práticas com os outros formadores. As experiências apresentadas nos cursos foram: Criolê (EES que atua na área de produção de roupas, localizado em Hortolândia), Incubadora pública de empreendimentos solidários de Diadema, Kairós e Incubadora Pública de Osasco (curso de Cananéia).

Esta apresentação das experiências foi avaliada nos cursos como muito enriquecedora, porém, ela é limitada se considerarmos que, na rede de formadores, há representantes de aproximadamente 30 experiências de formação e somente 4 foram apresentadas à rede de formadores. Outro fator é que esta apresentação foi somente para o grupo dos formadores, não servindo como fonte de divulgação das práticas e saberes, já que não foi impresso e consta somente nos relatórios do projeto. Neste sentido, cabe destacar que o material de sistematização estadual do coletivo de formadores de São Paulo, tendo como objeto os cursos estaduais do CFES, foi impresso pelo IMS. Todos os integrantes da rede de formadores estadual receberam cópias e outras foram destinadas ao fórum.

Outro material que teve divulgação, sendo impresso pelo IMS, foi o

“Almanaque: práticas educativas em economia solidária” (CFES, 2012). Este material também foi uma sistematização do projeto, porém, em nível regional. Ele integrou as discussões do Projeto Político Pedagógico da economia solidária, que ocorreram em âmbito regional e estadual⁴⁴.

Segundo a apresentação do material, este tem como objetivo expressar a prática educativa da economia solidária, também servindo de subsídio aos formadores em seu cotidiano: “Queríamos um projeto educativo escrito pelas pessoas do Movimento de Economia Solidária, que expressasse a diversidade de prática, bem como o acúmulo dos debates ocorridos nos diversos espaços do movimento...” (2012, p. 18).

Da mesma forma que a sistematização estadual, o documento do almanaque expressa mais a articulação dos atores, promovida também pelas atividades do CFES, do que a diversidade de práticas de formação na base. Assim, parte do Almanaque, no capítulo acerca das metodologias adotadas, está dedicada à apresentação das diversas atividades que foram desenvolvidas regionalmente pelo CFES sudeste, sobretudo, nos cursos regionais. Nesta parte, busca-se ilustrar e sugerir diferentes tipos de formações em economia solidária, a partir da descrição sistematizada das atividades realizadas nos cursos regionais, como: visita de experiências, dinâmicas de integração, dinâmicas de aprofundamento na educação popular etc. A descrição visa explicar como são as atividades e como foram desenvolvidas.

Para além do enfoque nos caminhos percorridos, o Almanaque também se detalha os temas centrais do projeto político pedagógico: análise da sociedade em que estamos inseridos, levantamento de que sociedade queremos, apresentação do tipo de educação que é defendida pela economia solidária, e a construção da Rede de Formadores. Na abordagem destes temas, o Almanaque faz referência a documentos escritos por ocasião de encontros de representantes do movimento, com abrangência nacional, como as oficinas nacionais de formadores e as conferências de economia solidária.

Cabe destacar que, na discussão sobre o tipo de educação defendida pelo movimento de economia solidária, o Almanaque salienta o item sistematização, apresentando uma espécie de síntese dos conteúdos desenvolvidos nos seminários regionais de sistematização.

⁴⁴ A sistematização também foi discutida nacionalmente e nas outras regiões do país, porém, o Almanaque expressa as discussões do Sudeste e das comissões que discutiram o Projeto Político nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Assim, pode-se concluir que em relação à sistematização foi feita uma escolha durante o projeto, que levou o tema a ser, inicialmente, mais formativo (tanto em âmbito regional, como estadual), quando, em 2010, foram realizadas as principais atividades de formação em sistematização de experiências nos I e II Seminários regionais de sistematização e no curso de Hortolândia. Até este momento, nenhuma atividade mais ampla de sistematização foi feita. A partir de 2011, iniciaram-se as atividades de realização da sistematização, mas, por conta da metodologia escolhida e da falta de recursos do projeto, estas estiveram centradas nas atividades do próprio CFES, sobretudo nos cursos regionais (no caso da sistematização regional do Almanaque) e nos cursos estaduais de São Paulo (no caso da sistematização de São Paulo). Portanto, estas escolhas levaram os processos de sistematização e os materiais produzidos a representarem mais a articulação dos atores envolvidos diretamente no CFES e suas atividades do que a diversidade das práticas formativas desenvolvidas na ponta pelos formadores.

Em relação ao fortalecimento do movimento pela sistematização, este não ocorreu a partir do potencial de interpretação aprofundada das práticas desenvolvidas pela base, ou da divulgação destas práticas. Mas, a sistematização foi usada como elemento para fortalecer a articulação, já que foi um processo de síntese coletiva das experiências vividas no CFES. Certamente foi um elemento que colaborou na construção da identidade do movimento, na formulação de seu adversário e do conflito central vivido pelo movimento. Esta contribuição ocorreu pela escrita coletiva de documentos sobre estas temáticas, sobretudo, o Almanaque. Porém, esta contribuição ainda é limitada, ao vermos que o Almanaque está composto por textos genéricos, que não avançam muito em relação às definições que auxiliam na construção da economia solidária como movimento social.

Em relação ao material de sistematização do estado de São Paulo, é muito mais descritivo das atividades realizadas do que reflexivo, sobre o movimento. Assim, o documento pouco contribui para o fortalecimento do movimento no sentido de potencializar a troca e disseminação dos diferentes saberes acumulados nas práticas formativas desenvolvidas em São Paulo. O documento serve mais como memória das atividades realizadas e da metodologia, portanto da identidade da rede de formadores.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa visa contribuir para a reflexão sobre a forma de implementação e o desenvolvimento de políticas públicas de formação que fortalecem os movimentos sociais, observando o campo da economia solidária. Assim, o problema que norteou a pesquisa foi: como as políticas federais de formação fortalecem o movimento de economia solidária? O problema foi investigado focalizando a implantação da política do CFES e suas implicações para o movimento de economia solidária.

O sentido do fortalecimento do movimento social foi definido com base na sociologia da ação de Alain Touraine. Neste enfoque, o movimento é compreendido como a afirmação de um sujeito coletivo, o que implica explicitar qual é o grau de definição de sua identidade, de seu adversário social e do conflito que os enlaça.

A hipótese levantada foi a de que o CFES fortalece o movimento porque potencializa a articulação dos atores e a sistematização de suas práticas. A articulação permitiria o estabelecimento de redes de apoio mútuo, qualificando a comunicação entre os atores e sua organização coletiva; fatores que geram avanço no sentido da afirmação do movimento de economia solidária enquanto um sujeito coletivo. Em relação à sistematização das práticas, esta levaria a uma maior divulgação e reconhecimento da identidade e diversidade das práticas; fatores que também contribuem à definição mais clara da identidade, adversário e objeto do conflito social que constitui o movimento.

Tanto a articulação, quanto a sistematização têm potencial de fortalecer a economia solidária em diferentes níveis. Estes níveis foram abordados no capítulo II desta dissertação (TOURAINÉ, 1977). Em relação ao nível das organizações, a articulação dos atores pode constituir e fortalecer uma rede de apoio mútuo para a sobrevivência e consolidação dos EES, das entidades de assessoria e fomento e das políticas públicas de economia solidária. Também pode, pela troca e reflexão conjunta dos atores, qualificar a formação dos formadores, levando a um aperfeiçoamento na prática das organizações. Sobre a sistematização, ela tem a potencialidade de servir como apoio ao trabalho das organizações, que podem ter contato com os aprendizados de outros EES, entidades e políticas públicas.

Neste primeiro nível, organizacional, a pesquisa encontrou indícios de que o CFES, com suas ações de articulação, fortaleceu as organizações, aprofundando as relações de apoio mútuo, comunicação e organização entre os formadores. Este fortalecimento da articulação foi muito citado nas entrevistas e um dos exemplos é o caso do Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária, que acabou criando em sua prefeitura, com apoio de outras entidades da rede, um banco comunitário, iniciativa que conheceu por meio da articulação no CFES.

Em relação à sistematização, a pesquisa encontrou indícios de que esta não correspondeu, sobretudo, à expectativa de divulgação das diferentes práticas e saberes de formação das organizações e, portanto, do reconhecimento da diversidade destas. Esta troca e apresentação das experiências ocorreram durante as atividades do CFES, mas, não devido à sistematização, que é um exercício que possibilita uma interpretação aprofundada das informações. Como apresentei no tópico sobre a sistematização da experiência das organizações de São Paulo, quatro foram sistematizadas e apresentadas durante o projeto, porém, este número é muito pequeno em relação à quantidade de integrantes da rede de formadores.

Em relação ao nível institucional, de constituição da economia solidária como uma força política, a articulação tem como potencial estreitar o laço entre os atores para que atuem como força política no estado de São Paulo, também auxiliando na mobilização dos atores. Neste sentido, a pesquisa encontrou indícios de que o CFES fortaleceu a economia solidária como força política, por exemplo, levando ao fortalecimento dos fóruns estaduais, que foi relatado pelo Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária⁴⁵.

A sistematização também tem o potencial de fortalecer o movimento em nível institucional, sobretudo, por levar à divulgação das práticas e saberes. Nesta pesquisa, reconheci evidências de que a sistematização fortaleceu o movimento enquanto força política a partir da sistematização dos documentos que auxiliam na articulação dos atores nos âmbitos regional e estadual. Porém, não houve o fortalecimento por meio da disseminação das diferentes práticas e saberes dos formadores em seus locais de origem.

⁴⁵ Informação fornecida por Gestor 1 de políticas públicas de economia solidária em entrevista concedida à pesquisadora, em novembro de 2012.

Portanto, a pesquisa realizada levantou algumas evidências que demonstram um fortalecimento dos atores da economia solidária no estado, sobretudo nos níveis organizacional e institucional.

A articulação foi apontada em todas as entrevistas como o principal ganho advindo do CFES. Esta foi produto do encontro, reflexão, reconhecimento da identidade, conhecimento das experiências e construção coletiva durante o projeto. Esta articulação parece ter fortalecido o movimento tanto no nível das organizações, a partir de uma melhora na formação realizada pelos atores, quanto em relação à força política, quando os atores passaram a se conhecer mais e reconhecer o que é central à formação em economia solidária.

Porém, as entrevistas também trouxeram indícios de que a articulação precisa ser reforçada, principalmente porque os formadores não se encontram quando não há recursos do projeto financiado pela Senaes e porque o CFES não traçou e aprofundou uma série de temas básicos para a formação em economia solidária.

No nível das organizações, uma das evidências encontradas em relação ao seu fortalecimento foi o fato de o projeto prever a contratação de EES e formadores para o seu desenvolvimento. Isto foi apontado nas entrevistas como elemento importante no fortalecimento das organizações, porém, é considerado insuficiente, já que as organizações apresentam uma escassez muito grande de capital, o que requer um investimento maior nos EES e entidades e uma maior estruturação da economia solidária enquanto rede de comercialização.

Em relação à sistematização, o fato de ter sido pouco citada nas entrevistas é uma evidência de que esta não fortaleceu de forma expressiva o movimento. Ainda que o material da sistematização regional (CFES, 2012) tenha sido elogiado, poucos entrevistados se referiram à sistematização quando indagados sobre os benefícios trazidos pelo CFES.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Erika Porceli. **A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011):** análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES nacional. 2012. 372 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. 305 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária.** 2010. 255 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Programa economia solidária em desenvolvimento**, 2004. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES):** atlas da economia solidária no Brasil 2007. Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

_____. **Termo de referência para implantação dos centros de formação em economia solidária – CFES.** Anexo 1. Brasília: SENAES/MTE, 2007. 13 p.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006. p. 63.

BRASIL. SENAES. Disponível em:

<http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Um balanço da Senaes sobre a II Conaes. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, IPEA/MTE, n. 44, agosto 2010. p. 53 a 57.

CFES. 1º Curso nacional de formação de formadores em economia solidária. **Relatório da Atividade**. Brasília, 2009. Disponível em:<<http://cirandas.net/cfes-nacional/i-curso-nacional-modulo1.pdf>>. Acesso em 13 out. 2012

CFES. **Almanaque**: práticas educativas em economia solidária: tecendo os fios de nosso projeto político-pedagógico. Centro de Formação em Economia solidária da Região Sudeste, Instituto Marista de Solidariedade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 124 p.

CFES. **Relatório atividades CFES – 2009 a 2011**: relatório das atividades realizadas pelo Centro de formação em economia solidária. Belo Horizonte, jul 2012. 23p.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A formação na economia solidária. In: MELLO, S.; BARBIERI, E.; SIGOLO, V. (Orgs.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. v. 2. São Paulo : NESOL-USP/ITCP-USP, 2007. p. 165-172

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2010. Brasília. **Documento final**. Brasília: MTE/SENAES, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/conaes/documento_final.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2012.

CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA. 2010. Brasília. **Caderno Temático da II Conferência Nacional de Economia solidária. Brasília**: MTE/SENAES, 2010.p. 11-19.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de

Santo André - SP. 2009. 171 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CRUZ, Antonio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade:** a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. 346 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Políticas públicas para a economia solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 33, p. 117-139, 2006a.

DUBEUX, A. M.; ICAZA, A. M. S.; MEDEIROS, A. J. S.; CUNHA, G. C.; SOUZA, M. P. **Estudio de casos brasileños. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil.** Foro Internacional sobre la economía social y solidaria (FIESS). Canadá, 2011.

FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B. Economia solidária no governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, Edi et al (Orgs). **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 413-443.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O Fórum brasileiro de economia solidária.** s.d. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57. Acesso em: 8 fev. 2013

_____. **Plataforma.** 2003, Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=59>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Carta de Princípios. 2003a. Disponível em: <http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Atualizacao/7.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. IV Plenária Nacional de Economia Solidaria. **Relatório final**. 2008.

Disponível em: <www.fbes.org.br/option=com_docman&task=doc...gid=746>. Acesso em: 10 mar. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 107.

FREITAS, M. M. **As políticas públicas de economia solidária no governo federal: 2003 a 2010**. 2012. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002. 192p.

ICAZA, A. M. S. Políticas públicas e economia solidária no Rio Grande do Sul. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Orgs). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 171-180.

IPEA/MTE. **Mercado de Trabalho - conjuntura e análise**, n. 44, agosto 2010. p. 49 a 61.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, no 228, out/dez 2007. Disponível em <http://www.capina.org.br/downloadpub/gkspmtxt.pdf>. Acesso em: 20 fev 2013.

MASCARENHAS, T. S.; SIGOLO, V. M. Participação popular, espaço público e autogestão. **Cadernos de Gestão Social**. Vol. 3, n. 1, p.101-119. Jun. 2012.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. 317p.

NOVAES, H. T.; LIMA FILHO, P. Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre o papel da Senaes no governo Lula. In: NOVAES, H. T. (Org.). **A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução**. s.d. p. 117-137.

PERALVA, Angelina Teixeira. **Reinventando a escola**: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática. São Paulo, 1992. Tese (Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, 1992.

PETINELLI, Viviane. As conferências públicas nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do governo federal (2003-2010). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, n. 1, p.228-250, jun. 2011.

PORTAL BRASIL, 2010. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/empreendedor/capacitacao/sistema-s>>. Acesso em 18 mar. 2013.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. In: BENINI, Édi [et al] (Orgs). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 445-457.

REDE DE FORMADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Autogestão em Rede**. São Paulo, 2012. 24p.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, jan./abr. 2008. p. 27-45.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANCHEZ, F. J. B. **Além da informalidade, aquém dos direitos**: reflexões sobre o trabalho desprotegido. 2012. 200 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHIOCHET, Walmor. Políticas Públicas. In: CATTANI, A. D. LAVILLE, J. L. GAIGER, L. I. HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 268-272.

_____. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, Edi et al (Orgs). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 443-453.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-129.

_____. Economia solidária como ato pedagógico. Brasília. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP; Ministério da Educação, 2005. p.11-31.

SOUSA, Salviana M.P.S. A questão da descentralização participativa na gestão do PLANFOR: qual democracia? **Rev. Katálisis**, Florianópolis, vol. 10, n. 2, p. 256-264, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a14v10n2.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2012.

TIRIBA, L. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan/abr. 2006.

_____. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1997. 387 p.

_____. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 431 p.

_____. Os movimentos sociais. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (Orgs) **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 335-365.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Gentil Avelino Tritton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 261 p.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**, São Paulo: Editora UNESP, 2008. 134 p.

UM OLHAR da rede de gestores de políticas públicas de economia solidária sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Mercado de Trabalho - conjuntura e análise**, IPEA/MTE, n. 44, agosto 2010. p. 57 a 61.

UM OLHAR do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre a II Conferência nacional de economia solidária. **Mercado de Trabalho - conjuntura e análise**, IPEA/MTE, n. 44, agosto 2010. p. 49 a 53.

VERARDO, Luigi. Economia solidária e autogestão. **Revista Proposta**, n.98, set/Nov 2003, p.56-61

ANEXO 1 – PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO SÃO PAULO – SEMINÁRIO DE SISTEMATIZAÇÃO – VITÓRIA 4 JULHO 2010

- 1- Objeto: Experiência CFES – Estado de São Paulo em metodologia de Informação.
- 2- Período: Junho /2009 a Julho/2010.
- 3- Objetivo: Aprender como trabalhar a metodologia, “melhorá-la”.
- 4- Público Alvo: Formadores participantes do CFES no Estado (coletivo).
- 5- Eixo: Metodologia de Formação

5.1 - Perguntas Orientadoras:

O Estado tinha estrutura para as experiências de Formação?(Incentivo, políticas públicas, militância)

Como eram as formações nas feiras?

Como era o GT de informação do Fórum?

Como era o trabalho de Formação das Entidades, EE e Gestores?

Havia formação em todo o Estado?

As ações de formação estavam pulverizadas?

Havia discussão comum sobre metodologia de formação?

Quais eram as metodologias de formação? Como eram?

Quais eram os atores que faziam formação?

Quem era reconhecido como formador?

Quais eram os objetivos das metodologias?

Quais as expectativas das metodologias?

Como era a articulação dos formadores?

5.2 - Que informações precisamos?

Depoimentos, relatórios, atas, fotos, jornais, entrevistas e visitas.

5.3 - Informações que precisamos conseguir? Entrevistas e visitas

5.4 - Como? Questionários das entrevistas e questões para as visitas.

5.5 - Como processar? Através (por meio) do coletivo Estadual, iremos definir os papéis; coordenação, registro, organização dos dados, mobilização, apoio e interlocução com fórum.

6- Recursos;

Espaço, computador, NET, Fone, passagem, hospedagem, alimentação, material de escritório, didático, facilitadores, relatores, sistematizadores, parcerias publicas e não publicas.

7- Levantamento de dados;

Listar as atividades, pesquisa documental – organização, classificação.

Elaboração do plano e roteiro de entrevista.

Planejamento das reuniões do coletivo.

8- Analise:

Foco na economia solidário ou mais amplo.

Diferentes instrumentos utilizados

Levantamento com diferentes temáticas

Como alia teoria e pratica

Houve diferenças nas metodologias nas diversas regiões do Estado?

Especificidades nos espaços (formação, feiras)

Consensos e diferenças

9- Cronograma:

Julho	Coletivo – reunião de concertação sobre o Plano de sistematização.
Set	Coletivo – coordenação – fechar proposta - plano
Nov	Enc. Regional apresentação - plano
Dez- Fev.-	Dados secundários - documentos etc.
Mar- maio-	Entrevistas, encontros.
Jun- jul-	Coordenação – tabulação
Ago-	Encontro , analise /coletivo
Out-	Relatório final

ANEXO 2 – PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO SÃO PAULO –

SEMINÁRIO DE SISTEMATIZAÇÃO – RIO DE JANEIRO 6

NOVEMBRO 2010

Objetivo: Levantamento da organicidade da entidade antes da criação da Associação de Artesãos da Praça da República e como estão após esta organização.

Objeto: Como praticavam a organização do grupo 1 ano antes da formalização e como isto se dá na atualidade.

Eixo: O que a mudança na forma de organização implicou na autogestão do grupo?

Recuperação do processo – Contexto dos produtores na praça (são de que região? Onde moram? Como foi parar na praça? Visão mais ampla da praça, história da feira e dos artesãos. Como era a praça antes, qual o momento político da criação da entidade? Como está no momento atual.

Fontes de informação

Atas da associação; entrevistas e reuniões com os integrantes da associação

Ordenar e classificar as informações: Qual o objetivo da associação? Qual a demanda/motivação para formar a associação? O que a Associação viabiliza? Quais as principais ações que desenvolveu? Representa todos os artesãos? Para participar na feira era necessário constituir a associação? Como viviam antes da formalização, Porque a associação se formou? Comercializam coletivamente ou só administram o espaço físico da associação? O que os caracteriza como de Economia Solidária? Percepção das pessoas sobre os princípios da Ecosol (com ênfase na autogestão do grupo)? Qual a Capacidade de integração com os demais expositores da feira?

Roteiro para interpretação crítica do processo: Houve mudança deste objetivo? Porque? A organização da associação atendeu a demanda existente? Atendeu a demanda de todos os segmentos? Que mudanças ocorreram na relação entre o grupo de artesãos e a prefeitura (organização da feira)? E entre o grupo da associação e os outros artesãos não associados? Quais tensões e contradições apareceram no processo de formalização?

A partir do que foi visto, como entendemos “autogestão” e “economia solidária”?

Formulação de Conclusões

Formular conclusões teóricas em torno da viabilidade das experiências de EcoSol dentro do modelo capitalista.

Formular conclusões sobre as possibilidades e limites da experiência de produtores individuais associados para comercialização?

Produtos de Comunicação

- Um caderno/cartilha de experiência de produtores individuais associados para comercialização, seguindo os princípios da EcoSol. Para divulgar a experiência e ser utilizado como material de reflexão.
- Elaborar atividade de formação sobre sistematização de experiência para o coletivo de formadores de SP

Cronograma:

Atividade	Quem	Quando	Obs
Apresentação da proposta	Toda equipe de sistematização e associação	Marcar o quanto antes	Já enviar para Zé Carlos o plano e pedir para disponibilizarem documentos
Leitura das atas e outros documentos relevantes (regimento, fotos, etc...)	Equipe sistematização	Este ano	
Realização das entrevistas	Equipe sistematização	(1 domingo) 14 e 21 janeiro	
Sistematização das informações	Equipe sistematização		
Encontro para análise	Todos	2 últimas semanas de fevereiro (marcar com o grupo)	
Elaboração do caderno de experiência	Equipe sistematização	Até seminário nacional sistematização (março 2011)	
Desenvolver oficina de sistematização	Coletivo estadual de formadores	Maio de 2011	